

A FORÇA DO NÓS

COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR
PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



FÁBIO DOS SANTOS MASSENA
IAN FELIPE NASCIMENTO

ARCO
EDITORES

A FORÇA DO NÓS

COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR
PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



FÁBIO DOS SANTOS MASSENA
IAN FELIPE NASCIMENTO

ARCO
EDITORES

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivania Folmer

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Capa: Patricia Izzo Mirotti Massena

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A Força do nós [livro eletrônico] : cooperativismo
e agricultura familiar para um futuro
sustentável / [organização] Fábio dos Santos
Massena , Ian Felipe Nascimento. --
Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-518-0

1. Agricultura familiar 2. Cooperativismo -
Aspectos econômicos 3. Cooperativismo - Aspectos
sociais 4. Mudança social 5. Sustentabilidade
I. Massena, Fábio dos Santos. II. Nascimento, Ian
Felipe.

25-293026.1

CDD-338.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade : Desenvolvimento local :

Políticas de desenvolvimento : Economia 338.9

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-518-0

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

O presente livro reúne treze capítulos que refletem o resultado de um esforço coletivo, construído com dedicação, curiosidade científica e um profundo compromisso com a transformação social. Cada texto aqui apresentado nasceu de reflexões, estudos e experiências de alunos e alunas de graduação e mestrado, a maioria vinculada à Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que, em diferentes momentos de sua trajetória acadêmica, tiveram contato com o cooperativismo e com a agricultura familiar.

Esse contato se deu de múltiplas formas: por meio de projetos de iniciação científica, nas disciplinas que tive a honra de ministrar, ou ainda pela motivação pessoal de reconhecer o Cooperativismo e a Agricultura Familiar como elementos estratégicos para suas carreiras e para o desenvolvimento sustentável do país. Seja qual for a porta de entrada, todos compartilharam um ponto em comum: a disposição para aprender, refletir e propor soluções que dialogam com a realidade brasileira, especialmente com as demandas e potencialidades do meio rural.

São estudantes e pesquisadores em formação, em sua maioria, dos cursos de Engenharia Agrônoma, Geografia, Medicina Veterinária, Engenharia Mecânica e dos programas de pós-graduação, que aceitaram um desafio que lhes propus: olhar para o cooperativismo não apenas como um conceito, mas como uma ferramenta de transformação econômica, social e ambiental. Um desafio que exigiu deles coragem, disciplina e sensibilidade, qualidades que admiro e que me inspiram como professor e pesquisador.

Mais do que capítulos isolados, esta obra representa a soma de olhares diversos sobre um mesmo ideal. Aqui estão retratadas experiências e análises que abordam desde a reconfiguração recente do cooperativismo brasileiro até a sua interface com a agroecologia, a inovação, a juventude, o crédito, a participação das mulheres e a resiliência frente às crises climáticas. Trata-se de um mosaico de ideias que revela não apenas a relevância do tema, mas também o potencial de uma nova geração de profissionais que compreende a importância de pensar e agir coletivamente.

Este livro é, portanto, fruto de uma parceria que ultrapassa as fronteiras acadêmicas: é a expressão de um aprendizado compartilhado, de um diálogo constante entre teoria e prática e, sobretudo, de um compromisso com a construção de um futuro mais justo, solidário e sustentável. Aos meus alunos e alunas, deixo registrado meu respeito, minha admiração e minha gratidão por terem aceitado caminhar comigo nesta jornada.

Prof. Dr. Fábio dos Santos Massena

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....10

PANORAMA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO DE 2019 A 2023: ENTRE A RECONFIGURAÇÃO SETORIAL E A CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA.....10

Dr. Fábio dos Santos Massena; Maria Eduarda Oliveira da Conceição; Ian Felipe Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-518-1

CAPÍTULO 2.....25

COOPERATIVISMO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVA CURRICULAR COOPERATIVISTA PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E OS ODS NO BRASIL...25

Ian Felipe Nascimento; Nicolli Souza Silva; Dr. Fábio dos Santos Massena

doi: 10.48209/978-65-5417-518-2

CAPÍTULO 3.....42

ENTRE O LOCAL E O DIGITAL: A COMUNICAÇÃO NA GESTÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES NA BAHIA.....42

João Pedro Oliveira Borges; Karlegiane de Souza Braz; Maria Brenda da Silva Santana

doi: 10.48209/978-65-5417-518-3

CAPÍTULO 4.....59

COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS PARA SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO ECONÔMICA NO BRASIL.....59

Franciellem Santos da Silva; Bruna Batista de Oliveira; Gustavo Agostini Rodrigues; Bernardo Cardoso Moreira

doi: 10.48209/978-65-5417-518-4

CAPÍTULO 5.....70

JUVENTUDE EM MOVIMENTO: COOPERATIVAS COMO ALTERNATIVA PARA OS DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE NO SUL DA BAHIA.....70

Enzo Yuri Ferreira Sousa; Dr. Fábio dos Santos Massena; Ian Felipe Nascimento

doi: 10.48209/978-65-5417-518-5

CAPÍTULO 6.....88

**AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E COOPERATIVISMO:
EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS DE USO DO SOLO NO SUL DA
BAHIA.....88**

Jackson Silvio Angelo dos Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-518-6

CAPÍTULO 7.....100

**INOVAÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL: O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA MECANIZAÇÃO
SUSTENTÁVEL.....100**

João Talles de Jesus Tavares

doi: 10.48209/978-65-5417-518-7

CAPÍTULO 8.....109

**A FORMAÇÃO CONTÁBIL EM DIÁLOGO COM A ECONOMIA
SOLIDÁRIA: A RIQUEZA QUE VEM DA
INTERDISCIPLINARIDADE.....109**

Carlos Daniel Rodrigues dos Santos; Maristela Miranda Vieira de Oliveira

doi: 10.48209/978-65-5417-518-8

CAPÍTULO 9.....120

**ENTRE O CAMPO E O DESCONHECIDO: JUVENTUDE RURAL
DE ILHÉUS-BA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA
.....120**

Bruna da Silva Miranda; Dr. Fábio dos Santos Massena; Gilson Oliveira Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-518-9

CAPÍTULO 10.....134

**O PAPEL TRANSFORMADOR DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO
NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....134**

Anna Lara Nogueira Oliveira; Gabrielly Victória Leal Souza do Amorim

doi: 10.48209/978-65-5417-518-A

CAPÍTULO 11.....	146
O PAPEL DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO RURAL: DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E PROTAGONISMOS NO CAMPO BRASILEIRO.....	146
Felipe Maikon Santos Sousa; Naiane dos Santos Melo	
doi: 10.48209/978-65-5417-518-B	
CAPÍTULO 12.....	159
COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA: OS DESAFIOS DO TRABALHO CONJUNTO AO GOVERNO EM ESTADO DE CALAMIDADE FRENTE AS CRISES CLIMATICAS.....	159
Lucas Caracas de Oliveira; Thales Henrique Caetano Santos	
doi: 10.48209/978-65-5417-518-C	
CAPÍTULO 13.....	173
COOPERATIVISMO 5.0: COMO O MODELO COOPERATIVO PODE SER A CHAVE PARA UMA ACELERAÇÃO SISTÊMICA DOS ODS	173
Dr. Fábio dos Santos Massena; Ian Felipe Nascimento; Vanessa Lino da Silva; Marcos Gabriel Pereira Ribeiro	
doi: 10.48209/978-65-5417-518-D	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	190
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	192

CAPÍTULO 1

PANORAMA DO COOPERATIVISMO BRASILEIRO DE 2019 A 2023: ENTRE A RECONFIGURAÇÃO SETORIAL E A CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA

Dr. Fábio dos Santos Massena
Maria Eduarda Oliveira da Conceição
Ian Felipe Nascimento
Doi: 10.48209/978-65-5417-518-1

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas cresceram significativamente nos últimos dois séculos e, hoje, desempenham um papel essencial no desenvolvimento econômico e social em diversas regiões do mundo, independentemente do nível de desenvolvimento dos países. Apesar disso, ainda são pouco exploradas pela academia e, muitas vezes, vistas como organizações ineficientes, úteis apenas em momentos de crise ou voltadas a grupos marginalizados (Silva et al., 2022). No entanto, pesquisas indicam que as cooperativas podem ser tão ou até mais eficientes economicamente do que empresas tradicionais, além de exercerem um papel social relevante e competitivo nos mercados atuais.

A origem do cooperativismo moderno remonta ao século XIX, com destaque para os Pioneiros de *Rochdale*, um grupo de trabalhadores ingleses que, em 1844, fundaram uma cooperativa de consumo baseada em princípios que ainda hoje orientam o cooperativismo mundial, como a gestão democrática, a participação econômica dos membros e o interesse pela comunidade (Medeiros; Padilha, 2014).

Além disso, pensadores como Robert Owen e Charles Fourier foram importantes precursores dessa doutrina, ao defenderem modelos de organização baseados na solidariedade, na autogestão e na valorização do trabalho coletivo como forma de enfrentar os problemas sociais gerados pelo capitalismo industrial.

Nas últimas décadas, o cooperativismo passou por uma notável evolução, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Houve um crescimento expressivo no número de cooperativas, na diversidade de ramos de atuação e na profissionalização da gestão. A adoção de tecnologias, a ampliação do acesso a mercados e a consolidação de marcos regulatórios também contribuíram para a maior competitividade e sustentabilidade das cooperativas (Ilha; Piacenti; Leismann, 2018). Esse processo de amadurecimento tem permitido que as cooperativas assumam papéis mais relevantes nas cadeias produtivas, com impactos significativos nas economias locais e regionais.

No Brasil, o cooperativismo apresenta um cenário dinâmico e desafiador. O país conta com milhares de cooperativas ativas, distribuídas em setores como agricultura, crédito, saúde, transporte, educação e consumo, gerando emprego e renda para milhões de pessoas (OCB, 2024).

Ao longo dos últimos anos, especialmente entre 2019 e 2023, o setor demonstrou grande capacidade de adaptação frente a contextos adversos, como a pandemia de COVID-19, e avançou em aspectos como digitalização, responsabilidade socioambiental e governança (Mesquita; Santos; Soares, 2024). Apesar dos avanços, o movimento cooperativista brasileiro ainda enfrenta desafios relacionados à visibilidade institucional, ao acesso a políticas públicas e ao fortalecimento da cultura cooperativista, especialmente entre os jovens.

Nesse contexto, as práticas do cooperativismo estão alinhadas aos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo diretamente para o cumprimento de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Buttenbender et al., 2021). Destacam-se, especialmente, o ODS 8, que incentiva o trabalho decente e o crescimento econômico, e o ODS 12, que promove padrões sustentáveis de consumo e produção. Ambos estão fortemente relacionados à atuação das cooperativas, que fomentam o empreendedorismo coletivo, a geração de renda, a valorização das economias locais e o uso consciente de recursos (Graça; Verginio; Oliveira, 2020).

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória recente do cooperativismo brasileiro, com ênfase no período de 2019 a 2023, buscando compreender sua capacidade de adaptação, crescimento e contribuição efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do país, em consonância com os compromissos da Agenda 2030 da ONU.

2. PRECURSORES DO COOPERATIVISMO

Para aqueles que buscam qualquer leitura inicial sobre a história do cooperativismo, provavelmente a primeira informação que encontrará será a respeito do surgimento da Sociedade dos Probos Pioneiros de *Rochdale*, em 1844, frequentemente celebrado como o marco fundador do cooperativismo moderno.

No entanto, conforme demonstra George Jacob Holyoake em *The History of Co-operation* (1875), esse movimento não representou uma ruptura, mas sim o resultado de séculos de experimentação social e econômica que moldaram o modelo que, mais tarde, se tornaria global.

Segundo Holyoake (1875), as primeiras formas de cooperação remontam a práticas medievais, como as guildas de ofício, que organizavam artesãos em sistemas de ajuda mútua. Essas associações não funcionavam necessariamente nos moldes cooperativistas contemporâneos, mas já buscavam benefícios comuns a todos, por meio da união entre os trabalhadores. Aspectos que ganharam força e estrutura como o advento da Revolução Industrial, quando a exploração desenfreada do trabalho e a instabilidade econômica impulsionaram a busca por alternativas.

Uma das experiências relatadas por Holyoake (1875) foram as Sociedades Amigáveis (*Friendly Societies*), surgidas no final do século XVIII, onde as associações permitiam que seus operários contribuíssem com fundos coletivos para cobrir despesas médicas ou funerais, funcionando, para fins de entendimento, como uma forma de previdência, constituída pelos próprios trabalhadores. Entretanto, a falta de um componente de gestão comercial tornou a iniciativa insustentável a longo prazo.

A virada para o modelo cooperativo moderno começa a ganhar forma com as ideias de Robert Owen, chamado por Holyoake (1875, p. 45) de “profeta da cooperação”. O autor destaca que Owen não apenas defendeu a criação de comunidades autossustentáveis, como *New Lanark*, mas também propagou a ideia de que a organização coletiva poderia substituir a competição a qualquer custo. Embora seus projetos tenham falhado financeiramente, Owen deixou um

legado crucial: a noção de que a cooperação deveria ser tanto econômica quanto social.

Além de Owen, outras figuras ligadas ao chamado socialismo utópico também desempenharam papel importante na consolidação das ideias dos Pioneiros. Entre eles, se destacam Charles Fourier e Henri de Saint-Simon.

O primeiro propôs a criação dos “falanstérios”, comunidades auto-organizadas, baseadas na associação voluntária e no trabalho coletivo (Fourier, 2006) e o segundo reivindicava uma reorganização da sociedade baseada na solidariedade, no trabalho associado e na administração técnica da produção, ideias que também contribuíram para a construção dos princípios da cooperação moderna (Saint-Simon, 1975).

Embora suas propostas não tenham se materializado como modelos viáveis, sua influência filosófica ajudou a consolidar o ideal de que a associação solidária seria uma alternativa racional e ética à lógica capitalista vigente.

Outra influência direta sobre *Rochdale* foi o trabalho do Dr. William King, com a obra *The Co-operator* publicada entre os anos de 1828-1830. Sob a influência das experiências do movimento cooperativo iniciado por Robert Owen, o periódico de King (1922) se destaca por seu foco prático e educativo, sendo considerado uma ponte fundamental entre as ideias utópicas de Owen e a aplicação pragmática que culminou em *Rochdale*, em 1844.

King (1922) entendia que o sucesso do cooperativismo exigia mais do que apenas boas intenções: era necessário organização, consistência ética e educação. Em “*The Co-operator*”, King trazia reflexões sobre moral, religião, economia e política, tudo sob a ótica da cooperação como modelo alternativo ao sistema capitalista explorador. Defendia que os trabalhadores deveriam se organizar em pequenas lojas cooperativas, gerenciadas democraticamente, onde pudessem comprar bens a preços justos – ideia precursora da loja dos pioneiros.

Um dos pontos relevantes em sua obra foi a ênfase dada à educação cooperativa, enfatizando que, para que o cooperativismo fosse sustentável, os membros deveriam ser continuamente formados em princípios como autogestão, ajuda mútua e responsabilidade social. Essa ideia influenciou profunda-

mente os estatutos de *Rochdale*, nos quais a educação dos cooperados passou a ser um princípio inegociável.

Outro aspecto relevante para King (1922) era a prática da gestão cooperativa, destacando a importância da contabilidade, da tomada de decisões em assembleias e da distribuição de excedentes, ideias que também serviram como referência para os pioneiros. O periódico também dialogava com cooperativas em atividade no Reino Unido, criando uma rede informal de troca de experiências que inspirava e orientava novos grupos.

As conjecturas de King não só nortearam as práticas que viriam a consolidar o modelo de *Rochdale*, mas prepararam o terreno filosófico, pedagógico e prático para que o cooperativismo se tornasse o movimento concreto e duradouro que conhecemos hoje.

Tentativas concretas de lojas cooperativas também antecederam os pioneiros, como a loja de Brighton em 1828 e a dos tecelões de Failsworth em 1833. Porém, Holyoake (1875, p. 89) ressalta que essas iniciativas fracassaram por “falta de método e de capital inicial”.

Rochdale aprendeu com esses erros, introduzindo inovações como a venda a preço de mercado e o retorno proporcional das sobras aos membros. Ou seja, não inventaram a cooperação, mas organizaram os princípios, até então dispersos, estabelecendo um sistema de negócio, e não de protesto (Holyoake, 1875).

Com essa base histórica e filosófica solidificada, o cooperativismo atravessou fronteiras e tempos, adaptando-se a diversos contextos. Para compreender como esse modelo se comporta nos tempos atuais, especialmente diante das transformações sociais, econômicas e tecnológicas recentes, é essencial olhar para os dados e dinâmicas contemporâneas; por este motivo, um panorama do cooperativismo moderno poderá revelar os desafios e oportunidades que delineiam o futuro do movimento cooperativista.

3. DÉCADA DE EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

No mundo, as cooperativas representam uma força econômica e social significativa, reunindo cerca de 3 milhões de instituições que geram um faturamento anual de US\$ 2,17 trilhões. Essas organizações beneficiam aproximadamente 1 bilhão de cooperados e são responsáveis por criar 280 milhões de empregos em diversos setores, demonstrando seu papel essencial no desenvolvimento sustentável e na inclusão socioeconômica global (OCB, 2024).

Se as 300 maiores cooperativas do mundo formassem um país, elas seriam a 8ª maior economia global, com um faturamento combinado de US\$ 2,4 trilhões, um valor superior ao PIB de muitas nações desenvolvidas.

O Brasil tem uma participação significativa nesse cenário, abrigando 21 das 300 maiores cooperativas do mundo, o que destaca o papel crucial do cooperativismo no desenvolvimento econômico e social do país.

O cooperativismo é, portanto, um instrumento estratégico de desenvolvimento regional, fundamental para a promoção da justiça social e descentralização econômica. Essa força coletiva reforça o papel do modelo cooperativo na geração de riqueza e no cumprimento dos ODS, em especial o oitavo, que se refere ao Trabalho Decente e Crescimento Econômico (Alves; Forgiarini, 2021).

A seguir, serão apresentados os principais indicadores que ilustram esse período de consolidação e inovação do cooperativismo, com base nos dados mais recentes disponibilizados pelo Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2024.

3.1 Cenário Nacional

Visando apresentar um cenário quantitativo em relação ao número de cooperativas por ramo no contexto brasileiro, apresenta-se no quadro 1 uma perspectiva comparando esses dados no período 2019/2023.

Quadro 1 – Número de cooperativas por ramo no período 2019 vs 2023.

Ramo	2019	2023	Variação Absoluta	Variação Percentual	Tendência
Agropecuário	1.223	1.179	-44	-3,60%	↓ (Leve queda)
Consumo	263	221	-42	-15,97%	↓ (Queda acentuada)
Crédito	827	700	-127	-15,36%	↓ (Queda significativa)
Infraestrutura	265	276	+11	+4,15%	↑ (Único crescimento)
Saúde	783	702	-81	-10,34%	↓ (Queda moderada)
Trabalho ...	860	641	-219	-25,47%	↓ (Maior queda absoluta)
Transporte	1.093	790	-303	-27,72%	↓ (Maior queda absoluta)

Fonte: OCB (2024)

O ramo que apresentou a maior queda, em relação ao número de cooperativas foi o de Transporte, tanto em termos absolutos (-303 cooperativas) quanto percentuais (-27,72%). Essa expressiva redução pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a crescente competitividade do setor, possíveis mudanças regulatórias, ou mesmo um processo de fusões e aquisições motivado pela necessidade de ganho de escala. Situação semelhante, embora menos intensa, verifica-se no ramo de Trabalho, que apresentou a segunda maior queda em números absolutos (-219 cooperativas) e a terceira em termos percentuais (-25,47%).

Os ramos de Crédito e Consumo, apresentaram quedas próximas de 16%, o que pode sugerir um movimento de concentração setorial que parece ter atingido de forma relativamente homogênea diferentes segmentos da economia.

Mesmo o ramo Agropecuário, que possui tradicionalmente uma estrutura mais pulverizada, registrou uma pequena redução de 3,6%, indicando que mesmo setores com forte capilaridade não ficaram imunes a este movimento de consolidação.

Uma exceção a esta tendência geral foi o ramo de Infraestrutura, que apresentou crescimento de 4,15% no período, com o acréscimo de 11 cooperativas. Este desempenho positivo pode estar associado ao aumento de investimentos em setores como energia renovável, saneamento básico e telecomuni-

cações, que têm apresentado crescimento sustentado nos últimos anos, criando oportunidades para o modelo cooperativista.

Cabe ressaltar que esses números, se analisados sem considerar outras variáveis, não indicam o panorama da realidade do cooperativismo nacional, por este motivo outros indicadores serão apresentados aqui, a fim de possibilitar uma análise mais robusta, capaz de proporcionar uma visão mais concreta.

Analisando o Ramo Agropecuário, é possível perceber que apesar da redução do número total de cooperativas entre 2019 e 2023, que passou de 1.223 para 1.179 unidades, seus outros indicadores aumentaram, revelando que está em plena expansão e fortalecimento, ou seja, embora tenha havido uma pequena retração numérica, isso não significou estagnação ou declínio funcional do setor.

O ramo agropecuário apresentou crescimento expressivo em variáveis-chave de desempenho, conforme pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores do cooperativismo Agropecuário brasileiro - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Agropecuário	-3,60%	+5,54%	+24,10%	+130,88%	+107,3%	+366,6%

Fonte: OCB (2024)

O número de cooperados aumentou 5,54%, enquanto o de empregos gerados cresceu 24,10%, evidenciando que, mesmo com menos cooperativas, houve maior capacidade de inclusão produtiva e geração de postos de trabalho qualificados.

Os indicadores econômicos reforçam essa leitura de fortalecimento. Os ingressos financeiros cresceram 130,88%, enquanto os ativos aumentaram 107,30%, apontando para um crescimento patrimonial significativo e uma maior capacidade de investimento por parte das cooperativas do ramo.

O dado mais expressivo, contudo, foi o crescimento de 366,67% nas sobras, valor que representa a diferença positiva entre receitas e despesas, indicando não apenas maior eficiência econômica, mas também a distribuição de resultados entre os cooperados, um dos pilares do modelo cooperativista.

Esses resultados demonstram que, apesar da redução no número de organizações, o cooperativismo agropecuário brasileiro consolidou-se como uma força econômica robusta no período analisado.

No quadro 3, ao observar o desempenho do Ramo de Consumo, nota-se uma redução de 15,97% no número de cooperativas, passando de 263 para 221 unidades.

Quadro 3 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de consumo - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Consumo	-15,97%	+15,89%	+7,85%	+51,52%	+42,47%	-3,33%

Fonte: OCB (2024)

Apesar da redução do número de cooperativas, o ramo apresentou crescimento em diversos indicadores-chave, demonstrando resiliência e adaptabilidade frente aos desafios do período. O número de cooperados aumentou 15,89%, e os empregos gerados cresceram 7,85%. Financeiramente, os ingressos tiveram um incremento de 51,52%, e os ativos aumentaram 42,47%. Entretanto, as sobras apresentaram uma leve queda de 3,33%, sugerindo a necessidade de estratégias para otimizar a rentabilidade.

No quadro 4, é apresentado o desempenho do ramo crédito, com redução de 15,36% no número de cooperativas. No entanto, apresenta aumento expressivo nos demais indicadores.

Quadro 4 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de crédito - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Crédito	-15,36%	+66,37%	+56,00%	+243,96%	+160,73%	+141,04%

Fonte: OCB (2024)

O aumento de 66,37% no número de cooperados indica que houve maior alcance e adesão da população; os empregos gerados cresceram 56%. O aumento significativo de 243,96% nos ingressos e 160,73% nos ativos aponta robustez financeira. As sobras também apresentaram alta de +141,04%, o que significa que a distribuição de resultados aos cooperados foi positiva.

Através desses dados é possível notar que esse ramo está em grande expansão, de forma estruturada, eficiente e rentável.

Quando se trata do ramo infraestrutura, diferente dos três ramos anteriores, o número de empregos diminuiu em 4,18%, conforme apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de infraestrutura - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Infraestrutura	+4,15%	+37,03%	-4,18%	+64,81%	+121,44%	+123,62%

Fonte: OCB (2024)

Essa redução de empregos pode estar relacionada com modelos de negócios que necessitam de menos mão de obra e aumento de sistema automatizado.

O ramo da infraestrutura foi o único que apresentou aumento do número de cooperativas em 4,15%, indicando que está ocorrendo atração de novos empreendimentos. Enquanto cooperados, ingressos, ativos e sobras aumentaram em 37,03%, 64,81%, 121,44% e 123,62%, respectivamente.

No quadro 6, observa-se que o ramo saúde enfrenta ainda desafios financeiros e de estabilidade econômica.

Quadro 6 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de saúde - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Saúde	-10,34%	-7,76%	+29,21%	+45,06%	+50,50%	-6,13%

Fonte: OCB (2024)

Verifica-se uma queda no número de cooperativas e cooperados, que pode indicar redução ou reestruturação do ramo saúde. Apesar do decréscimo nas cooperativas e cooperados, há crescimento em empregos, ingressos e ativos, sugerindo que houve aumento na procura por serviços e profissionalização. Já a queda de 6,13% nas sobras pode indicar uma elevação dos custos operacionais, principalmente se considerado o período pandêmico a partir de 2020, podendo ter ocorrido aumento nos gastos com saúde e insumos.

Em relação ao ramo de trabalho, ocorreu uma das maiores quedas no número de cooperativas entre todos os ramos e a maior queda de cooperados, conforme apresenta o quadro 7.

Quadro 7 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de trabalho - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Trabalho	-25,47%	-12,36%	+32,86%	+233,68%	+76,44%	+157,9%

Fonte: OCB (2024)

Observa-se também que esse ramo registrou aumento expressivo em empregos, ingressos e sobras. Esse aumento sugere que houve uma reestruturação, podendo ser fechamento de cooperativas com baixa eficiência, mas com alto desempenho das cooperativas ativas, mostrando-se com alta qualificação.

No quadro 8, ramo transporte apresenta grande avanço em produtividade e lucratividade.

Quadro 8 – Indicadores do cooperativismo brasileiro de transporte - 2019 vs 2023.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregos	Ingressos	Ativos	Sobras
Transporte	-27,72%	+3,26%	-31,87%	+121,11%	+119,28%	+248,39%

Fonte: OCB (2024)

Esse ramo teve a maior queda percentual no número de cooperativas, em relação aos demais ramos e forte redução nos empregos. No entanto, houve aumento expressivo nos ingressos e nas sobras.

Esse resultado indica que nesse ramo ocorre encerramento de cooperativas com operações deficitárias e a permanência das mais rentáveis. A diminuição de emprego pode estar ligada ao surgimento de carros por aplicativos e à automatização dos serviços de transporte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados aqui apresentados, é possível perceber que o cooperativismo brasileiro passou por um processo de reorganização estrutural e funcional entre 2019 e 2023, com impactos relevantes em cada um dos seus ramos.

Embora o número total de cooperativas tenha reduzido em diversos segmentos, os indicadores qualitativos, como crescimento do número de cooperados, geração de empregos, incremento nos ativos e expressivo aumento das sobras, evidenciam um movimento de consolidação e amadurecimento institucional.

Tomando como exemplo o ramo agropecuário que, apesar da leve redução numérica em relação às cooperativas, apresentou uma expansão significativa de sua capacidade econômica e social, reforçando o seu papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar e na segurança alimentar.

O ramo crédito, por sua vez, confirmou sua importância como instrumento de inclusão financeira e de fortalecimento das economias locais, especialmente em regiões com baixa presença bancária tradicional.

Os números apresentados pelo Anuário do Cooperativismo, demonstram que setores historicamente desafiadores, como saúde, trabalho e transporte, vêm demonstrando resiliência e capacidade de adaptação frente às transformações do mercado, às exigências tecnológicas e, inclusive, perante os impactos que a pandemia de COVID-19 impôs.

A adoção de modelos mais eficientes, o uso de tecnologias e a reorganização interna foram fundamentais para que as cooperativas desses ramos permanecessem competitivas e socialmente relevantes.

Diante do exposto, observa-se que o cooperativismo brasileiro não apenas resiste às adversidades do contexto socioeconômico atual, como também se destaca como uma estratégia eficiente de desenvolvimento sustentável.

Seus princípios, baseados na solidariedade, autogestão e participação democrática, convergem com os valores promovidos pela Agenda 2030 da ONU, tornando as cooperativas agentes legítimos de transformação social.

Ao promover inclusão produtiva, trabalho digno, equidade e desenvolvimento local, as cooperativas desempenham um papel estratégico na construção de uma sociedade mais justa e resiliente.

As contribuições do cooperativismo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial os ODS 8 e 12, evidenciam sua relevância não apenas como modelo econômico viável, mas como uma prática comprometida com o bem-estar coletivo e a preservação do meio ambiente.

Fortalecer o cooperativismo por meio de políticas públicas, educação e apoio institucional é, portanto, um caminho promissor para acelerar o cumprimento das metas globais estabelecidas até 2030.

O cooperativismo brasileiro não apenas resistiu às pressões externas no período analisado, como também reafirmou sua vocação histórica de ser um instrumento eficaz de desenvolvimento socioeconômico. Os dados revelam um setor mais forte, integrado, financeiramente robusto e socialmente comprometido. Cabe, agora, à academia, aos gestores públicos e aos próprios cooperados ampliar o reconhecimento do potencial transformador desse modelo, promovendo políticas, pesquisas e ações que assegurem sua sustentabilidade e expansão nos próximos anos.

O cooperativismo brasileiro não apenas resistiu às adversidades do período analisado, acredita-se que ele se reinventou, fortalecendo suas bases e reafirmando sua vocação histórica de ser um agente de transformação socioeconômica.

Os dados expressam muito mais do que números, eles revelam que o cooperativismo é resiliente, moderno, financeiramente robusto e, acima de tudo, comprometido com as pessoas, de forma concreta, ética e sustentável.

Assim, cabe também à academia, aos formuladores de políticas públicas e, principalmente, aos próprios cooperados, reconhecer e ampliar o alcance desse modelo. Que sejam promovidas mais pesquisas, mais incentivos e mais espaços de atuação, pois é através da cooperação que se torna possível construir um Brasil mais justo, solidário e próspero. Com isso, conclui-se que reconhecer, valorizar e ampliar o papel das cooperativas é uma ação fundamental para promover um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, C. N.; FORGIARINI, D. I. Desenvolvimento regional e cooperativismo: intersecções possíveis. In: DEPONTI, C. M. **Extensão e desenvolvimento regional: da teoria à prática** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2021. Disponível: [deponti-9786526800492-04.pdf](#). Acesso em: 10 de maio de 2025.

BUTTENBENDER, B. N.; FLACH, D. H.; CYRNE, C.C.S.; BARDEN, J. E.; SINDELAR, F.C.W. Cooperativismo e desenvolvimento: aproximações acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 3, p. 613-626, 2021.

FOURIER, C. **The theory of the four movements**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GRAÇA, J. C.; VERGINIO, M. R. C.; OLIVEIRA E. D. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Cooperativismo: Geração de empregos formais em cooperativas no Brasil e Trabalho Decente. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 6, n. 3, p. 34-55, 2020.

HOLYOAKE, G. J. **The History of Cooperation**. Londres: Trübner & Co., 1875.

ILHA, P. C. S.; PIACENTI, C. A.; LEISMANN, E. L. Uma análise comparativa da competitividade econômico-financeira das cooperativas agroindustriais do oeste do Paraná. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, p. 91-106, 2018.

KING, W. **Dr. William King and The Co-operator, 1828–1830**. Manchester: Co-operative Union Ltd., 1922. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dr._William_King_and_the_Co-operator,1828-1830\(IA_drwilliamkingcoo00king\).pdf](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dr._William_King_and_the_Co-operator,1828-1830(IA_drwilliamkingcoo00king).pdf). Acesso em: 23 abr. 2025.

MEDEIROS, M. C.; PADILHA, W. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e o crédito rural no Sudoeste do Paraná. **Geosul**, v. 2, n. 58, 2014.

MESQUITA, K. M. P.; SANTOS, R. R. S.; SOARES, J. L. O Impacto da COVID-19 nas cooperativas goianas de agricultura familiar: uma investigação a partir das Capacidades Dinâmicas. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 11, n. 21, p. e73707-e73707, 2024.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **AnuárioCoop**. 2024. Disponível em: Anuário do Cooperativismo - 2024 - Cenário Internacional. Acesso em: 02 de maio de 2025.

SAINT-SIMON, H. **Selected Writings On Science, industry, and social organisation**. New York: Holmes And Meier Publishers, Inc, 1975.

SILVA, D. B. F.; PINHEIRO, G.; GALHARDO, G.; SILVA, J. F.; FRANQUINI, K. F.; AZEVEDO, R.; NASCIMENTO, S. S.; MATARUNA-DOS-SANTOS, L. J.; GUEDES, A. L. A.; DA SILVA, C. A. F. Educação Para a Autogestão das Cooperativas e sua Contribuição para o Desenvolvimento Local. **Human and Social Development Review**, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51995/2675-8245.v3i1e10014>. Acesso: 15 de maio de 2025.

CAPÍTULO 2

COOPERATIVISMO, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: PERSPECTIVA CURRICULAR COOPERATIVISTA PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E OS ODS NO BRASIL

Ian Felipe Nascimento

Nicolli Souza Silva

Dr. Fábio dos Santos Massena

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-2

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo sustentável tem se consolidado como um modelo essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social, especialmente no contexto do ensino agroecológico na educação superior (Noradi; Guerra, 2015). Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, as universidades tornam-se agentes fundamentais na disseminação de práticas do desenvolvimento sustentável e cooperativista que incentivam a participação comunitária, a sustentabilidade e a inclusão produtiva (Abmes, 2019).

Nesse sentido, compreender os desafios do ensino superior seja público ou privado frente à necessidade de fortalecer o cooperativismo sustentável é crucial para a construção de políticas públicas eficazes e para a democratização do conhecimento na sociedade e curricularização das práticas cooperativistas em todos os cursos universitários.

Os princípios do cooperativismo, que promovem valores como a solidariedade, a interajuda e o respeito mútuo, são essenciais para cultivar uma cultura escolar onde os alunos aprendem a trabalhar juntos em prol de objetivos comuns, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade (Nascimento; Massena; Souza, 2023; Souza; Massena, 2024).

Este modelo está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, que buscam enfrentar os desafios globais e promover

um futuro mais justo e sustentável para todos. Entre os ODS mais diretamente relacionados com o cooperativismo sustentável estão o ODS 1 (Erradicação da Pobreza), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), que enfatizam a inclusão econômica, a criação de emprego, a redução de desigualdades e a promoção de práticas sustentáveis, respectivamente (Álvarez; Alarcón, 2019). Esses objetivos refletem o papel central do cooperativismo sustentável em promover não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a justiça social e a proteção ambiental.

O cenário começa a mudar com o surgimento das primeiras diretrizes da educação nacional, como a Lei n. 4.024/1961, que estabeleceu normas para a educação no Brasil e mencionou a extensão universitária como parte integrante do ensino superior (FORPROEX, 2012). Essa legislação foi um marco na organização da educação, trazendo uma perspectiva inicial sobre a extensão, embora ainda limitada, ao considerá-la principalmente como um apoio ao ensino e não como uma ferramenta inovadora para o desenvolvimento social, ODS, sustentabilidade e práticas cooperativista.

Neste contexto, o presente estudo propõe descrever o cooperativismo como agente essencial para a extensão universitária, estratégias de políticas educacionais públicas e privadas no âmbito curricular, voltadas as práticas cooperativistas para o desenvolvimento sustentável e das ODS no Brasil.

Dessa forma, o estudo se propõe através da lacuna de artigos que aborde a curricularização do cooperativismo nas universidades públicas e privadas no Brasil, que aborde o pensamento cooperativista como agente essencial para o alcance das ODS no Brasil. Ademais, compreender caminhos curriculares, ações estratégicas e como o cooperativismo contribui no presente e no futuro da sociedade é de grande valia para o desenvolvimento sustentável e as ODS no Brasil.

2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PONTE ENTRE O CONHECIMENTO ACADÊMICO E AS PRÁTICAS COOPERATIVISTAS

O estudo de Abmes (2019), a extensão universitária passou a ser reconhecida como um dos pilares da formação acadêmica, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996). Essa evolução permitiu que a universidade deixasse de ser um espaço restrito à produção de conhecimento teórico para se tornar uma instituição comprometida com a transformação social, conectando ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável.

As atividades extensionistas no Brasil tiveram início no século XX, com destaque para cursos e conferências promovidos pela Universidade de São Paulo (USP), em 1911, e para os serviços prestados pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, em 1920 (FORPROEX, 2012; De Paula, 2013).

De caráter inicialmente difusor, a extensão foi se transformando em um campo estratégico de aproximação entre universidade e território, com crescente valorização de práticas formativas vinculadas à realidade local. Nesse contexto, as práticas cooperativistas, especialmente quando articuladas à sustentabilidade e à justiça social, surgem como via concreta de aplicação do conhecimento acadêmico em prol da equidade econômica, da solidariedade e do fortalecimento das comunidades.

As práticas cooperativistas aliadas a uma sociedade democrática tornam-se, assim, componentes essenciais nas ações extensionistas que visam impacto social e construção de territórios resilientes. Essa concepção dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, sobretudo em metas relacionadas à erradicação da pobreza, segurança alimentar, educação de qualidade e trabalho decente. Ao articular extensão universitária e práticas cooperativistas, abre-se um caminho promissor para fomentar inovação social, inclusão produtiva e protagonismo comunitário.

A trajetória da extensão universitária no Brasil também foi marcada por tensionamentos. O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, reestruturou o ensino superior com viés centralizador e elitista, priorizando a formação técni-

co-especializada e marginalizando a extensão como instrumento de ação social (Vargas, Campos, 1998). Esse modelo permaneceu até as mobilizações do final da década de 1980, que resultaram na criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX, 2012) e no fortalecimento da luta por uma universidade mais democrática e comprometida com o desenvolvimento nacional (Nogueira, 2013).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o artigo 207 consolidou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reforçando a autonomia universitária e legitimando a extensão como dimensão estruturante da educação superior (Brasil, 1998). Posteriormente, a Lei nº 9.394/1996 reafirmou essa concepção ao estabelecer, em seu artigo 43, inciso VII, que a educação superior deve promover a extensão aberta à sociedade, visando à difusão dos benefícios do conhecimento científico e tecnológico (Abmes, 2019).

Com o intuito de enfrentar essas desigualdades, a Resolução n. 7, de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu diretrizes para a extensão na educação superior, reforçando seu papel na formação cidadã e no combate às desigualdades (FORPROEX, 2012).

Nesse panorama, as práticas cooperativistas despontam como ferramenta estratégica para integrar universidade e sociedade de forma mais orgânica. Elas oferecem não apenas um modelo de organização econômica, mas também uma prática pedagógica e política de formação para a cidadania, especialmente em territórios marcados por exclusão histórica (Pires; Bromberger, 2005). Como apontam Souza, Massena e Nascimento (2023), as práticas cooperativistas promovem segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento comunitário, funcionando como ponte entre conhecimento técnico-científico e saberes populares.

Essa atuação extensionista, quando integrada aos princípios do cooperativismo, gera impactos duradouros e estruturais, contribuindo diretamente para o alcance dos ODS e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Schneider, 2015).

Essa articulação entre universidades, políticas públicas e cooperativas serve de base para o que se desenvolve no tópico seguinte “O Cooperativismo

como Estratégia Educacional Pública e Privada do Desenvolvimento Sustentável e Implementação das ODS no Brasil”, onde aprofunda-se a compreensão das práticas cooperativistas não apenas como instrumento social e econômico, mas também como estratégia pedagógica e formativa em todos os níveis educacionais, capaz de gerar transformações significativas na forma como se concebe e pratica o desenvolvimento no país. Essa continuidade reforça o papel das universidades como articuladoras de saberes e ações que integram extensão, justiça social e sustentabilidade planetária.

A educação, nesse sentido, assume um papel central na consolidação da extensão como vetor de transformação. Programas de extensão e ensino podem capacitar indivíduos para a adoção de práticas cooperativistas e sustentáveis, promovendo autonomia, inovação social e desenvolvimento territorial (Schneider, 2015). Essa atuação extensionista, quando integrada aos princípios do cooperativismo, gera impactos duradouros e estruturais, contribuindo diretamente para o alcance dos ODS e para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Barbosa et al., 2022).

A curricularização da extensão surge como uma oportunidade estratégica para integrar as práticas cooperativas e reflexivas à formação dos estudantes nos mais diversos cursos de graduação (Brasil, 1996). Ao articular a teoria à vivência concreta dos territórios, a universidade permite que o aluno compreenda os desafios sociais, ambientais e econômicos com os quais irá se deparar em sua atuação profissional. Cursos como agronomia, administração, pedagogia, enfermagem, engenharia, serviço social, entre outros, podem incorporar metodologias baseadas na cooperação e na resolução coletiva de problemas, promovendo uma formação crítica, cidadã e contextualizada.

A implementação de projetos de extensão com enfoque cooperativista também contribui para o desenvolvimento de competências interdisciplinares, como empatia, diálogo, escuta ativa, planejamento coletivo e corresponsabilidade. Tais competências são essenciais não apenas para o campo profissional, mas para a construção de sujeitos sociais comprometidos com a transformação de suas comunidades.

Nesse sentido, a curricularização da extensão reforça o papel das práticas cooperativistas como ferramenta pedagógica potente e transversal, capaz de alinhar formação acadêmica e compromisso ético-social em todos os campos do conhecimento.

3. A CONJUNTURA DAS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS PÚBLICA E PRIVADA E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICA COOPERATIVISTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NO BRASIL

No cenário atual da educação superior brasileira, tanto as universidades públicas quanto as privadas enfrentam o desafio de promover uma formação que dialogue com as urgências sociais e ambientais do país. Embora apresentem estruturas, públicos e finalidades distintas, ambas as esferas têm papel fundamental na consolidação das práticas cooperativistas como estratégia de fortalecimento territorial e de promoção da justiça social.

As universidades públicas, por sua natureza institucional e compromisso com a função social do ensino, têm histórico mais consolidado de atuação extensionista e de articulação com movimentos sociais, comunidades tradicionais e organizações de base (Moraes Freire, 2011).

O cooperativismo, enquanto prática pedagógica e instrumento de transformação social, torna-se um eixo transversal capaz de promover um diálogo unificado entre universidade e sociedade, tanto no setor público quanto no privado. Esse movimento amplia o alcance das práticas cooperativistas, contribuindo para a democratização do conhecimento e a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Assim, a curricularização se faz necessário, apresenta-se caminhos onde a prática cooperativa pode contribuir, se inserido nos mais diversificados e distintos cursos das universidades públicas e privadas para enfrentamento das mudanças e crises climáticas na contemporaneidade.

A conexão entre a extensão universitária, políticas públicas e o cooperativismo sustentável pode gerar um impacto significativo na promoção dos ODS no Brasil. Assim, as universidades públicas e privadas assumem o compromisso de atuar na construção de soluções para problemas sociais por meio da

integração entre ensino, pesquisa e extensão, elas ultrapassam o papel de formadoras de profissionais para se tornarem agentes ativos do desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades (Arce, 2023).

Nesse processo, o cooperativismo sustentável desponta como uma ferramenta estratégica de transformação, fortalecendo a capacidade das populações de se organizarem de forma autossustentável, promovendo inclusão social e justiça econômica.

A implementação de tecnologias e políticas públicas adequadas é fundamental para que essas práticas sejam eficazes.

Nesse mesmo sentido, Nascimento et al. (2025) defende que as ciências agrárias junto as práticas cooperativistas representam uma alternativa viável para o desenvolvimento rural sustentável, pois respeita os recursos naturais, valoriza os saberes locais e promove inclusão social e econômica minimizando as desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais. Esses elementos dialogam diretamente com os ODS, especialmente os de combate à pobreza, promoção de igualdade e segurança alimentar (Montegut; Colom; Plana-Farran, 2024).

A extensão universitária, nesse contexto, surge como instrumento poderoso de articulação entre academia, políticas públicas e práticas sociais. Ela atua como catalisadora de metas como o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e o ODS 10 (Redução das desigualdades), ao fomentar práticas cooperativas que envolvem diretamente as comunidades em situação de vulnerabilidade (Schneider, 2015). Por meio de atividades extensionistas, é possível desenvolver modelos de negócios coletivos, baseados na solidariedade e na justiça social, que proporcionem geração de renda, resgate da autonomia e inclusão no mercado formal de trabalho.

As instituições privadas de ensino, bem como organizações da sociedade civil, também desempenham um papel significativo na promoção do cooperativismo como prática pedagógica e política de desenvolvimento sustentável, seja por meio de parcerias com cooperativas, financiamento de projetos sociais ou oferta de formação profissional voltada à economia solidária, o setor privado pode atuar de forma complementar e estratégica, contribuindo para a implementação dos ODS em escala mais ampla (Barbosa et al., 2022).

A inclusão do cooperativismo nos currículos escolares, nos cursos técnicos e na educação profissionalizante representa um passo decisivo para consolidar a cultura da cooperação como um eixo transversal da educação brasileira pública e privada formando sujeitos comprometidos com a justiça social e a sustentabilidade.

O cooperativismo sustentável também está alinhado ao ODS 12 (Consumo e produção responsáveis), pois propõe práticas produtivas, que respeitam os limites do planeta. Ao disseminar essas práticas, as universidades cumprem um papel educativo fundamental, especialmente em comunidades rurais e periféricas (Montegut; Colom; Plana-Farran, 2024).

A educação em cooperativismo sustentável, articulada à extensão universitária, permite que indivíduos e grupos compreendam a importância da produção e do consumo conscientes, promovendo um uso mais racional dos recursos naturais.

Sendo a educação um dos pilares do ODS 4 (Educação de qualidade), a integração entre o cooperativismo e as atividades acadêmicas amplia a formação dos estudantes, transformando-os em sujeitos ativos no processo de mudança social. Projetos de extensão que dialogam com as realidades locais contribuem diretamente para a formação de cidadãos engajados com sua responsabilidade social e ambiental.

A universidade, nesse processo, deixa de ser uma instituição apartada da realidade e torna-se um agente protagonista na construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável, como destacam Montegut, Colom e Plana-Farran (2024).

É fundamental que as políticas públicas também se articulem a essa visão. Um ambiente institucional que garanta suporte financeiro, técnico e formativo às cooperativas é essencial para que essas experiências cresçam de forma autossustentável e gerem impacto duradouro. A articulação entre universidades, governos e sociedade civil permite o fortalecimento do cooperativismo como estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento territorial.

O cooperativismo sustentável, quando conectado à extensão e às políticas públicas, torna-se uma estratégia potente para a construção de comunidades re-

silientes e conscientes dos seus direitos e responsabilidades frente aos desafios globais.

As cooperativas desempenham um papel fundamental nas transições digitais e ambientais justas, promovendo sustentabilidade, solidariedade e justiça social (Bayas; Noriega, 2019). Na agricultura familiar, elas fortalecem a produção e comercialização, ajudando as famílias a permanecerem no campo.

O cooperativismo é essencial para a segurança alimentar e o equilíbrio socioeconômico rural, sendo crucial na adoção de práticas sustentáveis. Além disso, ao se integrar à extensão universitária e às políticas públicas, o cooperativismo impulsiona os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo desenvolvimento baseado em justiça social, soberania alimentar e sustentabilidade.

4. METODOLOGIA

A primeira etapa consistiu na realização de um levantamento bibliográfico aprofundado, com foco nas áreas de cooperativismo e desenvolvimento sustentável. Utilizou-se artigos, teses e dissertações de relevância acadêmica, disponíveis no banco de teses e dissertações da Capes, além de outras bibliotecas digitais especializadas em produção monográfica. Também foram incluídas produções periódicas acessíveis em plataformas como *Google Acadêmico*, *Scielo*, *Dialnet* e *Redalyc*.

Buscou-se os descritores: “Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável”, “Percepção” e “Agenda ODS 2023”, com o objetivo de mapear as principais contribuições teóricas e empíricas sobre os temas abordados. Após o levantamento, a segunda etapa envolveu a análise qualitativa das produções científicas selecionadas.

A pesquisa focou na revisão e interpretação crítica das publicações, buscando identificar tendências, lacunas e contribuições significativas relacionadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no contexto do cooperativismo. A análise também considerou a relevância dos estudos para o desenvolvimento rural sustentável, destacando as práticas cooperativas como elementos chave para a promoção de mudanças sociais e econômicas nas comunidades atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da articulação entre extensão universitária, políticas públicas e cooperativismo sustentável, observam-se resultados expressivos, mas ainda com uma desarticulação entre o fortalecimento destas áreas unificadas para o cooperativismo em termos curriculares. Os projetos de extensão que integram práticas cooperativas têm demonstrado grande potencial para atuar como impulsionadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo o desenvolvimento territorial com justiça social.

Nas plataformas mencionadas, onde utilizou-se os descritores de busca citados na metodologia, percebe-se, que ainda precisa uma discussão mais atenciosa nas pesquisas científicas, no que se refere a extensão universitária, políticas públicas, as quais investiguem o cooperativismo como fator essencial de impacto para o desenvolvimento sustentável e para o alcance das ODS no Brasil.

Com base na revisão sistemática realizadas 14 artigos com temáticas do cooperativismo e desenvolvimento sustentável/e ODS, 8 artigos sobre Extensão Universitária e 6 sobre políticas públicas, identificaram-se transformações concretas nas comunidades em que houve integração efetiva entre universidade com extensão, cooperativas e políticas públicas.

Entre os impactos observados, destacam-se: aumento da renda familiar, melhoria da autoestima coletiva, permanência de jovens e agricultores no campo, e maior protagonismo comunitário em decisões locais através das cooperativas agrícolas (Buttenbender et al., 2021).

Os indicadores qualitativos e quantitativos levantados na revisão sistemática foram analisados nos estudos de Schneider (2015), Freitag, Klesener e Plein (2019), Butten-bender et al. (2021), Bthesing, Brum e Metogbe (2022), Carbajal López, Barrio Alonso e Gil Martín (2022), Fontenla e Glock (2022), Arce (2023), De Almeida e Dos Santos (2023), Saltos (2023), Catalá Estada et al. (2024), Krug, Padula e Waquil (2024), Montegut, Colom e Plana-Farran (2024) e Dos Santos (2025). Portanto, estes artigos demonstraram relevantes

contribuições do cooperativismo direta para as metas das seguintes ODS da agenda 2030:

ODS 1 (Erradicação da pobreza): com o fortalecimento das cadeias produtivas locais por meio de cooperativas apoiadas por ações extensionistas e políticas públicas de incentivo. ODS 4 (Educação de qualidade): por meio da capacitação técnica, formação cidadã e troca de saberes entre universidade e comunidades.

ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico): com a geração de novas oportunidades produtivas, valorização do trabalho coletivo e acesso a mercados.

ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis): ao promover o desenvolvimento de territórios com base em práticas sustentáveis, fortalecendo a vida no campo e freando o êxodo rural. ODS 12 (Consumo e produção responsáveis): através da promoção de tecnologias sociais e da valorização de práticas agroecológicas e solidárias nas cooperativas.

Estudos como o presente contribuem de forma significativa para o avanço dos ODS, especialmente no que tange ao cooperativismo e suas práticas no desenvolvimento rural e social.

A pesquisa de Bittenbender et al. (2021), por exemplo, analisa as aproximações entre o cooperativismo e os ODS, destacando como a promoção de cooperativas pode ser uma estratégia eficiente para o alcance de objetivos globais, como a erradicação da pobreza e o desenvolvimento de comunidades sustentáveis.

Freitag, Klesener e Plein (2019) também discutem como o cooperativismo solidário tem contribuído para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, mostrando que práticas cooperativas podem gerar impactos concretos na geração de renda, melhoria das condições de vida e redução das desigualdades, diretamente alinhadas aos ODS.

Além disso, Montegut, Colom e Plana-Farran (2024) exploram a contribuição das cooperativas agrícolas centenárias na Catalunha, detalhando suas características e como seu modelo contribui para o avanço dos ODS, particularmente em relação à sustentabilidade e ao desenvolvimento social. Esses

estudos ilustram como as cooperativas podem ser agentes chave para a construção de economias mais inclusivas e sustentáveis, tanto localmente quanto no cenário global.

Por sua vez, Schneider (2015) enfatiza o papel do cooperativismo no desenvolvimento sustentável, analisando como práticas cooperativas podem contribuir para a integração de modelos econômicos mais justos e sustentáveis, especialmente nos contextos rural e agrícola. Álvarez e Alarcón (2019), em sua pesquisa sobre a relação entre os ODS, o Plano para uma Década Cooperativa e o balanço social nas cooperativas, discutem como as cooperativas podem ser instrumentos importantes para o cumprimento das metas globais, particularmente no fortalecimento da responsabilidade social e ambiental.

Apesar dos avanços, a revisão sistemática também revelou desafios significativos que limitam o alcance e a continuidade dessas ações. Entre eles, destacam-se: entraves institucionais e burocráticos que dificultam a operacionalização dos projetos; descontinuidade de políticas públicas em razão de mudanças de gestão ou ausência de planejamento de longo prazo; escassez de recursos financeiros; e falta de apoio técnico constante às cooperativas e aos projetos extensionistas em territórios periféricos.

Por outro lado, as potencialidades observadas reforçam a importância de investir nesse modelo integrado. Há um fortalecimento crescente das redes cooperativistas locais, o que contribui para a construção de economias solidárias mais resilientes. A ampliação da atuação das universidades por meio da extensão proporciona uma aproximação real com os desafios sociais e ambientais dos territórios. Além disso, a formação de lideranças comunitárias e o empoderamento social dos sujeitos envolvidos criam uma base sólida para a continuidade e ampliação dos impactos gerados.

A formação acadêmica, nesse contexto, passa a ser não apenas um espaço de acúmulo técnico-científico, mas também um lugar de vivência e transformação mútua entre universidade e sociedade. As práticas extensionistas que adotam o cooperativismo como eixo metodológico proporcionam, ainda, a criação de redes de solidariedade e inovação, fundamentais para a superação dos desafios socioambientais enfrentados pelas populações periféricas e rurais.

Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de uma reformulação na lógica de planejamento e execução de políticas públicas, adotando o território como referência central.

Dessa forma, a extensão universitária não apenas se reafirma como um dos pilares da educação superior brasileira, mas consolida-se como catalisadora do desenvolvimento sustentável. A sinergia entre universidade, poder público e cooperativas representa uma possibilidade concreta de transformação social, econômica e ambiental, sobretudo nos territórios mais vulnerabilizados impulsionando, de maneira efetiva, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O cooperativismo, ao ser integrado a extensão universitária pública e privada, pode ser essencial para a construção de alternativas sustentáveis, promovendo a inclusão social, a melhoria das condições de vida e a redução das desigualdades, se vinculadas as práticas cooperativistas. A pesquisa revelou que, em contextos onde essa integração ocorre de forma efetiva, há um aumento da renda familiar, a melhoria da autoestima coletiva, a permanência de famílias no campo e um maior protagonismo nas decisões locais.

Os resultados indicam que o cooperativismo não apenas impulsiona a economia local, mas também fortalece os vínculos comunitários, promovendo o trabalho coletivo, a solidariedade e a sustentabilidade. Sua implementação tem mostrado ser uma ferramenta eficaz para enfrentar desafios socioeconômicos, como o acesso limitado a serviços básicos, e para ampliar as oportunidades de permanência das famílias rurais no campo.

Além disso, a revisão sistemática evidenciou que a atuação intersetorial, envolvendo universidades, poder público e cooperativas, é crucial para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa mostrou como o cooperativismo pode contribuir diretamente para a erradicação da pobreza, o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, o crescimento econômico e a promoção de práticas de consumo responsável.

Os desafios enfrentados, como entraves institucionais, faltam de apoio técnico contínuo e a descontinuidade de políticas públicas, destacam a necessidade de uma abordagem mais integrada e contínua no planejamento e execu-

ção das ações. Essas dificuldades indicam a urgência de reformas nas políticas públicas, com foco no fortalecimento das redes cooperativistas e no empoderamento das lideranças locais.

A pesquisa mostra que a combinação de práticas cooperativas com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável pode gerar impactos duradouros, contribuindo para o cumprimento dos ODS, criando economias mais resilientes e melhorando as condições de vida nas comunidades rurais. Portanto, é essencial investir em políticas públicas que fortaleçam as cooperativas, a formação de lideranças comunitárias e a continuidade das ações extensionistas, garantindo um futuro mais justo e sustentável para as populações rurais.

6. REFERÊNCIA

ABMES. **Associação Brasileira de mantenedoras de ensino superior**. Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3337/diretrizes-para-a-extensao-na-educacao-superior-brasileira> . Acesso 12 fev. 2025.

ÁLVAREZ, J. F.; ALARCÓN, M. Á. Relaciones entre los ODS, el Plan para una Década Cooperativa y el balance social en cooperativas. In: **Conferencia Internacional de UNTFSSSE**. 2019.

ANUÁRIO COOP. 2024. Disponível em: <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 20 de fev. de 2025.

ARCE, V. M. A. La Agenda 2030 y el compromiso de las administraciones y entidades del sector público por el desarrollo de políticas públicas sostenibles. **Cooperativismo e economía social**, n. 44, p. 53-80, 2023.

BARBOSA, J. C.; FERREIRA, M.R.; DE PAIVA, C. C.; PATRÍCIO, K. P.; SILVA, D. H. S.; PORTELA, J. C. A experiência da UNESP com a Agenda 2030: a governança universitária como indutora de ações e articulações para o enfrentamento dos desafios locais e globais. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 21, n. 41, p. 132-146, 2022.

BRASIL. **Presidência da República Casa Civil Lei Nº 9.394**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso 12 fev. 2023.

BTHESING. N. J ; BRUM. A. L; METOGBE. M. Cooperativismo agrícola: uma prática coletiva para o desenvolvimento socioeconômico nos países da África Ocidental. **DRdDesenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed. esp. 2 (DossieCooperativismo), p. 179-198, 2022. Disponível em: Cooperativismo agrícola | DRd - Desenvolvimento Regional em debate (unc.br). Acesso em: 17 fev, 2025.

BUTTENBENDER, B. N.; et al. Cooperativismo e desenvolvimento: aproximações acerca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Revista IberoAmericana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 3, p. 613-626, 2021.

CARBAJAL. L. R.; BARRIO. A.; CIPRIANO; GIL M. J. Repensar el cooperativismo rural como respuesta a los ODS: de Campoastur S. Cooperativa; al nuevo asociacionismo autogestionado?: un análisis desde la realidad rural asturiana. **Derecho, legislación y políticas públicas en el marco de los ODS.**, p. 213-242, 2022.

CATALÁ ESTADA, B.; SAVALL MORERA, T.; CHAVES ÁVILA, R.; BASSI, A. M. Las políticas públicas de fomento del cooperativismo en el marco de los ecosistemas de economía social. Un análisis comparado en la Comunidad Valenciana y la Emilia Romagna. **CIRIECEspaña, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 110, p. 5-44, 2024.

DE ALMEIDA, F. F; DOS SANTOS, E. C. R. Cooperativismo e preservação ambiental: impactos, desafios e contribuições das cooperativas de reciclagem. **REVICOOP**, v. 4, 2023.

DOS SANTOS, A. N. S.; DA SILVA SOARES, D.; DA SILVA, H. F.; VELOSO, C. C.; FURTADO, R. G.; NASCIMENTO, I. F.; RASIA, R. Resíduos sólidos e Design sustentável—uma análise da reciclagem na “economia circular” à luz da agenda 2030. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 7365-7391, 2025.

FONTENLA, E.; GLOCK, D. Complementación entre los principios cooperativos y los ODS. Una mirada desde la economía social y solidaria. **Revista CIRIEC Costa Rica.(e-ISSN: 2215-6577)**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2022.

FORPROEX, BRASIL. **Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus, AM: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13Politica_Nacional-de-Extensao.pdf. Acesso em 01 fev, 2023.

FREITAG, C.; KLESENER, H. M.; PLEIN, C. Contribuições do cooperativismo solidário para agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 95-109, 2019.

KRUG, A. U.; PADULA, A. D.; WAQUIL, P. D. Práticas de sustentabilidade esg, desempenho econômico, princípios do cooperativismo e ODS nas cooperativas agropecuárias do rio grande do sul. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 22, n. 1, p. 1-22, 2024.

MONTEGUT, Y.; COLOM, A.; PLANA-FARRAN, M. Las Cooperativas Agrarias Centenarias en Catalunya: Características y contribución a los ODS. **CIRIEC-España, revista de economía pública, social y cooperativa**, n. 110, p. 129-161, 2024.

MORAES FREIRE. S. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. **Revista Conexão UEPG**, v. 7, n. 1, p. 8-15, Redalyc. Desafios da extensão universitária na contemporaneidade. 2011. Acesso 12 fev. 2025.

NASCIMENTO, I. F.; MASSENA, F. S.; SILVA, N. S. O cooperativismo no contexto do ensino superior.. In: **Anais..FINATEC - UNB**, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/ebpc-encontro-brasileiro-de-pesquisadores-emcooperativismo-312961/639249-o-cooperativismo-no-contexto-do-ensino-superior/>.

NASCIMENTO, I. F.; MASSENA. S.F.; SOUZA. S. N et al. Desenvolvimento sustentável, ciências agrárias, e cidadania ética: perspectivas e extensão no ensino do cooperativismo. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13549-e13549, 2025.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 35-47, 2013.

PIRES, P. A. G.; BROMBERGER, S. M. T. Educação ambiental e extensão universitária: uma estratégia de contribuição para a construção e/ou resgate da cidadania. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 17, n. 1, p. 107-121, 2005.

SALTOS, A. H. E. El cooperativismo en el turismo y su contribución a los ODS: una revisión bibliométrica y bibliográfica. **Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica**, v. 6, p. 33-54, 2023.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

VARGAS, G.; CAMPOS, F. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. 1998. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1985111-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev, 2023.

CAPÍTULO 3

ENTRE O LOCAL E O DIGITAL: A COMUNICAÇÃO NA GESTÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES NA BAHIA

João Pedro Oliveira Borges

Karlegiane de Souza Braz

Maria Brenda da Silva Santana

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-3

1. INTRODUÇÃO

A comunicação tem se tornado cada vez mais presente nessas organizações, possibilitando o fortalecimento das relações tanto internas quanto externas. Diante de um mercado globalizado e das inovações tecnológicas em constante evolução, os membros das cooperativas e associações necessitam, de forma crescente, de mecanismos de comunicação eficazes e estruturados.

A comunicação é essencial para a eficácia e o êxito das cooperativas. Como entidades que se destacam pela cooperação e participação ativa de seus membros, as cooperativas e associações necessitam de uma comunicação clara para garantir compreensão, envolvimento e confiança entre todos os participantes.

Este trabalho aborda a relevância da comunicação nas cooperativas, destacando seu papel na tomada de decisões em conjunto, na resolução de conflitos, no fortalecimento das interações entre os associados e na conquista de metas compartilhadas. Além de se relacionar com seus membros, as cooperativas devem se comunicar de maneira eficaz com parceiros externos, como fornecedores, clientes, instituições financeiras e órgãos reguladores. Uma comunicação clara e coesa não apenas solidifica essas parcerias, mas também simplifica a negociação de contratos, o acesso a recursos e a promoção dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo central compreender como as cooperativas e associações baianas estão utilizando a comunicação como ferramenta estratégica em suas práticas de gestão. Mais do que apenas identificar meios e canais, busca-se analisar de que forma essa comunicação contribui para a organização interna, o engajamento dos cooperados e a construção de uma imagem institucional coerente com os princípios do cooperativismo.

Para tanto, optou-se por uma metodologia de natureza qualitativa e caráter descritivo, combinando revisão bibliográfica com uma pesquisa de campo realizada durante uma feira de agricultura familiar em Salvador. A coleta de dados foi feita por meio de questionários aplicados a representantes de cooperativas e associações presentes no evento, o que permitiu captar percepções reais sobre os desafios e possibilidades da comunicação na rotina dessas organizações. A análise seguiu uma abordagem interpretativa, ancorada nas contribuições teóricas da comunicação organizacional.

2. A COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

É possível entender, de maneira superficial, o conceito de comunicação conforme definido em qualquer dicionário: o ato ou efeito de se comunicar, um aviso, uma informação ou até mesmo uma transmissão (Rocha, 1997). Essas definições podem não estar totalmente erradas, mas sem dúvida são insuficientes para categorizar o fenômeno em questão.

A comunicação é uma ferramenta essencial para promover o entendimento entre as pessoas. A origem da palavra vem do latim *communicare*, que significa compartilhar, participar ou tornar algo comum entre indivíduos (Pinheiro, 2005). Desde os períodos mais antigos, comunicar-se já era uma necessidade básica, pois possibilita a convivência e a interação entre os seres humanos.

Na visão de Gontijo (2004) não se pode pensar na história da humanidade, sem considerar que a da comunicação caminhou junto, ou seja, uma das principais formas de se “transmitir” a história de uma família, de uma tribo, de uma comunidade ou de qualquer outro grupo (ou indivíduo) é através da comunicação, que poderá ser verbal ou não.

Desse modo, pode-se compreender que a comunicação é crucial para a sociedade, sendo uma das principais estruturas para a convivência comunitária. Em razão disso, desde a origem, ela vem sendo utilizada como instrumento de conversação, possibilitando estabelecer entendimento e compartilhar conhecimento.

Pinheiro (2005) destaca que a comunicação representa uma forma de poder, já que, ao usá-la, podemos convencer, influenciar, despertar sentimentos e interesses, e ainda criar expectativas. A ausência de comunicação é impossível, visto que mesmo sem intenção estamos sempre emitindo mensagens a outros. Até mesmo o silêncio diante de uma situação é uma forma de comunicar-se.

Outra característica da comunicação é sua irreversibilidade, já que, ao nos comunicarmos, não podemos voltar atrás. Além disso, a comunicação não se repete exatamente: ainda que se diga a mesma coisa, nos mesmos lugares e com as mesmas palavras, ela não será idêntica na segunda vez. Consequentemente, receptores e emissores mudam a todo momento, provocando perdas que afetam a forma de comunicar, bem como o entendimento do que foi dito.

Inicialmente, a comunicação desempenha quatro funções fundamentais: controle, motivação, expressão emocional e transmissão de informações. De acordo com Rüdiger (2011), ela possui a capacidade de mobilizar as faculdades do entendimento humano e envolver os indivíduos em estruturas de significado, mesmo quando não estão fisicamente presentes. A comunicação de controle consiste em uma hierarquia na qual se emitem comandos. Esse tipo de comunicação é comum no mundo do trabalho, onde existe um conjunto de comportamentos autoritários e regras rígidas.

De acordo com Costa (2010 apud Silva et al., 2015), colaboradores motivados contribuem diretamente para a lucratividade das organizações, tornando-as ambientes mais atrativos para se trabalhar e, consequentemente, mais rentáveis, estáveis e competitivas. Nesse contexto, a comunicação voltada à motivação tem um papel essencial, pois auxilia os membros da equipe a compreenderem tanto os processos de trabalho quanto quem os executa.

Na colocação de Rodrigues (1994, p. 22 apud Rüdiger, 2011, p. 24) “a comunicação é uma relação fundamentalmente intersubjetiva; enraíza-se na

experiência particular e singular dos interlocutores, fazendo apelo tanto à experiência individual como a experiência coletiva que entendem pôr em comum”. Considerando que esse diálogo potencializa tanto profissional quanto pessoalmente, e que esse tipo de comunicabilidade é necessário para formar ideologia existencial, não se pode, de forma alguma, ignorar este processo dentro das instituições.

Segundo Robbins (2002 apud Oliveira et al., 2011), a expressão emocional é um dos mecanismos mais fundamentais para o compartilhamento de sentimentos. Por meio dela, torna-se possível a interação entre as pessoas, a manifestação da satisfação e o fortalecimento dos vínculos sociais, contribuindo assim para a construção coletiva de significados. A concepção de comunicação é totalmente relevante e fundamental para o compartilhamento de uma idealização, levando assim a transformar isso em algo comum e fazendo com que se converta a uma opinião.

A comunicação é composta totalmente pela sociedade humana desenvolvida em todos os espaços da vida social, hoje associada por diversas modificações ligadas com a globalização, as transformações culturais, sociais e políticas com surgimento contínuo e novos suportes e instrumentos, além da amplificação de novas tecnologias (Ramos, 2001).

Ramos (2001) destaca ainda que a comunicação envolve vínculos que unem pessoas que se comunicam. O contexto também inclui o local de socialização, portador de regras, de normas, de modelos e de interação. Diante disso, sempre que as pessoas necessitam efetuar algo demasiado complexo, para ser feito individualmente, são criadas organizações. E o ato de organizar exige a comunicação entre as pessoas.

No entanto, a modernização da sociedade (aparecimento da agricultura, comércio, indústria) originou-se das organizações mais complexas, e com elas a necessidade comunicativa mais criteriosa. Desse modo, no final do século XIX, surgiram os primeiros formatos de profissionalização da comunicação através da formação de gabinetes especializados, desenvolvimento de exercícios de comunicação organizadas e funções de gestor da comunicação (Ruão, 2016).

As organizações têm uma necessidade de se conhecer e de se comunicar com seus integrantes, compreendendo esta realidade, surgiu o conceito de comunicação organizacional. É possível compreendê-la como um processo relacional – emissor/receptor – ou seja, as relações sociais que se processam entre eles, os envolvem, como seus efeitos recíprocos ao passo que se comunicam (Scroferneker, 2006).

De acordo Brandão (2009), o papel da comunicação organizacional é estabelecer conexões internas e destes com o público externo, buscando soluções e aprimorando o funcionamento da instituição e de seus colaboradores e possibilitando que seus clientes conheçam-na. Deve ser planejada e estrategicamente fundamentada, uma vez que estabelecerá relações importantes que refletirão no seu funcionamento e na sua imagem perante os *stakeholders*, seja ela privada ou pública.

Independentemente das características da entidade, os esforços de comunicação organizacional funcionam como mecanismos de planejamento e monitoramento que reforçam a presença da marca no local e, simultaneamente, articulam e expressam as preocupações da organização ao público.

Segundo Costa e Crescitelli (2003), a comunicação fornece às empresas e produtos um conjunto de ferramentas ou estratégias que podem reduzir problemas no mix de marketing. Estas estratégias, incluem publicidades, promoções de vendas, propagandas e merchandising, tem em vista divulgar o produto/empresa, fidelizar o produto, consolidar sua identidade e assim deixar nas mãos do público a decisão de compra.

A comunicação mercadológica inclui todas as atividades comerciais utilizadas para promover produtos e serviços, independentemente do suporte ou meio utilizado, com o objetivo de comunicar a sua existência ao mercado-alvo. Pretende fortalecer a imagem de sua marca, produtos e serviços, dar-lhe uma posição favorável no mercado e aumentar as vendas.

Para essa finalidade as empresas divulgam um amplo leque com um mix de comunicações, incluindo esforços de publicidade, relações com a mídia, atendimento ao cliente e uma eficiente estrutura de distribuição (Bruzamarello;

Francischett, 2008). Portanto, as ferramentas de comunicação ampliam a mensagem da empresa até o público desejado, com grande intensidade e o mínimo de ruído possível.

3. COMUNICAÇÃO E COOPERATIVISMO

Ao analisar a legislação nacional (Lei nº 5.764), observa-se que as cooperativas constituem uma associação de pessoas, com estrutura jurídica de caráter civil e isentas de falência. O artigo IV da referida lei orienta quais prestações de serviços os seus membros devem seguir, evitando que sejam sujeitos à falência; seguindo as normas desta lei, os membros estão sujeitos a receber 5% do saldo líquido (Fates, 2022).

Os principais serviços oferecidos aos membros e que caracterizam as cooperativas são: adesão voluntária, possibilidade de ter um número ilimitado de associados (salvo em casos tecnicamente inviáveis), unidade de voto, cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas (com limitações para aquelas que atuam na área de crédito, que podem optar pelo critério de equilíbrio e pela indivisibilidade dos fundos de reserva e de assistência técnica educacional e social) (Brasil, 1971).

As cooperativas são definidas como entidades formadas por um mínimo de vinte indivíduos, podendo excepcionalmente incluir pessoas jurídicas que tenham objetivos alinhados às atividades econômicas dos indivíduos ou ainda organizações sem fins lucrativos.

As cooperativas centrais ou federações de cooperativas são formadas por, pelo menos, três cooperativas singulares, podendo aceitar uma ampla gama de membros. Já as associações de cooperativas são compostas por, no mínimo, três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, que podem ser da mesma ou de diferentes categorias. As cooperativas se classificam também com base em seus propósitos ou na natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados (Brasil, 1971).

Para iniciar uma cooperativa, deve-se escolher um líder entre os associados. Os líderes precisam estar conscientes de suas obrigações legais e compre-

ender responsabilidades assumidas, tais como organizar encontros para debater planos, expectativas e inquietações dos integrantes. Isso resulta no início de um processo democrático cujo objetivo principal é unificar ideologias para fortalecer o cooperativismo inicial. De acordo com a lei, uma cooperativa pode ter até 20 membros, mas são necessários no mínimo 20 para ser constituída (Gonçalves, 2020).

Entre as cooperativas, há a necessidade de entidades de apoio que representem seus interesses e promovam estruturas de suporte adequadas. A OCB atua nesse sentido de forma gratuita, preparando os membros das cooperativas (Gonçalves, 2020). Além disso, a OCB busca unir aqueles que acreditam no cooperativismo, fortalecendo-o e defendendo-o para torná-lo um modelo socioeconômico viável, oferecendo serviços de alta qualidade para aumentar a competitividade no mercado e proporcionando melhores oportunidades aos cooperados.

A educação cooperativista é um método para facilitar o entendimento sobre o cooperativismo: seus princípios e valores, sua história no Brasil e no mundo, o que é uma cooperativa e como ela se diferencia das demais organizações, o funcionamento de uma cooperativa e os benefícios sociais e econômicos que ela pode oferecer aos associados (Gonçalves, 2020).

Vale ressaltar que é de grande importância que os colaboradores e associados tenham um bom entendimento sobre cooperativismo. A educação dos cooperados tem a intenção de conscientizá-los sobre seus direitos, atividades e forma de atuação profissional. A educação dos associados direciona-os para uma relação mais completa com os cooperados e ajuda a melhorar a imagem da cooperativa na comunidade, devido à disseminação da cultura cooperativa (Gonçalves, 2020).

A educação dentro da cooperativa é de suma importância, e não se pode falar em educação sem citar a comunicação, pois elas caminham lado a lado (Sousa et al., 2017).

Manter a organização e a educação entre os cooperados é um grande desafio e investimento; para administrar diferentes classes sociais e prestações de serviços, é necessário haver uma boa comunicação, o que também contribui para uma boa harmonia entre os cooperados.

A educação desempenha um papel crucial nas cooperativas, transformando o cooperativismo em uma filosofia de governança. Segundo o Manual de Boas Práticas de Governança Cooperativa do Sistema OCB, a educação é um investimento crucial para o progresso social, com o objetivo de formar líderes que possam, em seus conhecimentos de administração e gestão, estabelecer a base da identidade cooperativa, tornando-se assim um alicerce de sucesso e longevidade dessa doutrina (Gonçalves, 2020).

O cooperativismo atual envolve aspectos econômicos e sociais, incorporando ajuda mútua, sabedoria, democracia, justiça, igualdade e solidariedade em seus princípios. Entre os responsáveis pela gestão, os resultados dessas atividades são distribuídos proporcionalmente a cada membro (Sousa et al., 2018).

Uma das principais características do cooperativismo é ser um corpo social gerido democraticamente, direcionado às necessidades do grupo e unido em torno de um objetivo comum: os cidadãos são mais importantes que o capital. O cooperativismo orienta-se por princípios, valores e filosofias próprias, ao mesmo tempo em que apresenta aspectos associativos e empresariais que a diferenciam de outras organizações (Büttenbender, 2009).

Atualmente, o maior obstáculo para as cooperativas é realizar uma administração justa, voltada tanto para o lado empresarial quanto para o social. Para isso, a cooperativa precisa estar bem estruturada e coordenada sob a lógica do cooperativismo, de modo que as duas formas de gestão se complementem e contribuam igualmente para a concretização dos objetivos organizacionais (Sousa et al., 2013).

De acordo com Sousa et al. (2013), as cooperativas são organizadas internamente em grupos econômicos-financeiros com estruturas diferenciadas. Na gestão, seu objetivo é conduzir os incentivos e interesses econômicos dos associados ao empreendimento coletivo, além de se preocuparem com questões estratégicas da administração, especialmente em aspectos financeiros, de produção e marketing. A gestão social, por sua vez, foca na ligação da cooperativa com os associados, visando promover sua participação em

decisões, qualificá-los e assegurar espaços nas esferas participativas. Com a cooperação como base de suas práticas, a eficiência da gestão econômica e social protege a estrutura cooperativa e ajuda a cumprir seu imperativo democrático, diferenciando-a de outras organizações econômicas.

De acordo com pesquisa realizada pelo site O Conexão (2017) com responsáveis pela comunicação de cooperativas brasileiras, foram identificados quatro pilares da comunicação em cooperativas: plano de ação casado; liberdade para agir localmente; foco no público interno; e colaboração entre cooperativas.

O plano de ação casado ressalta a necessidade de uma comunicação bem estruturada, capaz de estabelecer vínculos com clientes, fornecedores, parceiros e cooperados. Para cooperativas que atuam sob uma única marca, é essencial manter uma perspectiva ampla e alinhada com diretrizes nacionais, garantindo coerência em suas ações e mensagens (O Conexão, 2017).

Quanto à liberdade para agir localmente, o estudo aponta que, mesmo seguindo orientações nacionais, é vital que cada cooperativa tenha autonomia para se adaptar ao seu contexto e público específico. A identidade cooperativista está profundamente conectada com a comunidade onde atua, exigindo estratégias locais personalizadas (O Conexão, 2017).

O público interno é considerado elemento-chave para vivenciar os valores do cooperativismo no cotidiano. Por isso, uma comunicação interna bem planejada fortalece a cultura organizacional e reforça os princípios cooperativistas entre os colaboradores (O Conexão, 2017).

Por fim, o pilar da colaboração entre cooperativas enfatiza a importância da troca de experiências e do fortalecimento de laços entre as entidades do setor. Essa interação pode ocorrer por meio de eventos, treinamentos e parcerias que promovem o compartilhamento de boas práticas e inovação.

4. METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, com o objetivo de compreender como a comunicação é utilizada por cooperativas e associações baianas na gestão de seus negócios. A pesquisa foi direcionada às instituições do estado da Bahia que participam anualmente de uma feira voltada à agricultura familiar e à economia solidária, realizada em Salvador, capital do estado.

A seleção das entidades participantes ocorreu de forma intencional e por conveniência, considerando a disponibilidade e o aceite dos representantes presentes no evento no momento da abordagem. Ao todo, foram entrevistados representantes de 20 cooperativas e 6 associações, abrangendo diferentes regiões do estado: Nordeste Baiano, Sul Baiano, Centro Sul, Centro Norte, Sudoeste Baiano, Extremo Oeste Baiano, Médio Sudoeste e Região Metropolitana de Salvador.

O questionário foi parte fundamental para coletar os dados analisados neste estudo, mas é importante salientar que o questionário não deve ser confundido com a metodologia do trabalho, sendo apenas uma ferramenta auxiliar (Melo, 2015).

A entrevista foi realizada de forma presencial nos estandes do evento, com aplicação de um questionário que buscou identificar as principais ferramentas de comunicação utilizadas, a percepção dos representantes sobre a sua importância para a gestão, bem como os desafios enfrentados nesse processo. Os dados coletados foram analisados de maneira interpretativa, com base na literatura sobre comunicação organizacional e cooperativismo, permitindo identificar padrões e refletir sobre práticas recorrentes no setor.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 26 entidades, sendo 20 cooperativas e 6 associações distribuídas em diferentes regiões da Bahia. A distribuição geográfica observada mostra uma participação significativa nas regiões do Nordeste Baiano (4 cooperativas e 1 associação), do Sul Baiano (4 cooperativas e 1 as-

sociação), do Centro Sul (1 cooperativa e 1 associação) e do Centro Norte (4 cooperativas e 1 associação). Também foram identificadas duas cooperativas e duas associações nas regiões do Sudoeste e Extremo Oeste Baiano, além de uma cooperativa no Médio Sudoeste e quatro cooperativas na Região Metropolitana de Salvador.

Em relação ao número de cooperados, observou-se uma grande diversidade entre as cooperativas. Duas possuem menos de 100 cooperados, enquanto a maioria (13) apresenta um quadro entre 100 e 350 sócios. Número maiores são encontrados em duas, com 500 e 600, enquanto três se destacam por contarem com 750 e 1.166 no seu quadro. Algumas entidades, por sua natureza, apresentam estruturas mais amplas. Duas associações reúnem de 400 a 500 famílias, outras duas congregam de 16 a 17 cooperativas, uma é composta por 128 empreendimentos, e a outra representa 45 associações distintas.

Quanto ao tempo de atuação das entidades, a mais antiga remonta a 1938. Entre os anos de 1985 e 1987, foram fundadas outras duas instituições. A partir dos anos 2000, observa-se um crescimento significativo no número de criações: oito entidades foram fundadas entre 2000 e 2005, outras oito entre 2006 e 2010, e mais quatro entre 2010 e 2015. As duas mais recentes foram criadas entre 2019 e 2021. Uma cooperativa não informou o ano de sua fundação.

De acordo com o OCB (2024), existem 2.405 cooperativas brasileiras com mais de 20 anos de atuação. Em contrapartida, 70% delas têm menos de 10 anos de existência. Diante desses dados, apenas 3 dos entrevistados têm mais de 20 anos de mercado, sendo os demais mais recentes.

A variedade de produtos comercializados pelas entidades é bastante ampla. O hortifrúti se destaca como o principal produto, sendo comercializado por 10 cooperativas e 5 associações. O artesanato também tem presença significativa, com 7 cooperativas e 4 associações. Produtos como doces (mel, bombons, geleias, sequilhos, entre outros) são vendidos por 8 cooperativas e 2 associações, enquanto grãos são ofertados por 7 cooperativas e 2 associações. Bebidas destiladas são comercializadas por 3 cooperativas e 2 associações, e

carnes (peixes, galinha caipira e caprinos) por 3 cooperativas e 1 associação. Raízes são vendidas por 2 cooperativas e 1 associação.

Outros itens identificados incluem chocolate (em pó e em barra), polpas de frutas e crustáceos, todos presentes em 2 cooperativas cada. Leite e produtos da agricultura familiar foram indicados por 1 cooperativa e 1 associação cada. Óleos, ovos e turismo rural foram mencionados por uma cooperativa cada. Além disso, há registro de criações de animais em 2 cooperativas e cultivos agrícolas em 5 cooperativas. Também foram citadas bebidas alcoólicas artesanais, como licor (1 cooperativa), cachaça (1 cooperativa e 1 associação), cerveja e chopp artesanal (2 cooperativas).

Quanto aos serviços oferecidos pelas cooperativas e associações, foi possível observar uma atuação diversificada. Três delas atuam diretamente no setor alimentício, enquanto uma cooperativa e quatro associações têm foco na comercialização. A assistência técnica é prestada por seis cooperativas e três associações. Serviços jurídicos e contábeis são oferecidos por uma cooperativa, assim como a mecanização agrícola, a capacitação para certificação orgânica e a consultoria agrícola.

O desenvolvimento de embalagens foi identificado em uma cooperativa e uma associação, enquanto a prestação de serviços de ATER para sócios foi registrada em uma cooperativa. Cabe destacar que seis cooperativas não responderam a essa parte da pesquisa.

Para que o desenvolvimento de produtos e a oferta de serviços sejam mais eficientes e alcancem melhores resultados em todos os aspectos da gestão, é fundamental que as cooperativas e associações integrem estratégias de comunicação em seus processos internos e externos. Nesse contexto, apresenta-se no Quadro 1 o detalhamento das ferramentas de comunicação utilizadas entre as cooperativas e associações participantes da pesquisa, considerando 26 entidades.

Quadro 1 - Comunicação com os sócios

Meio de Comunicação	Nº de Entidades	Percentual (%)
WhatsApp	20	77
Ligações telefônicas	11	42
E-mail	10	38
Redes sociais (Instagram/Facebook)	7	27
Meios presenciais (assembleias/visitas)	7	27
Sites	2	8
Reuniões virtuais	2	8
Outros (rádios comunitárias, CESOL, etc)	2	8
Youtube	1	4

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores.

As instituições estudadas utilizam diversos meios para se comunicarem com seus associados ou cooperados. A ferramenta predominante é o WhatsApp, adotada por 20 das 26 entidades pesquisadas. As ligações telefônicas são a segunda estratégia de interação, equivalente a 42% delas.

O terceiro método mais utilizado foi o e-mail, correspondente a 38%. As redes sociais (Instagram e Facebook) e os meios presenciais (visitas, assembleias e diálogos) não ficam muito atrás, sendo utilizados por 27% dos entrevistados. 8% dos pesquisados fazem uso de sites, reuniões virtuais (Google Meet) e outros meios (por exemplo, rádios comunitárias e o CESOL Sudoeste Baiano).

Por fim, uma associação faz uso do YouTube para se comunicar com seus associados. É possível observar que grande parte dos entrevistados faz uso do aplicativo WhatsApp como meio de comunicação; porém, mesmo com a tecnologia atual, uma pequena parcela ainda utiliza meios mais tradicionais, como o rádio, que é um meio de comunicação mais antiquado. Observa-se também que uma parte significativa ainda se comunica oralmente com seus cooperados.

A seguir, apresenta-se no Quadro 2 o detalhamento das ferramentas de comunicação utilizadas entre a cooperativa e seus clientes e público externo.

Quadro 2 - Comunicação com público externo

Meio de Comunicação	Nº de Entidades	Percentual (%)
Redes sociais (Instagram/Facebook)	24	92
WhastApp	7	27
Site	6	23
Outros (feiras, eventos, venda direta)	6	23
Rádio e LinkedIn	3	11
Youtube	1	4
Televisão	1	4

Fonte: Dados da pesquisa, elaborados pelos autores.

É marcante que as redes sociais predominam como o principal meio de comunicação com os consumidores, apenas 1 cooperativa e 1 associação não utilizam desse meio para se comunicar.

Em seguida, sites e outros meios (por exemplo, feiras livres, venda direta, eventos) são adotados por 23% das empresas. Já 11% utilizam meios como rádio e LinkedIn. Concluindo, televisão e YouTube são utilizados por 4% dos entrevistados. O Quadro 2 mostra a diversidade de meios de comunicação utilizados, desde eventos até canais de YouTube. Destaca-se mais uma vez o uso predominante das redes sociais, evidenciando o papel significativo da tecnologia na comunicação.

6. CONCLUSÃO

Com base nos resultados apresentados neste trabalho, fica evidente que a comunicação é um elemento estratégico essencial para o bom funcionamento das cooperativas e associações baianas. Além de facilitar o desenvolvimento das atividades, fortalece as relações internas e externas, consolidando a coesão entre os cooperados e ampliando o alcance junto a parceiros e consumidores.

Os diferentes meios utilizados, como o WhatsApp, as redes sociais e os encontros presenciais, revelam que, mesmo diante dos avanços tecnológicos, a comunicação ainda precisa ser adaptada às realidades específicas de cada entidade para ser plenamente efetiva.

A pesquisa evidenciou que a comunicação digital, por meio de ferramentas acessíveis e dinâmicas, tem sido amplamente incorporada, refletindo a capacidade das cooperativas de dialogar com um público cada vez mais conectado. No entanto, a permanência de meios tradicionais como telefonemas, encontros presenciais e rádios comunitárias demonstra que a comunicação híbrida, que combina inovação e tradição, é fundamental para garantir inclusão e alcance em territórios de distintas configurações socioculturais.

Assim, a comunicação estratégica, diversa e centrada nas pessoas, emerge como um pilar para o fortalecimento institucional, a solidificação da identidade cooperativa e a ampliação da presença das cooperativas no mercado.

Dessa forma, compreender e aprimorar continuamente a comunicação no contexto cooperativista não é apenas uma necessidade operacional, mas uma condição estratégica para a sustentabilidade e o seu protagonismo na construção de alternativas econômicas mais justas e solidárias.

Fortalecer a comunicação é fortalecer o próprio projeto do cooperativismo como motor de transformação social, especialmente em territórios como a Bahia, onde a diversidade cultural é tão marcante e a agricultura familiar tem papel central no desenvolvimento regional.

7. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, E. P. **Conceito de comunicação pública**. In: Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009, p. 1-21. Disponível em: <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Historia-da-Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 17 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em 12 abr. 2025.

BRUZAMARELLO, A.; FRANCISCHETT, L. Os eventos como eficiente ferramenta da comunicação mercadológica. **Revista Saber Acadêmico**, n.6, 2008. P. 155 a 162. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180403124525.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

BÜTTENBENDER, P. L. **Fundamentos e estrutura do cooperativismo**. Ijuí: UNIJUÍ, 2009. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=kIeYDiQAAAAAJ&citation_for_view=kIeYDiQAAAAAJ:IjCSPb-OG4C. Acesso em: 12 abr. 2025.

COSTA, A. R.; CRESCITELLI, E. **Marketing promocional para mercados competitivos: planejamento, implementação, controle**. São Paulo: Atlas, 2003. 371 p. ISBN 9788522432776. Disponível em: <https://bibliotecas.espm.br/acer-vo/262911/referencia>. Acesso em: 12 abr. 2025.

FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. **Manual de orientação Educacional e Social**. Organização das Cooperativas Brasileiras, p. 1-67, 2022. Disponível em: [https://somoscooperativismo.coop.br/file/nac/publicacoes/230714_OCB_CrtilhaFates_v 6_\(1\).pdf](https://somoscooperativismo.coop.br/file/nac/publicacoes/230714_OCB_CrtilhaFates_v 6_(1).pdf). Acesso em: 24 abr. 2025

GONÇALVES, G. J. C. **Entendendo a sociedade cooperativa**. 1º Edição, 2020. Disponível em: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacoes-representacao/entendendo-a-sociedade-cooperativa>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GONTIJO, S. **Livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MELO, W. V.; BIANCHI, C. S. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 8, n. 3, p. 43-59, 2015. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/rbect/article/download/1946/2179>. Acesso: 21 abr. 2025.

O CONEXÃO. **Os 4 Pilares de Relacionamento com o Cooperado**. 2022. Disponível em: <https://conexao.segurosunimed.com.br/4-pilares-da-comunicacao-em>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro: Cooperativas**. Brasília: OCB, 2024. Disponível em: <https://anuario.coop.br/brasil/cooperativas>. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, E. L. de; OLIVEIRA, E. A. Q. de; CARNIELLO, M. F. Comunicação nas organizações: um estudo exploratório das tecnologias de comunicação utilizadas em empresas do Vale do Paraíba. **Latin American Journal of Business Management**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2011. Disponível em: <https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/32>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PINHEIRO, D. C. S. **O papel do plano de comunicação preventivo em momento de crise na organização**. 2005. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/bc20973a-2e20-4ea3-9fe4-d0408e412a00>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RAMOS, N. Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, p. 155-178, 2001. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/entities/publication/2754395b-16f0-470d-a5d5-3635c991eb83>. Acesso em 13 abr. 2025.

ROCHA, R. **Minidicionário**. 10. ed. Rio de Janeiro: Scipione, 1997, p. 747. Disponível em: <https://educarlivros.com/livro/7302/minidicionario-ruth-rocha-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RUÃO, T. A. **Organização comunicativa**: teoria e prática em Comunicação Organizacional. Portugal: CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade/Universidade do Minho, 2016.

RÜDIGER, F. **As teorias da comunicação**. Porto Alegre: Penso, 2011.

SCROFERNEKER, C. M. A. Trajetórias teórico-conceituais da Comunicação Organizacional. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 47–53, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2006.31.3392. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3392>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SILVA, V. S.; MACEDO, D.; ESTENDER, A. C.; BARBOSA, L. Comunicação interna: **Benefícios para as empresas e motivação para os funcionários**. 2015. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/13422124.pdf>. Acesso em 13 abr. 2025.

SOUSA, D. N.; MILAGRES, C. S. F.; M. S. COSTA; MACEDO, A. S. Entre o social e o econômico, uma gestão cooperativa é possível? Estudo sobre as estratégias de comunicação nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/rever62201762-80>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SOUSA, D. N.; MACEDO, A. S.; MILAGRES, C. S. F.; SOUSA, M. S. C.; MOUR, R. A. A comunicação na gestão de cooperativas. **Cadernos de Comunicação**, v. 22, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1094231/1/CNPASA2018ccufsm.pdf>. Acesso em 12 abr. 2025.

SOUSA, D. N.; PINHO, J. B.; AMODEO, P.; MILAGRES, C. S. F. A comunicação como ferramenta da educação cooperativista. 2013. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 2, n. 1, p. 57-77, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303484433_A_COMUNICACAO_COMO_FERRAMENTA_DA_EDUCACAO_COOPERATIVISTA. Acesso em: 13 abr. 2025.

CAPÍTULO 4

COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS PARA SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO ECONÔMICA NO BRASIL

Franciellem Santos da Silva

Bruna Batista de Oliveira

Gustavo Agostini Rodrigues

Bernardo Cardoso Moreira

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-4

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e no desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. No entanto, os pequenos produtores enfrentam frequentemente dificuldades de acesso a crédito, mercados e tecnologias, além da baixa capacidade de negociação. Diante desse cenário, o cooperativismo agropecuário surge como uma estratégia essencial para fortalecer a agricultura familiar, promovendo a organização geral, a redução de custos e o aumento da competitividade na área.

O papel econômico desse movimento se dá pela criação de inúmeros empregos, principalmente nas regiões mais carentes do país, que mantêm a economia ativa e diminui o êxodo rural que é, muitas vezes, causado pela falta de emprego nessa área e falta de recurso e mercado para esses pequenos produtores rurais que sofrem com o medo de serem “engolidos” pelo mercado para as grandes empresas privadas que contam com recursos financeiros imensamente maiores.

As cooperativas possibilitam a inclusão de agricultores em cadeias produtivas maiores, incentivando práticas sustentáveis e importantes para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida na zona rural. Assim, torna-se necessário observar o potencial dessas organizações na promoção do desenvolvimento rural sustentável, considerando seu impacto econômico, social e ambiental.

Nesse contexto, a problemática central deste estudo reside na fragilidade estrutural da agricultura familiar frente à concorrência com grandes conglomerados do agronegócio, agravada por políticas públicas muitas vezes insuficientes ou mal direcionadas. O cooperativismo aparece como uma alternativa de organização econômica e social capaz de mitigar desigualdades e fomentar práticas sustentáveis, mas ainda carece de maior disseminação, apoio técnico e compreensão por parte dos próprios agricultores.

Diante desse cenário, justifica-se a realização deste trabalho pela urgência de se pensar em alternativas viáveis para a permanência do agricultor familiar no campo, garantindo sua inclusão produtiva, geração de renda e valorização do seu papel na segurança alimentar nacional.

Partindo dessas premissas, este trabalho tem como principal objetivo discurrir sobre o potencial que as cooperativas agropecuárias possuem na sustentabilidade e inclusão econômica para agricultores familiares no Brasil. Especificamente.

A presente pesquisa trata-se de um estudo de revisão narrativa, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. A seleção dos artigos foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, nas plataformas *Google Acadêmico*, *Scielo*, Periódicos CAPES e bases institucionais, como OCB e IBGE. A análise foi orientada por critérios de relevância temática, atualidade e vínculo direto com o cooperativismo na agricultura familiar.

Com base nesse levantamento, a análise foi pautada na compreensão do papel estratégico das cooperativas no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O conceito de agricultura familiar é definido pela Lei nº 14.828, sancionada em março de 2024, introduzindo atualizações relevantes na legislação referente à agricultura familiar no Brasil, promovendo avanços no reconhecimento e no fortalecimento dos empreendimentos familiares rurais. Conforme os critérios estabelecidos pela norma, é considerado agricultor familiar aquele que utiliza majoritariamente a força de trabalho de sua própria família, admi-

nistra diretamente seu estabelecimento rural, obtém a maior parte da renda de atividades desenvolvidas no local e possui uma área de até quatro módulos fiscais (Brasil, 2024).

Errington e Gasson (1993) destacam as características da agricultura familiar: quanto a gestão, deve ser feita pelos próprios proprietários e familiares, onde os responsáveis pelo empreendimento devem estar ligados entre si pelo laço parental, o trabalho é fundamentalmente familiar, o capital e o patrimônio deve ser pertencentes a família, com vistas a transferência entre gerações, além disso, devem residir na unidade produtiva.

Apesar de frequentemente ser associada à produção de subsistência, a agricultura familiar representa uma das principais forças econômicas do país. Conforme diz o IBGE (2017). A maior parte dos alimentos consumidos no Brasil, cerca de 70%, é produzida pela agricultura familiar, que também é responsável por empregar aproximadamente 10 milhões de trabalhadores no campo, assim fazendo com que ela seja uma das grandes importâncias para a economia local.

A agricultura familiar tem um papel fundamental na fixação das famílias no campo, evitando o êxodo rural e promovendo o desenvolvimento das comunidades rurais. Conforme destaca a Revista Amazônia (2024), políticas públicas recentes têm fortalecido o setor, promovendo a inclusão social, a resiliência climática e a sustentabilidade. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) direciona parte dos seus fundos para a compra de produtos feitos por agricultores familiares, assim ajudando na inclusão e garantindo alimentos de qualidade nas escolas.

Outro aspecto muito importante na agricultura familiar é que a mesma ajuda a preservar as tradições das comunidades do campo. Como diz o portal Laços do Agro (2024), ela não é só uma forma de produzir alimentos, mas um jeito de viver que envolve conhecimentos passados de geração em geração, como técnicas de plantio, receitas típicas, formas de fazer artesanato e muito mais. Tudo isso faz parte da cultura e da identidade dessas famílias e tem um valor muito grande. Além disso, os agricultores familiares também ajudam a proteger a agrobiodiversidade, porque guardam e cultivam sementes de plantas

nativas que muitas vezes só existem naquela região. Isso é fundamental para manter a variedade das espécies e para garantir alimentos no futuro.

O PAA além de promover a renda, estimular a produção local e evitar o desperdício, também contribui para que pessoas em estado de insegurança alimentar tenham acesso à alimentação de qualidade, com quantidade e regularidade. Os Programas governamentais ou não seria uma ponte entre quem produz, os agricultores familiares, e quem precisa de alimentos, promovendo a justiça social.

Entre os inúmeros desafios enfrentados pela agricultura familiar, o acesso ao crédito ocupa lugar central. Sem linhas de financiamento adequadas, muitos produtores veem-se limitados na capacidade de investir em tecnologias, modernizar ferramentas e aprimorar a qualidade dos produtos que chegam ao mercado. Ainda assim, mesmo diante dessas barreiras, o setor tem demonstrado um crescimento significativo. Nesse cenário, as cooperativas emergem como importantes aliadas, fortalecendo a comunicação entre produtores e compradores, ampliando a competitividade dos produtos, incentivando a adoção de inovações e impulsionando a modernização das práticas e instrumentos utilizados no campo.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DO COOPERATIVISMO E O PAPEL DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL

Um dos precursores do pensamento cooperativista foi o filósofo francês Henri de Saint-Simon (1760-1825), que defendia a reorganização da sociedade baseada na associação voluntária e na solidariedade entre os trabalhadores, em oposição ao modelo competitivo do liberalismo econômico. Para ele, a ciência e a indústria deveriam estar a serviço do bem comum, antecipando princípios que mais tarde seriam incorporados ao cooperativismo, como a primazia do interesse coletivo e a busca pela justiça social (Singer, 2002).

Robert Owen (1771-1858), conhecido como um dos criadores do socialismo utópico, chegou a desenvolver experiência práticas cooperativas, tanto em suas fábricas quanto em uma comunidade, a qual chamou de *New Lanark* (Escócia), onde implementou melhorias nas condições de trabalho, de educa-

ção e de moradia para todos os operários. Posteriormente buscou replicar a ideia em colônias cooperativas nos Estados Unidos, esta conhecida como *New Harmony* (Holyoake, 1875).

O modelo cooperativo apresenta-se, desde suas origens, como uma alternativa à lógica do mercado tradicional, baseada na competição desenfreada. Ao promover a cooperação, a solidariedade e o desenvolvimento coletivo, o cooperativismo contribui para uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

Como defende Ubaldi (1971), o avanço do desenvolvimento humano dependerá da capacidade coletiva de compreender que a cooperação tende a produzir resultados mais sustentáveis do que a lógica baseada na competição. Ainda segundo o autor, a percepção de que competir frequentemente conduz ao individualismo é essencial, pois, quando levado ao extremo, ele pode gerar exclusão, a qual, por sua vez, resulta em diversos problemas, como miséria, pobreza, escassez e desemprego, entre outros.

Portanto, o cooperativismo, ao longo da história, firmou-se como um modelo capaz de promover inclusão, desenvolvimento local, democracia econômica e justiça social. Seus fundamentos teóricos e práticos continuam sendo atualizados e ressignificados em diferentes contextos, mantendo-se como uma das alternativas mais promissoras diante dos desafios econômicos e sociais contemporâneos.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, o cooperativismo passou por um processo gradual de adaptação às realidades locais, incorporando experiências internacionais e moldando-se às necessidades econômicas e sociais de cada período histórico. Desde o século XIX, iniciativas de cooperação entre trabalhadores e produtores começaram a surgir de forma pontual, especialmente no meio rural, como resposta às dificuldades de acesso a mercados, crédito e infraestrutura. Essas primeiras experiências, ainda que modestas, lançaram as bases para a organização coletiva no campo e prepararam o terreno para a fundação das primeiras cooperativas agropecuárias no país.

A primeira cooperativa agropecuária do Brasil foi fundada em 1847, no estado do Paraná, sendo considerada um marco inicial da organização dos produtores rurais em torno de objetivos econômicos comuns. Contudo, o mo-

vimento só ganhou maior expressão em 1907, quando João Pinheiro, então governador de Minas Gerais, idealizou um projeto de apoio e incentivo às cooperativas como estratégia para reduzir a dependência externa da produção agrícola brasileira, especialmente em setores como o do café, até então fortemente controlado por empresas estrangeiras (Sebrae, 2022).

O cooperativismo brasileiro teve início oficialmente em 1889, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (MG), o ramo era o consumo de produtos agrícolas (Singer, 2002). A ideia seria uma forma de organização societária que reúne indivíduos com interesses e objetivos comuns, visando alcançar um bem-estar coletivo. Essa associação voluntária de pessoas busca promover a cooperação e a solidariedade entre seus membros, com o intuito de criar uma entidade econômica que atenda às necessidades e interesses do grupo, bem como a promoção do desenvolvimento sustentável (Mattei; Mattei 2021).

Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2023, existiam aproximadamente 1.179 cooperativas no ramo agropecuário, reunindo mais de 1 milhão de cooperados. Essas organizações representam uma força expressiva na produção, beneficiamento e comercialização de alimentos e matérias-primas, consolidando-se como pilares da economia rural (OCB, 2024).

Apesar da redução no número absoluto de cooperativas agropecuárias nos últimos anos, houve um crescimento significativo na qualidade dos serviços prestados, na infraestrutura e no volume de arrecadação. Esse cenário demonstra que, embora o movimento tenha se tornado mais seletivo, ele se tornou também mais eficiente, competitivo e profissionalizado, refletindo uma tendência de consolidação e fortalecimento do setor (OCB, 2024).

Diante do exposto, é possível conjecturar que as cooperativas agropecuárias se configuram como agentes estratégicos para o fortalecimento da agricultura familiar, não apenas por viabilizarem o acesso ao mercado e a empresas de grande porte, mas também por contribuírem para a redução de desigualdades estruturais no campo.

Ao promoverem ganhos de escala, acesso a tecnologias e maior poder de negociação, essas organizações ampliam as perspectivas econômicas e so-

ciais dos agricultores familiares, favorecendo tanto a melhoria das condições de vida quanto a adoção de práticas produtivas mais sustentáveis, alinhadas às demandas ambientais e de mercado.

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DAS COOPERATIVAS

Apesar de todas as potencialidades que as cooperativas possuem, é necessária que se faça uma análise criteriosa para que sua constituição possa realmente resultar em melhorias aos seus cooperados. Para isso, ao se pensar em fundar uma cooperativa, deve-se elencar os potenciais obstáculos que possam impedir o seu sucesso. A capitalização é um deles, acompanhado dos conflitos internos, da falta de conhecimento técnico sobre a doutrina cooperativista, das dificuldades na formação de lideranças e o comprometimento limitado dos cooperados.

A capitalização é apontada como um dos principais obstáculos para a fundação de uma cooperativa. De acordo com Meinen e Port (2021), a escassez de recursos financeiros restringe a aptidão de investimentos e a ampliação de atribuições, demonstrando ser essencial a adoção de práticas de gestão financeira eficiente e o acesso a mecanismos de crédito adaptados à realidade do setor. Contudo, o planejamento precisa considerar a sazonalidade, as flutuações de mercado e os riscos ligados à sua atividade econômica.

O conflito de interesses e ideias entre os cooperados também pode ser considerado um desafio na fundação de uma cooperativa, frequentemente decorrentes de divergências de expectativas. De acordo com Oliveira e Silva (2018), a falta de intermediação através de processos interativos e de uma regência eficiente, pode fomentar conflitos que comprometem a coerência interna e enfraquecem seus processos decisórios, acarretando em desmotivação e prováveis rupturas institucionais. Sendo assim, torna-se fundamental que essas organizações realizem mecanismos de administração democrática capacitados de abarcar a diversidade existente entre seus membros.

A ausência de conhecimento acerca do desempenho e princípios do cooperativismo podem retratar mais uma barreira relevante. De acordo com Panciera (2016), a entrada de cooperados nas cooperativas muitas vezes ocorre

sem uma compreensão plena de seu papel e das responsabilidades que lhes cabem, o que pode limitar sua participação nas determinações e nos processos produtivos. Diante disso, a educação cooperativista deve ser elaborada como um processo ininterrupto, inserido em uma rotina corporativa, com o intuito de fortalecer a autonomia individual e a consciência coletiva dos membros.

O comprometimento dos cooperados com os princípios do cooperativismo é condição indispensável para a sustentabilidade da organização. Quando os membros não se sentem corresponsáveis pelo êxito da cooperativa, observa-se uma queda no desempenho coletivo e uma maior fragilidade institucional.

De acordo com Irion (1997 apud Alves; Silva; Bueno, 2020), a ausência do cooperativismo nos currículos da educação formal no Brasil, somada ao número ainda limitado de cooperativas em relação à população brasileira, contribui para que o conhecimento sobre esse modelo fique restrito a algumas instituições acadêmicas, cooperados e profissionais da área. A carência de fundamentação teórica entre a população dificulta o reconhecimento do cooperativismo como uma alternativa viável de organização econômica, sendo essa falta de compreensão um dos principais entraves ao seu desenvolvimento.

Os pontos citados não devem ser impeditivos para a constituição de uma cooperativa, porém devem ser considerados e sanados na medida do possível.

Embora os desafios sejam significativos, as oportunidades que o cooperativismo oferece para a agricultura familiar são vastas e transformadoras. A união dos pequenos produtores em cooperativas pode gerar impactos positivos em diversas dimensões, desde o aumento da renda até a promoção da sustentabilidade ambiental.

O cooperativismo permite que agricultores familiares superem as limitações individuais de produção e comercialização. Ao agregar a produção, os cooperados conseguem negociar melhores preços, acessar mercados institucionais e até mesmo exportar, algo inviável para um produtor isolado. Essa união também possibilita investimentos coletivos, reduzindo custos e aumentando a produtividade, além de viabilizar parcerias com instituições de pesquisa e extensão rural, que fomentam a adoção de práticas sustentáveis, como a agroecologia e o manejo integrado de pragas.

O modelo cooperativista, ao incentivar o uso racional dos recursos naturais e a produção orgânica, responde à crescente demanda por alimentos saudáveis e ambientalmente responsáveis. A educação cooperativista, quando incorporada ao cotidiano dos membros, fortalece a gestão democrática e a identidade coletiva. Iniciativas como cursos técnicos, intercâmbios entre cooperativas e parcerias com universidades contribuem para elevar o nível profissional dos agricultores, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado e da sustentabilidade.

Assim, o cooperativismo revela-se não apenas como uma estratégia econômica, mas como um instrumento de transformação social, capaz de promover inclusão, fortalecer comunidades rurais e garantir um futuro mais justo e sustentável para a agricultura familiar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo agropecuário emerge não apenas como uma alternativa econômica, mas como um projeto de transformação social para a agricultura familiar brasileira. Se, por um lado, os desafios, como a escassez de recursos, conflitos internos e a necessidade de capacitação, exigem atenção, às oportunidades demonstram que o modelo cooperativo é viável e estratégico para promover desenvolvimento rural inclusivo e sustentável.

A consolidação desse movimento depende de apoio institucional, com políticas públicas que simplifiquem o acesso a crédito e assistência técnica, engajamento dos agricultores, que devem enxergar nas cooperativas um caminho para autonomia e não apenas uma solução paliativa, inovação, com a incorporação de tecnologias e práticas que aumentem a competitividade sem perder de vista a equidade.

Em um cenário de crises climáticas e econômicas, as cooperativas agropecuárias representam uma resposta resiliente, capaz de conciliar produtividade com justiça social. Seu potencial para reduzir desigualdades, garantir segurança alimentar e valorizar o território rural faz delas um tema urgente para pesquisadores, formuladores de políticas e, sobretudo, para os agricultores familiares que buscam permanecer no campo com dignidade.

Fortalecer o cooperativismo é também uma estratégia de combate à desigualdade rural, de incentivo à permanência no campo e de garantia de segurança alimentar em âmbito nacional. Portanto, fortalecer o cooperativismo é mais do que uma estratégia econômica, é um compromisso com um futuro mais justo e sustentável para o Brasil rural.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, L. L.; SILVA, A. C.; BUENO, M. P. Cooperativismo agropecuário: benefícios e desafios. **Revista Fafibe On-Line**, Bebedouro, SP, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://unifafibe.com.br/revistafafibeonline/?pagina=sumario>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.828, de 20 de março de 2024**. Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para ampliar os objetivos da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 21 mar. 2024.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, DF: CONAB, 2025. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ERRINGTON, A.; GASSON, R. **The farm family business**. Wallingford: CAB International, 1993.

HOLYOAKE, G. J. **The History of Co-operation**. Londres: Trübner & Co., 1875.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**: retratando a realidade do Brasil agrário. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d37d30efd337a9b66852d60148695df1.pdf. Acesso em: 7 abr. 2025.

Laços do Agro. **Agricultura familiar**: patrimônio cultural a ser valorizado. 2024. Disponível em: <https://lacosdoagro.com/a-agricultura-familiar-como-patrimonio-cultural/>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

MATTEI, T. S.; MATTEI, T. F. Desenvolvimento rural, capitais intangíveis e atores locais: reunião de exemplos empíricos. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 7, n. 1, p. 16-36, 2021.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **AnuárioCoop**. Disponível em: <https://anuario.coop.br>. Acesso em: 05 de maio 2025.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. T. Conflitos internos em cooperativas: análise sob a ótica da governança participativa. **Revista de Administração e Empreendedorismo**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 45–60, 2018.

PANCIERA, E. M. **A importância da educação cooperativista na consolidação das cooperativas no Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2016. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/488/2019/06/Edilson-Moraes-Panciera.pdf> Acesso em:) 18 maio. 2025.

REVISTA AMAZÔNIA. **Agricultura familiar: Pilar da segurança alimentar no Brasil**. Belém: Revista Amazônica, 2024. Disponível em: <https://revista-amazonia.com.br/agricultura-familiar-seguranca-alimentar/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agricultura familiar e cooperativismo: estudos de caso**. Brasília: SEBRAE, 2022.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. (2023). Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, n. 61, v. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.252661>. Acesso em 19 de maio de 2025.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UBALDI, P. **A grande síntese: uma nova teoria unificada do mundo**. São Paulo: Alvorada, 1971.

CAPÍTULO 5

JUVENTUDE EM MOVIMENTO: COOPERATIVAS COMO ALTERNATIVA PARA OS DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE NO SUL DA BAHIA

Enzo Yuri Ferreira Sousa

Dr. Fábio dos Santos Massena

Ian Felipe Nascimento

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-5

1. INTRODUÇÃO

Durante os séculos passados, o Brasil vivenciou diferentes crises em virtude do isolamento econômico de suas regiões, uma vez que as decadentes infraestruturas de transporte eram insuficientes para promover o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias de maneira inter-regional (Galvão, 1996).

Ainda segundo o mesmo autor, essa insuficiência caracterizava o país como um “verdadeiro arquipélago de ilhas econômicas”, uma metáfora que evidenciava a fragmentação do mercado interno, haja vista que cada Estado ficava impossibilitado de expandir seus negócios devido a ineficaz rede de transportes (p. 184).

Moraes et al. (2023) reforça essa perspectiva ao descrever a precariedade e a escassez dos transportes como fatores cruciais para a segregação socioespacial, sonhando o acesso populacional a uma oportunidade que certamente beneficiaria toda uma questão logística cotidiana, seja na zona rural ou urbana.

Mesmo com as recentes melhorias nos serviços de transporte, é evidente que ainda há uma separação na mobilidade entre grupos sociais, o que é refletido na comparação urbano x rural.

Este último grupo, por ser extremamente dependente dos meios de transporte públicos, enfrenta dificuldades em diversos aspectos, como a comercialização de produtos agrícolas, o acesso a saúde e à educação dos jovens rurais,

uma vez que para usufruir desses serviços, é necessário percorrer longas distâncias até as cidades, obrigando-os a utilizar formas de locomoção frequentemente precárias e limitadas.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo caracterizar a percepção dos jovens das comunidades rurais do Sul da Bahia (uma vez que esses indivíduos representam o futuro das famílias a que pertencem) acerca das opções de transporte disponíveis em suas regiões, identificando, assim, suas principais limitações e, por conseguinte, auxiliando na construção de propostas futuras para melhoria da mobilidade rural, destacando-se o papel das cooperativas como uma oportunidade ainda pouco explorada para a mitigação desta problemática.

Compreender o papel crucial da mobilidade para as populações rurais, tendo em vista que a disponibilidade e eficácia dos transportes é de fundamental importância para o acesso a serviços e oportunidades futuras. Nesse sentido, em meio a inoperância dos métodos tradicionais, as cooperativas podem emergir como verdadeiros “veículos” capazes de conduzir e transformar o rumo da população rural.

2. DIFICULDADES PARA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE RURAL

Historicamente, a necessidade de mobilidade acompanha os seres humanos desde seus primórdios, quando os primeiros ancestrais adotavam uma postura nômade para garantir sobrevivência. À medida que os anos foram avançando, sobretudo, a partir das grandes mudanças ocorridas no século XVIII/XIX, a necessidade de deslocamento tornou-se ainda mais necessária, surgindo, assim, os meios de transporte mais modernos (Lemos, 2018).

Estes meios de locomoção, foram capazes de alterar radicalmente as percepções do espaço-tempo, encurtando distâncias e viabilizando uma melhor qualidade de vida, embora de maneira desigual para a maior parte da população, situação esta, que perdura até os dias atuais, mesmo com a evolução dos mesmos (Lemos, 2018).

A problemática entorno desta dificuldade de locomoção entre os habitantes envolve a necessidade de entendimento de duas palavras-chave que inter-

conectam a situação, sendo a primeira a acessibilidade, caracterizada por Silva (1988 apud Rodrigues, 2001) como sendo a facilidade com que os indivíduos possam superar os obstáculos territoriais impostos em virtude das longas distâncias entre as áreas residenciais e os locais onde estão concentrados os serviços essenciais.

O segundo conceito, abordado por Indi e Batista (2023), trata-se da mobilidade, que não deve ser vista exclusivamente sob a ótica das cidades, mas sim, como uma ideia mais ampla, que inclua o meio rural na análise. Assim, é possível caracterizá-la como sendo a facilidade de locomoção de pessoas, serviços e mercadorias dentro dos limites legais de quaisquer territórios.

Nesse sentido, unificando ambos os conceitos, percebe-se que uma determinada região deve apresentar condições favoráveis para que a mobilidade seja exercida de maneira eficaz. Todavia, em muitos locais do Brasil, sobretudo, na zona rural, o ambiente desfavorável torna-se um verdadeiro empecilho ao tráfego de veículos e, aliado ao descaso do fornecimento de transporte para essas comunidades, potencializa ainda mais as dificuldades do cotidiano dessas pessoas. Partindo dessa perspectiva, o campo apresenta diferentes problemas no que diz respeito a sua acessibilidade.

Buhler (2023) traz a discussão para o âmbito das estradas rurais, apontando que elas foram criadas a partir de antigos caminhos que foram adaptadas às necessidades das populações locais, mas sem nenhum tipo de pavimentação ou estudos prévios.

O MAPA (2021) aponta que o mal planejamento das estradas possibilita que os seus leitos ou áreas próximas gerem sedimentos para as regiões mais baixas, contribuindo para formação de erosões, voçorocas, poluições hídricas e mudanças na topografia do terreno, prejudicando a produção agrícola, meio ambiente e o tráfego de veículos/pessoas.

Em períodos de seca, a falta de pavimentação colabora com o acúmulo excessivo de poeira em regiões com solos formados por materiais não coesivos, reduzindo a visibilidade e mitigando a vida útil dos meios de transporte (Enceña, 2019).

Em contrapartida, em períodos marcados por maiores índices pluviométricos, há a formação de buracos e lamaçais (COGECOM, 2021) em regiões marcadas pela presença de argilas expansivas que, ao serem saturadas, causam deformações no ambiente (Buhler, 2023).

Santos et al. (2019) destacam que em regiões muito argilosas, quando úmidas, o ambiente torna-se mais escorregadio. Ainda segundo os mesmos autores, locais onde o encascalhamento é feito sem agentes cimentantes, como a argila, tornam o terreno instável, o que dificulta o tráfego de pessoas e veículos, aumentando substancialmente o risco de acidentes.

Outra variável pode ser adicionada a realidade descrita acima, a presença de pontes na zona rural, que servem para o tráfego de pessoas e veículos. No entanto, por serem, muitas vezes, feitas sem planejamento e com materiais precários, costumam apresentar diferentes defeitos que expõem a integridade física de quem por ali atravessa, uma vez que carecem de manutenções habituais.

A vulnerabilidade desses materiais é objeto de estudo para Baesso e Gonçalves (2003) que apontam o surgimento de rachaduras, do apodrecimento, da suscetibilidade ao fogo/insetos e os desgastes mecânicos como os principais defeitos na utilização única da madeira como matéria-prima. Problemas como degeneração, corrosão das armaduras e falhas de concretagem acabam sendo os principais defeitos que atingem as pontes construídas através do concreto.

As questões envolvendo a fragilidade da mobilidade rural são abordados pela SMARTA (2021) como sendo multifatorial, advindos da falta de transportes públicos e/ou particulares, dos déficits de acesso e conectividade, da precariedade das estradas rurais ou pela topografia do terreno que, no geral, afetam todos os habitantes, em especial as classes mais vulneráveis como idosos, pessoas com problemas de saúde, pequenos produtores, crianças/adolescentes e famílias monoparentais.

Moraes, Barros e Silva (2021), relacionam essas más condições ao descaso e/ou inoperância do poder público, somadas as baixas pesquisas acadêmicas voltadas a temática, que podem ser em virtude do menor índice populacional em áreas rurais ou pela falsa crença de que não há movimentações

suficientes por parte destas populações para justificar grandes investimentos nessas regiões.

A menor concentração de habitantes no campo pode ser vista através do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2022, quando apenas 12,6% residiam na zona rural, o equivalente a 25,6 milhões de pessoas (Siqueira; Britto, 2024).

No entanto, apesar de numericamente inferior a zona urbana em questão de habitantes, o percentual ainda representa, quantitativamente, uma parcela alta da população, refutando a crença popular de que quase ninguém habita mais o campo. Aliás, mesmo que a referente informação fosse verdadeira, perante o Artigo 6 da Constituição Federal de 1988, qualquer cidadão deverá ter seus direitos sociais garantidos, incluindo o acesso aos transportes (Brasil, 1988).

Travassos e Viacava (2007) ao realizarem um estudo acerca do acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, no Brasil, entre os anos de 1998- 2003, destacaram uma diferença relevante nos indicadores de saúde quando comparados a zona urbana, atribuindo como um dos principais fatores a dificuldade de acesso ao transporte. Assim, na prática, é perceptível que os habitantes do campo vêm sofrendo privações relativas as suas mobilidades, ferindo o sexto Artigo da Constituição.

A GEIPOT (1995 apud Pegoretti; Sanches, 2006) reforça o debate apontando que, entre os principais motivos para uso dos transportes rurais estão a educação, com 45,7%, seguida pelo trabalho 37,85%; sendo esses apenas alguns exemplos de uma diversidade de usos que, muitas vezes, não são abordados pela literatura.

Ambos os atributos afetam, principalmente, a juventude rural, pois auxiliam os produtores mais velhos através da sua força de trabalho, contribuindo diretamente para o manejo, cultivo e operação das tecnologias agrícolas, o que facilita a produtividade eficiente.

Mediante a isso, após a conclusão dos trabalhos em campo, os jovens continuam a desempenhar um papel fundamental na atividade familiar, agora voltada ao apoio no escoamento da produção. Embora não sejam responsáveis diretos pelo processo, sua contribuição – por meio da locomoção do trajeto ru-

ral-urbano, transportando os produtos até os grandes centros comerciais – viabiliza a geração de renda e assegura o acesso comunitário a alimentação.

Todavia, o verdadeiro potencial dos jovens rurais só é totalmente explorado quando há acesso à educação provinda das instituições de ensino, sendo capazes de fornecer uma qualificação profissional que refletirá em melhorias para as comunidades rurais, sejam elas diretas, através da aplicação prática dos conceitos acadêmicos ou indireta, ao possibilitar o investimento de capital proveniente da formação desses jovens em outras áreas do conhecimento.

Conquanto, apesar dos dados fornecidos pela GEIPOT apontarem que os transportes rurais estejam sendo utilizados para finalidades construtivas, é necessária realizar uma análise crítica do que é utopia e a real efetividade dessa mobilidade.

Mendonsa, Nascimento e Silva (2024) descrevem bem isso ao avaliarem feedbacks acerca da qualidade do transporte rural no município de Apiacá. Entre os participantes de sua pesquisa, incluíam motoristas e responsáveis pelos jovens rurais.

Estes grupos apontaram, entre outros tópicos, que o transporte, junto com as condições da estrada são extremamente precários, o que dificulta a locomoção durante dias chuvosos, levando os pais a optarem por deixar seus filhos em casa em prol de suas seguranças, apesar do impacto negativo na frequência e aprendizagem desses jovens.

Jesus (2020), ao construir seu estudo voltado a análise das percepções fornecidas por motoristas, estudantes e professores através de questionários e entrevistas. Entre os diferentes pontos de vista coletados, questões como precariedade das estradas/pontes, bem como, a falta de manutenção dos veículos, acabam colaborando para atrasos e fadigas, limitando a aprendizagem dos conteúdos.

Situação semelhante é descrita por Bremm et al. (2017), ao realizaram um estudo sobre a condição socioeconômica da juventude rural na região central do Rio Grande do Sul, observando que apesar da existência de transportes que os levam para as instituições de ensino, a precariedade desses veículos somados as condições irregulares das estradas e aos custos de passagem, acabavam impedindo com que os mesmos possam dar continuidade a seus estudos.

Nascimento, Dourado e Andrade (2023) ao desenvolverem uma pesquisa qualitativa envolvendo jovens rurais em diferentes graus de escolaridade (educação infantil, fundamental e ensino médio), na região agreste pernambucana, perceberam que, apesar da promoção de novos veículos advindos da intervenção do Estado, muitos dos entrevistados relataram queixas acerca da segurança do transporte, em virtude da superlotação causada pela quantidade insuficiente desses veículos.

Dessa forma, a atuação do transporte no meio rural tem se mostrado cada vez mais ineficaz para a locomoção segura e confortável desses indivíduos, fazendo-os perder diferentes oportunidades sociais. Mediante a pouca efetividade dos métodos tradicionais, é necessário redirecionar o olhar para um potencial solucionador que ainda é pouco explorado no Brasil: as cooperativas.

3. O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA ESTRUTURAÇÃO DOS TRANSPORTES RURAIS

O cooperativismo é uma filosofia social capaz de unir pessoas em prol de alcançarem um objetivo em comum. Suas multiplicidades permitem que essas instituições se diferenciem das empresas mercantis tradicionais, através dos ideais democráticos e igualitários que, ao serem postos em prática, conseguem transformar positivamente as perspectivas socioeconômicas dos envolvidos (SESCOOP; OCB, 2020).

Dessa forma, a doutrina cooperativista é marcada fortemente por meio de seu caráter arbitrário, fazendo com que seus cooperados realmente escolham estar inseridos nesse contexto, acreditando que a visão humanitária influenciará durante o desenvolvimento das atividades trabalhistas (Benato, 1996).

De uma forma geral, o cooperativismo é organizado, desde 1844, através de 7 princípios principais bem distribuídos, sendo eles: a adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade (SICOOB, 2025).

Apesar de todas estarem inseridas no contexto do funcionamento pleno das cooperativas, os princípios da intercooperação juntamente com o interesse pela comunidade se destacam por suas capacidades em promover bem-estar e serviços sociais através da reciprocidade.

Gawlak (2010), seguindo essa linha de pensamento, enfatiza a importância da intercooperação em dois âmbitos distintos. Para o autor, a cooperação mútua, perante um mundo globalizado, é a chave para harmonia e eficácia das cooperativas, enquanto abre portas para que diferentes parcerias socioeconômicas sejam firmadas.

Benato (1996) reforça a informação apresentada por Gawlak (2010), ao destacar que os ideais cooperativistas são universais, contribuindo para reerguer o anseio das comunidades pelo acesso aos serviços básicos, ajudando-as a enfrentar as diferentes lacunas sociais deixadas através das omissões proporcionadas pelo poder público.

Dessarte, inúmeros são os serviços sociais defasados. No entanto, para uma região tão distante das grandes metrópoles, como a zona rural, os efeitos proporcionados pela precarização do sistema de transporte tornam-se ainda mais evidentes.

Nesse cenário, nas últimas décadas, vem surgindo uma alternativa viável aos métodos tradicionais, embora ainda muito pouco explorada no Brasil: as cooperativas de transporte.

Até o início do século XXI, as cooperativas de transporte representavam extensões do ramo trabalhista. No entanto, todas as especificações jurídicas e burocráticas envolvidas na documentação desses veículos fizeram com que um novo âmbito distinto fosse criado (OCB/PA, 2025).

Assim, em abril de 2002, através da Assembleia Geral Ordinária do Sistema OCB, foram criadas efetivamente as cooperativas de transporte, representando um dos setores cooperativistas mais recentes e promissoras a serem implementados no país (Gawlak, 2010).

Cors (2024) aponta as cooperativas de transporte surgem com a finalidade de profissionalizar os associados que detêm a posse de algum veículo, através de treinamentos especializados, resultando em profissionais mais aptos a desenvolverem o serviço.

Ao se tornarem cooperados, esses trabalhadores melhoram substancialmente as condições de trabalho e remuneração, pois passam a ser efetivamente donos do negócio, exercendo influências na parte da gestão administrativa, bem como, na ampliação da rede de contatos, uma vez que os serviços passam a ser realizados de forma mais técnica, o que naturalmente é valorizada pelos clientes (Cors, 2024).

Cançado, Souza e Pereira (2015) caracterizam o aumento das cooperativas de transporte nos últimos anos, sobretudo, em virtude dos serviços insuficientes dos transportes públicos em regiões urbanas e interurbanas. Além disso, para os autores, a terceirização das frotas por grandes empresas também contribui nessa estatística.

Segundo dados do Anuário do Cooperativismo (2024), em 2023, as cooperativas de transporte apresentaram 790 unidades no setor, com aproximadamente 103 mil cooperados envolvidos no processo, gerando quase 6 mil empregos diretos.

Essa organização coletiva permite diretamente o crescimento econômico dos envolvidos, reduzindo as desigualdades sociais através da formação de emprego/renda, além de proporcionar o desenvolvimento das comunidades, uma vez que a mobilidade facilitada permite o acesso a serviços e oportunidades futuras. Dessa forma, é possível contribuir diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis propostas pela ONU, sobretudo, conforme é abordado nos ODS 8, 10 e 11 (ONU Brasil, 2025).

4. METODOLOGIA

Este artigo, que é um recorte da pesquisa, “O sentimento de pertença e a diferenciação do Self do jovem rural e o processo migratório campo/cidade”, aprovada pelo CEP através do CAAE: 28074720.3.0000.5526, que foi desenvolvida nas comunidades rurais de Ilhéus, cidade localizada no Sul da Bahia. Toda a pesquisa, desde sua concepção até sua conclusão, seguiu criteriosamente a resolução 466/2012 e 512/16.

O público-alvo foi composto por jovens entre 13 a 17 anos. Considera-se essa faixa etária de suma importância para a realização dessa pesquisa, pois é

nesse período que o futuro das comunidades começa a ser traçado, uma vez que, de acordo com Nunes (2009) a adolescência é marcada pelo início da transição entre a fase juvenil e adulta, implicando em alterações sociais e cognitivas que auxiliarão na mudança da perspectiva humanitária do perfil desses seres.

O questionário foi composto por questões objetivas e dissertativas, sendo este primeiro grupo baseado na metodologia descrita por Likert (1932), seguindo uma escala progressiva que avalia o nível de concordância ou discordância acerca da afirmativa realizada.

Nesse sentido, as opções de resposta foram: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo parcialmente; (3) Indiferente; (4) Concordo parcialmente; (5) Concordo totalmente. Vale ressaltar que foi realizado um recorte entre as vinte e oito questões que compõem o questionário, destacando-se, para fins de análise deste artigo, a questão de número vinte e seis, que aborda a seguinte afirmação: “Eu acho que as opções de transporte aqui na comunidade são satisfatórias (boas)”.

Foram analisadas as seguintes comunidades: Tibina, Retiro, Rio Cachoeira, Frei Vantuy, Vila Porto Seco, APAUT, Assentamento Nova Vitória, Rio do Engenho e Maria Jape, onde se obteve um total de 122 questionários respondidos durante o período amostral, iniciado em outubro de 2021 e concluído em dezembro de 2024.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os 122 participantes, 50 (41%) responderam que discordam totalmente a afirmativa “Eu acho que as opções de transporte aqui na comunidade são satisfatórias (boas)”, enquanto 22 (18%) indivíduos discordavam parcialmente. Com isso, cerca de 59% dos jovens demonstram algum grau de insatisfação com as condições de transporte local. Dados estes, corroborados por Mendonsa, Nascimento e Silva (2024), Jesus (2020), Bremm et al. (2017) e Nascimento, Dourado e Andrade (2023) que, através de metodologias de coleta dos dados distintas, obtiveram resultados semelhantes.

Apenas 6 jovens (4,9%) avaliaram a qualidade dos transportes de suas comunidades como indiferente. Essa postura evidencia o distanciamento crítico

co perante a situação, podendo ser atribuído a um mero descaso natural, uma desesperança por melhoras na situação diante da invisibilidade social sofrida por parte da população ou simplesmente por não utilizarem do serviço.

Entre os 122 participantes, 29 (23,8%) concordaram parcialmente ao serem questionados se as condições de transporte são satisfatórias, enquanto 15 (12,3%) concordaram totalmente.

Diferentes fatores podem ser atribuídos a estes dados contrastantes. Em uma primeira análise, pode-se apenas reconhecer que parte dos jovens acreditam realmente que as condições sejam boas, apesar dos empecilhos cotidianos. Posteriormente, pode-se observar que, quando consultados, uma certa parte dos jovens ficavam receosos a possíveis represarias por partes das empresas de transporte.

Além disso, algumas das comunidades estão situadas em regiões onde há o percurso natural das empresas de transporte público da cidade, o que facilita a avaliação positiva por parte dos jovens, apesar de ser uma exceção, uma vez que a maior parte estão localizados em regiões mais isoladas, onde a oferta de transporte é bastante limitada, com poucos ônibus disponíveis e horários extremamente restritos.

Outro ponto importante que pode estar atribuído é a sensação de conformidade diante do serviço ofertado. Através de experiências passadas ou a partir da avaliação de outras comunidades cujos descasos são ainda mais acintosos, os jovens podem acabar avaliando positivamente as redes de transporte local, apenas pelo fato de possuir algum serviço, independentemente da sua real eficácia na prática.

Todas essas situações nos conduzem a uma realidade ultrajante e calamitosa que afetam as comunidades rurais como um todo, sobretudo, os jovens, uma vez que os mesmos são privados do acesso a serviços básicos como educação, saúde, lazer ou até mesmo para o auxílio durante o escoamento da produção familiar, uma vez que essas pessoas acabam sendo restringidas por veículos em baixa quantidade e em horários seletivos, forçando-os, muitas vezes, a comprometerem seus estudos e bem-estar, para desenvolverem as atividades de urgência de suas famílias.

Adicionalmente, ainda há os demais empecilhos, como a falta de qualidade dos transportes ofertados, bem como, a superlotação dos próprios. Fora as questões externas, como pontes precárias e/ou estradas comprometidas que dificultam ainda mais o cotidiano desses jovens. Comprovadas a ineficácia dos transportes públicos perante essa parte da população, é urgente se pensar em medidas alternativas para fornecimento de mobilidade. Nesse sentido, será que realmente vale apenas terceirizar os municípios para uma ou duas empresas que não conseguem realizar o serviço?

Não seria mais interessante ao consumidor houver a livre concorrência entre diferentes empresas, para que, as mesmas, possam sair da zona de conforto e se esforcem para conquistar os clientes através de um serviço de qualidade?

Da maneira como é gerida na cidade de Ilhéus, há poucas empresas prestando serviço e, como não há muita concorrência, as mesmas não procuram melhorar seus desempenhos que mostram-se insuficientes para as comunidades rurais, privando-os ao acesso de serviços básicos.

Isso seria ferir diretamente os Direitos Humanos básicos previstos na Constituição Cidadã, bem como, nos ODS inseridos no contexto da Agenda 2030 e nas práticas da *Environmental, Social and Governance* (ESG).

A ineficiência do sistema de transporte acaba possibilitando com que o jovem rural perca oportunidades que podem ser únicas em suas vidas.

Do ponto de vista educacional, a maior parte das instituições de ensino ficam presentes na zona urbana. Além disso, vestibulares, concursos e cursos técnicos também costumam estar nos centros urbanos; fora outras questões essenciais como lazer e saúde, o que deixam ainda mais evidente a necessidade de descolamento.

Outra importante privação é do chamado *networking*. As extremas restrições para saídas da comunidade reduzem exponencialmente as chances dos jovens de conhecerem novas pessoas que poderia ajudar a criar diferentes vínculos profissionais futuros.

Levando em consideração esses contextos, é perceptível a necessidade que novos métodos sejam implementados a fim de mitigar a situação, proporcionando, assim, melhores condições de acesso, mobilidade e inclusão social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo o IBGE (2024), cerca de 6,8 milhões de brasileiros enfrentam a dura realidade do desemprego ao final do ano de 2024. Adicionalmente, os Índices de Preços ao Consumidor Amplo, estipulados também pelo IBGE (2025), durante os últimos 12 meses, (com início em março de 2024) representaram uma inflação por volta dos 5,48%.

Ambos os atributos, em conjunto, acabam tornando-se empecilhos críticos para a manutenção de vida da população. Assim, como que esses indivíduos, que não conseguem arrumar emprego, vão conseguir manter-se em meio a tamanho aumento no custo de vida? Naturalmente, serviços básicos são deixados de lado, a fim de equacionar as contas mensais, o que é extremamente não condizente as propostas estabelecidas pela Agenda 2030 ou pelas práticas ESG.

As cooperativas de transporte representam muito mais do que uma simples alternativa logística, elas são instrumentos de transformação social e econômica para comunidades rurais. Inicialmente, é fundamental promover um diagnóstico participativo, envolvendo lideranças locais, jovens e usuários para identificar coletivamente as rotas críticas e mais caras (em função da distância percorrida) e os principais pontos de insegurança. Esse mapeamento colaborativo consolida o entendimento de que a mobilidade é um direito e, ao mesmo tempo, um compromisso comunitário.

Quando os jovens participam desse processo, desde sua concepção, não apenas se tornam agentes de mudança, mas também desenvolvem habilidades de liderança, organização e cidadania, características fundamentais para o fortalecimento de suas comunidades.

A criação de um comitê gestor, com formação técnica oferecida por instituições como o Sescop e a OCB, seria o segundo passo para assegurar o êxito desse modelo. Ao capacitar cooperados em gestão administrativa, manutenção de frotas e governança democrática, garante-se que as decisões, desde a definição de horários até a redistribuição de excedentes, sejam tomadas de forma transparente e alinhada às necessidades reais de cada comunidade ou assentamento.

Inserir jovens nesse comitê pode ser uma estratégia promissora, pois permite que suas demandas, que são específicas, como o deslocamento para escolas, atividades de lazer ou cursos técnicos, sejam levadas em consideração no planejamento da mobilidade rural.

Para que as cooperativas de transporte se tornem viáveis, é indispensável o acesso a linhas de crédito específicas, seja por meio de bancos cooperativos ou de programas 16 governamentais de fomento. Esses recursos possibilitam a aquisição e a renovação de veículos, assegurando frotas mais seguras e confortáveis, além de reduzir os custos operacionais, o que, por sua vez, reflete diretamente em tarifas mais justas para os usuários.

Os resultados falam por si, segundo o Anuário do Cooperativismo 2024, pois em 2023, o ramo de transporte cooperativo no Brasil já contava com 790 unidades e cerca de 103.000 cooperados, gerando mais de 6000 empregos diretos.

Essa experiência demonstra que, ao assumir o próprio sistema de mobilidade, as populações rurais deixam de ser meras passageiras e tornam-se protagonistas de seu desenvolvimento territorial. No caso da juventude rural, essa virada de protagonismo é ainda mais urgente, já que a falta de acesso à mobilidade compromete diretamente sua permanência no campo, seu desempenho escolar e suas possibilidades de ascensão social.

Implementar cooperativas de transporte não é apenas uma solução pontual. É o caminho para resgatar o direito à mobilidade como conquista coletiva e para consolidar comunidades mais inclusivas, dignas e sustentáveis. Parcerias com as prefeituras são essenciais para a melhoria da infraestrutura viária, pavimentação de trechos críticos, sinalização adequada e construção de abrigos em pontos de parada elevam a segurança e a regularidade do serviço.

Quando a manutenção das estradas e das pontes se alinha ao projeto cooperativista, cria-se um ciclo virtuoso em que a comunidade participa tanto da oferta quanto da conservação do transporte.

Entendesse que diante de todo o cenário político Nacional, a parceria aqui proposta ainda perambula pelo utópico, infelizmente. Todavia, permanece um abismo entre o discurso e a prática, enquanto ODS e ESG assinam compromi-

soz ambiciosos em atas e relatórios, raramente se traduzem em ações efetivas no campo, deixando comunidades rurais reféns de políticas engessadas.

Nesse vácuo, os jovens rurais, muitas vezes invisibilizados, podem encontrar nas cooperativas de transporte um espaço legítimo para exercer protagonismo, permanecer em suas comunidades e contribuir ativamente para um futuro rural mais justo e integrado.

As cooperativas de transporte surgem não apenas como alternativa técnica, mas como instância concreta de governança responsável, capaz de implementar, de fato, os princípios de solidariedade, equidade e sustentabilidade que tantos planos nacionais e internacionais ainda deixam apenas no papel.

7. REFERÊNCIAS

ANUÁRIO COOP. **Ramos/transporte**. 2024. Disponível em: <https://anuario.coop.br/ramos/transporte>. Acesso em: 18/04-2025.

BAESSO, D. P.; GONÇALVES, F. L. R. **Estradas Rurais: Técnicas adequadas de manutenção**. 1 ed. Florianópolis: Embrapa Departamento de Estradas e Rodagem, 2003, p. 203.

BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo**. 3 ed. São Paulo: Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1996, p.167

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** – Capítulo 2. Dispõem sobre os Direitos Sociais. Brasília–DF: Presidência da República, 1988.

BREMM, C.; JAEHN, E.; PICOLOTTO, E. L.; MARIN, J. O.B. Ser jovem rural no século XXI: desafios e perspectivas na região central do Rio Grande do Sul. **Anais...** 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Santa Maria, p. 20, 2017.

BUHLER, A. **Estradas rurais: uma porta para o desenvolvimento e conectividade territorial**. 1 ed. Distrito Capital: CAF- Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe, 2023, p.81.

CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. de F. A.; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 51–62, 2015.

COGECOM - Cooperativa de geração compartilhada. **Chuvas danificam estradas rurais e dificultam a vida do homem do campo.** Prefeitura Municipal de Nova Andina, 2021. Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/servicospublicos/chuvas-danificam-estradas-rurais-e-dificultam-a-vida-do-homem-do-campo>. Acesso em: 18/04/2025.

CORS, L. **Descomplicando o coop:** o que é uma cooperativa de transporte? OCB/ES. 2024. Disponível em: <https://portal.ocbes.coop.br/pt/publicacoes/noticias/descomplicando-o-coop-o-que-e-uma-cooperativa-de-transporte/>. Acesso em: 18/04/2025.

ENCENHA, K. C. **Os problemas das estradas rurais e suas possíveis formas de preservação.** Monografia (Bacharelado em Engenharia Civil) - Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2019.

GALVÃO, O. J.A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 13, p.184 -213, 1996.

GAWLAK, A. **Cooperativismo:** primeiras lições. 4 ed. Brasília: SESCOOP, 2010. p.112.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego.** 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18/04/2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Inflação.** 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 18/04/2025.

INDI, A. F.; BATISTA, P. M. F. J. **Planejando a mobilidade urbana e rural no seu município:** um desafio para novos tempos. 1 ed. Brasília: Confederação Nacional de Municípios, 2023, p.39.

JESUS, C. B. **O transporte escolar de estudantes da zona rural:** dificuldades e desafios enfrentados no percurso. Monografia (Bacharelado em Pedagogia) – Universidade Federal do Tocantins, Arraias, 2020.

LE MOS, J. N. **Mobilidade cotidiana entre espaços urbanos e rurais:** dinâmica da relação cidade/campo em barra do Choça/BA. 2018. p.169. Dissertação (mestrado em Geografia na área de Produção do Espaço Geográfico) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2018.

LIKERT, R. A. Technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Estradas rurais**: Orientações para Construção, Adequação e Manutenção. 1 ed. Brasília: MAPA, 2021, p. 41.

MENDONSA, R.A.; NASCIMENTO, L.A.L.; SILVA, C.B.L. Acesso à educação: Os desafios do transporte escolar na zona rural do município de Apiacá/ES. **Research, Society and Development**, [S. l.], v.13, n.3, p.1-17, 2024.

MORAES, L.L.; BARROS, T. V.; SILVA, B. C. V. Mobilidade rural-urbana como entrave para o acesso às políticas públicas em tempos pandêmicos: o drama das mulheres rurais do Nordeste brasileiro. **IPDRS**, Brasil, 2021, p.204.

MORAES, L. L.; SIEBER, S. S.; SILVA, B. C. V.; PONTES, N. L. M. T.; BARROS, T. V.; Barreto, R. M. F. Gênero e mobilidade rural-urbana: desigualdades no acesso ao auxílio emergencial. **SciELO Preprints**, 2023. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6546/version/6926>. Acesso em: 18/04/2025.

NASCIMENTO, M. V. L. A.; DOURADO, A. B. F.; ANDRADE, M. O. Avaliação do transporte escolar rural pelos usuários em pequena cidade no agreste de Pernambuco. **Revista Observatorio de La Economia Latinoamericana**, Curitiba, v.21, n.8, p. 9331-9349, 2023.

NUNES, A. L. V. **Introdução à Psicologia do Desenvolvimento**. 1 ed. São Cristóvão: CESAD, 2009. p.289.

OCB/PA – Organização das Cooperativas do Brasil. **Transporte**. 2025. Disponível em: <https://paracooperativo.coop.br/cooperativismo/ramos-do-cooperativismo/18-transporte>. Acesso em: 18/04/2025.

ONU BRASIL – Organização das Nações Unidas Brasil. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18/04/2025.

PEGORETTI, M. S.; SANCHES, S. P. Definição de um indicador para avaliar a acessibilidade dos alunos da zona rural às escolas da zona urbana. **Revista Educação e Tecnologia**, n.1, Abr/Set – 2006 – Faculdade de Aracruz – ES.

RODRIGUES, D. S. **Avaliação multicritério de acessibilidade em ambiente SIG**. 2001. p.144. Dissertação (mestrado em Engenharia Municipal) – Universidade do Minho, Braga, 2001.

SANTOS, A. R.; PASTORE, E. L.; JUNIOR, F. A.; CUNHA, M. A. **Estradas vicinais de terra**: Manual técnico para conservação e preservação. 3 ed. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental, 2019, p.171.

SESCOOP; OCB - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo; Organização das Cooperativas do Brasil. **Fundamentos do cooperativismo**. 2 ed. Brasília: SESCOOP; OCB, 2020. p.67.

SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Entenda o cooperativismo**.

SICOOB, 2025. Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoob/7principios>. Acesso em: 18/04/2025.

SIQUEIRA. B.; BRITTO, V. **Censo 2022**: 87% da população brasileira vive em áreas urbanas. IBGE, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencianoticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41901-censo-2022-87-da-populacaobrasileira-vive-em-areas-urbanas>. Acesso em: 18/04/2025.

SMARTA. **A mobilidade rural é importante**: lições da SMARTA. 1 ed. União Européia: European Integrated Projects, 2021.

TRAVASSOS, C.; VIACAVA, F. Acesso e uso de serviços de saúde em idosos residentes em áreas rurais, Brasil, 1998 e 2003. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.10, p.2490-2502, 2007.

CAPÍTULO 6

AGROECOLOGIA, TERRITÓRIO E COOPERATIVISMO: EXPERIÊNCIAS SUSTENTÁVEIS DE USO DO SOLO NO SUL DA BAHIA

Jackson Silvio Angelo dos Santos
Doi: 10.48209/978-65-5417-518-6

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o avanço tecnológico no campo transformou profundamente a agricultura brasileira, promovendo aumentos expressivos na produtividade e na eficiência dos processos produtivos no campo da agroecologia referente aos estudos do Solo baiano (Fagundes et al., 2019). Contudo, tais progressos também vieram acompanhados de impactos ambientais significativos, entre os quais a degradação do solo se destaca como um dos mais preocupantes.

Assim, quando o solo perde sua estrutura, fertilidade e capacidade de regeneração, não é apenas o sistema produtivo que se fragiliza: as relações sociais, econômicas e culturais que dele dependem também entram em risco, a deterioração dos solos está diretamente associada à insegurança alimentar, à pobreza e à instabilidade ambiental como destaca Lal (2009).

Nesse cenário, o cooperativismo agropecuário emerge como uma alternativa viável e estratégica, sendo mais que um instrumento de comercialização coletiva, diversas cooperativas têm se consolidado como agentes de transformação no campo, disseminando conhecimento técnico, fortalecendo vínculos comunitários e estimulando práticas agrícolas que respeitam os limites e a resiliência dos ecossistemas (Ribeiro, 2017; Dos Santos et al., 2025).

Essa dinâmica assume relevância particular no Sul da Bahia especialmente nas regiões de Ilhéus, Itabuna e municípios adjacentes, historicamente marcadas pela produção cacaueteira e profundamente afetadas pela crise provocada pela vassoura-de-bruxa (S Filho et al., 2008). O colapso da atividade

de cacaueteira gerou não apenas perdas econômicas, mas também modificações drásticas no uso da terra, cujos efeitos ambientais persistem até hoje de acordo com Aguiar et al. (2019).

Este artigo tem como objetivo compreender como essas organizações vêm contribuindo para a sustentabilidade socioambiental no Sul da Bahia, analisando suas práticas, desafios e potencial transformador. Ao examinar tais experiências, pretende-se refletir sobre o papel do cooperativismo na construção de modelos agrícolas mais justos, resilientes e ambientalmente equilibrados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A sustentabilidade do solo diz respeito à manutenção de sua produtividade e de suas funções ecológicas ao longo do tempo, conciliando a produção de alimentos com a conservação dos recursos naturais. Conforme a Embrapa (2022), o método SAF (Sistema Agroflorestal) avalia essa sustentabilidade em sistemas agroflorestais por meio de indicadores como cobertura do solo, biodiversidade e conservação dos recursos hídricos. Nesse sentido, “os sistemas agroflorestais são excelentes alternativas para o uso do solo. Com eles, os produtores rurais podem produzir respeitando o meio ambiente, ao mesmo tempo em que diversificam a sua renda” (SENAR, 2017, p. 10).

No Brasil, onde pressões como monocultura extensiva e o uso intensivo de fertilizantes e defensivos são recorrentes, a adoção de práticas mais conservadoras torna-se ainda mais urgente para reverter o avanço da erosão e reestabelecer níveis adequados de fertilidade. Diversas técnicas vêm sendo adotadas para proteger e recuperar solos degradados, como plantio direto, terraceamento, adubação verde, cobertura morta e sistemas agroflorestais.

Essas práticas aumentam a matéria orgânica, melhoram a estrutura física do solo e reduzem perdas por erosão, criando agrossistemas mais resilientes. As cooperativas agropecuárias aumentam o alcance das estratégias mais conservadoras, atuando na transmissão de conhecimento e no acesso a tecnologias que seriam de difícil alcance para um pequeno produtor.

Segundo Schneider e Ferrari (2015), as cooperativas desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento sustentável, integrando objeti-

vos econômicos, sociais e ambientais em suas práticas. Por meio de assistência técnica, capacitações e compra coletiva de insumos mais sustentáveis, elas incentivam o conjunto de membros da cooperativa a adotar e manterem as técnicas de conservação do solo.

Apesar do potencial das cooperativas para expandir essas práticas de conservação do solo, o caminho não é fácil e é cheio de buracos que dificultam a expansão dessas ideias que, de acordo Schneider e Ferrari (2015), frequentemente enfrentam limitações de acesso a crédito rural específico para projetos de conservação do solo, bem como escassez de assistência técnica contínua.

Além disso, a degradação dos solos é agravada pela ausência de políticas públicas articuladas que incentivam ações efetivas de conservação, bem como pela escassez de investimento direcionados à pesquisa e à qualificação técnica (Santos et al., 2012). Em suma, mesmo essas ferramentas diagnósticas mais robustas, como a metodologia de SAF dependem das condições institucionais e logísticas para que suas recomendações sejam de forma efetiva implementadas em campo.

Embora o método SAF seja considerado eficaz na avaliação de indicadores ambientais em propriedades rurais, sua implementação adequada ainda depende de suporte institucional, capacitação técnica dos profissionais envolvidos e disponibilidade de recursos operacionais (Embrapa, 2022)

Em contrapartida, essas mesmas barreiras apontam caminhos para ações mais concretas, como, aprofundamento de parcerias de público privado para financiamento de projetos cooperativos de conservação, programas de formação voltadas aos técnicos e cooperados, fortalecimento da liderança interna dentro da cooperativa, visando maior autonomia na gestão de recursos e projetos ambientais, integração em redes territoriais que facilitem a troca de experiência e o acesso a mercados diferenciados, visando valorizar os produtos dos associados à preservação do solo (Lapolli; Gomes, 2017). Com essas estratégias, as cooperativas podem transformar desafios em oportunidades de consolidar uma agricultura realmente sustentável e resistente.

A região sul baiana, que inclui municípios como Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Una, é reconhecida por sua rica biodiversidade e por práticas agrícolas tradi-

cionais, como o cultivo de cacau em Sistemas Cabruca, modelo agroflorestal que integra a produção com a vegetação nativa da mata atlântica. Esse sistema tem contribuído para a conservação dos recursos naturais e do solo, ao preservar a cobertura vegetal e possibilitar uma produção ambientalmente sustentável (Marques et al., 2014).

Durante as décadas de 1980 e 1990 a cultura do cacau enfrentou uma grave crise causada pela vassoura de bruxa, o que levou a intensas mudanças no uso do solo, aumento do desmatamento e degradação ambiental. As mudanças ocorridas na região contribuíram para o surgimento de iniciativas agroecológicas e formas de organização coletiva, voltadas à restauração ambiental e à busca por práticas produtivas mais sustentáveis no meio rural (Oliveira et al., 2020).

A adoção de práticas mais conservacionistas tem se mostrado essencial para a sustentabilidade do solo na Bahia, especialmente em regiões com histórico de uso intensivo da terra, como é o caso da área cacauzeira.

Segundo Marques et al. (2014), os sistemas agroflorestais não apenas promovem a diversificação produtiva, mas também ajudam na mitigação da erosão, na manutenção da fertilidade do solo e na conservação da água, uma vez que a cobertura vegetal reduz o impacto das chuvas sobre o solo e auxilia na retenção de nutrientes.

Além disso, as práticas agroecológicas, que são frequentemente usadas pelas cooperativas locais, buscam a preservação da biodiversidade e a melhoria das condições ambientais através de técnicas como o cultivo consorciado de culturas perenes e o uso de defensivos naturais.

De acordo com Oliveira et al. (2016), essas abordagens têm sido integradas ao processo de recuperação de áreas degradadas e à revitalização das atividades cacauzeiras, demonstrando um impacto positivo na regeneração das áreas de produção.

A integração entre conservação do solo e produção agroflorestal tem sido um dos pilares do modelo de desenvolvimento sustentável implementado pela Ceplac (Comissão Executiva Plano Lavoura Cacaueira) em várias regiões do

sul da Bahia, com ênfase na capacitação dos agricultores familiares e no fortalecimento das cooperativas agrícolas e na disseminação de práticas sustentáveis. Esse processo é importante para consolidar modelos produtivos que conciliem segurança alimentar, renda e conservação dos ecossistemas (Marques et al., 2014).

3. MÉTODO DO ESTUDO

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando como principal estratégia a revisão bibliográfica. A escolha por essa metodologia se deu pela necessidade de compreender de forma mais aprofundada como o cooperativismo agropecuário tem contribuído para o uso sustentável do solo no Sul da Bahia, especialmente em municípios com forte presença de práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais, como Ilhéus, Itabuna, Uruçuca e Una.

Foram consultadas publicações científicas, documentos técnicos, relatórios institucionais e artigos acadêmicos disponíveis em plataformas como *Google* acadêmico, *Scielo*, portal de periódicos Capes e a Infoteca da Embrapa.

Para a seleção das obras foram consideradas, prioritariamente, materiais publicados entre 2010 e 2025 que abordassem diretamente temas como conservação do solo, práticas sustentáveis, agricultura familiar, agroecologia e o papel das cooperativas no desenvolvimento rural. Os termos de busca incluíram “uso sustentável do solo”, “cooperativas agropecuárias”, “região cacaueteira da Bahia” e “manejo conservacionista”.

As informações obtidas foram organizadas em categorias de temas a partir da leitura e conforme a análise dos conteúdos dos textos, isso permitiu uma construção mais crítica sobre os caminhos percorridos pelas cooperativas da região na promoção de práticas que aliam a produtividade à preservação ambiental e conservação do solo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) têm ganhado destaque como uma prática sustentável para uso do solo, especialmente nas regiões cacaueiras da Bahia.

De acordo com o estudo de Silva (2013), esses sistemas integram espécies agrícolas e florestais em arranjos planejados, o que contribui para a conservação do solo e a manutenção da biodiversidade. Esse tipo de sistema permite o aproveitamento simultâneo do solo para diferentes cultivos, como o cacau e outras espécies nativas da mata atlântica, proporcionando benefícios ambientais significativos, como a redução da erosão e o aumento da qualidade do solo.

A contribuição dos SAFs para a sustentabilidade de solo é significativa, uma vez que eles ajudam a proteger o solo contra a degradação, além de promoverem a captura de carbono.

Esses sistemas oferecem uma solução viável para áreas com forte declividade, como as encontradas em ilhéus e Itabuna, onde a preservação do solo é crucial para evitar a erosão e a perda de nutrientes (Silva, 2013).

O mesmo autor, destaca ainda que os SAFs associados ao cultivo de cacau têm sido amplamente adotados na região cacaueira da Bahia, como forma de conciliar a produção agrícola com a conservação ambiental.

Além disso, os sistemas agroflorestais têm contribuído para a preservação da cobertura vegetal, favorecendo a regeneração de áreas degradadas e a proteção das nascentes de água.

Segundo a pesquisa de Lopes et al. (2005), esses sistemas possuem uma grande capacidade de adaptação às condições locais e são eficazes no combate à degradação do solo, melhorando sua fertilidade e promovendo a sustentabilidade a longo prazo.

A implementação de sistemas agroflorestais no sul da Bahia tem, portanto, desempenhado um papel fundamental na promoção do uso sustentável do solo, especialmente nas propriedades de agricultores familiares que buscam alternativas para práticas agrícolas convencionais.

As cooperativas agropecuárias vêm desempenhando um papel relevante na promoção da sustentabilidade do solo na região sul baiana, sobretudo por meio da difusão de práticas agroecológicas, do fortalecimento da agricultura familiar e da valorização dos conhecimentos tradicionais locais.

Ao promoverem a organização coletiva dos agricultores, essas instituições possibilitam maior acesso à informação técnica, programas de incentivo e canais de comercialização sustentáveis, o que favorece a adoção de práticas de manejo mais eficientes e conservacionistas.

Em seus estudos Silva e Souza (2025) destaca as cooperativas como a de Poço Fundo apresentando como a articulação entre agricultura familiar, agroecologia e organização coletiva pode viabilizar estratégias de desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em contexto de vulnerabilidade socioeconômica. Essa atuação é essencial para consolidar modelos produtivos que integrem conservação ambiental e geração de renda.

A investigação de Dourado e Vale (2018) reforçam que as cooperativas também são responsáveis por articular saberes locais e técnicos, promovendo capacitações voltadas à produção orgânica, ao uso de adubação verde e ao manejo ecológico do solo. Essa combinação entre conhecimento técnico-científico e saber empírico, contribui para transformar as práticas de uso da terra, reduzindo o impacto ambiental e garantindo maior resiliência ecológica das áreas cultivadas.

A presença das cooperativas também tem estimulado o uso de práticas como o plantio direto e a integração lavoura-pecuária-floresta, que são reconhecidas como estratégias eficazes para melhorar a qualidade do solo e aumentar sua capacidade de retenção hídrica e de nutrientes (Lopes; Alves, 2005; Embrapa, 2022)

O apoio institucional e a existência de políticas públicas de incentivo ao cooperativismo e à agroecologia são fatores chave para ampliação dessas experiências. Ainda assim, os avanços são desiguais entre os diferentes municípios da região. Em alguns casos, a atuação das cooperativas esbarra na limitação de recursos técnicos e financeiros, na baixa escolaridade dos cooperados e na escassez de incentivos governamentais diretos à conservação do solo

Como destaca Melnick et al. (2005), a sustentabilidade ambiental está diretamente associada à existência de estruturas institucionais sólidas que sustentam as mudanças nos sistemas produtivos e incentivam a gestão dos recursos naturais.

Portanto, observa-se que o fortalecimento das cooperativas agropecuárias, quando articulado a políticas públicas e práticas agroecológicas, pode funcionar como vetor transformador do uso do solo, contribuindo para mitigar processos de degradação e ampliar a resiliência dos agroecossistemas regionais.

Ao fomentar práticas sustentáveis de uso do solo e ao promover o fortalecimento das identidades locais, essas organizações têm contribuído de forma concreta para a construção de um projeto de sociedade mais equitativo, ambientalmente responsável e alinhado aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade territorial.

Mesmo com avanços na adoção de práticas agroecológicas pelas cooperativas, a ampliação dessas iniciativas ainda esbarra em uma série de dificuldades. Uma das principais limitações está no acesso restrito a financiamentos específicos para práticas sustentáveis, o que dificulta a implementação de tecnologias voltadas à conservação do solo e à diversificação dos sistemas produtivos.

Associado a isso a carência de assistência técnica especializada e contínua, que compromete o desempenho e a permanência dessas práticas nas propriedades. Ademais, a ausência de políticas públicas integradas, que incentivem de forma direta a transição agroecológica nas cooperativas, é outro obstáculo importante.

Conforme apontado por estudos da Embrapa (2022) muitos agricultores ainda enfrentam entraves para adotar práticas conservacionistas devido à limitação de recursos e à desarticulação institucional entre programas de apoio técnico, extensão rural e incentivos.

Por outro lado, a própria estrutura das cooperativas oferece um caminho promissor para fortalecer a sustentabilidade do solo. As experiências já consolidadas em práticas como compostagem, sistemas agroflorestais e consórcios

de culturas demonstram que é possível integrar produtividade e conservação ambiental (Silva, 2013).

Esse tipo de organização também permite o compartilhamento de conhecimento entre os cooperados e aumenta a capacidade de articulação política para reivindicar apoio do Estado e acesso a mercados diferenciados.

Outro ponto positivo é a presença, na região, de universidades públicas e centros de pesquisa e inovações que promovem ações de extensão e a capacitação junto aos agricultores. Essas instituições podem atuar como aliadas estratégicas no fortalecimento da agroecologia e no enfrentamento das dificuldades técnicas e operacionais que ainda existem (Oliveira et al., 2020).

Assim, mesmo diante de limitações estruturais, as cooperativas da região sul baiana têm potencial para ampliar o uso sustentável do solo, desde que recebam suporte técnico, incentivos adequados e mantenham o compromisso coletivo com os princípios agroecológicos.

A adoção de práticas sustentáveis no meio rural está diretamente relacionada a fatores como acesso à informação técnica, disponibilidade de recursos financeiros e políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e do cooperativismo.

Muitos produtores enfrentam limitações que dificultam a transição para modelos de manejo mais sustentáveis, como a agroecologia, principalmente devido à falta de assistência técnica continuada e ao pouco incentivo governamental voltado para a conservação dos recursos naturais (Embrapa, 2022).

Além disso, mesmo quando há interesse por parte dos agricultores em adotar práticas como o cultivo consorciado, o uso de adubação verde ou recuperação de área degradadas, ainda há um caminho a ser percorrido no sentido da capacitação e da valorização dos saberes locais.

A troca de experiências dentro das cooperativas e o acesso a programas de extensão rural se mostram fundamentais para que os produtores possam confiar nos resultados dessas práticas e compreender sua viabilidade econômica e ecológica.

O contexto socioeconômico também influencia diretamente o ritmo e o alcance da implementação de práticas sustentáveis. Cooperativas mais orga-

nizadas e com maior apoio institucional tendem a criar ambientes mais favoráveis para a adoção de técnica de manejo conservacionista, promovendo a sustentabilidade a partir de uma lógica coletiva.

Isso reforça a importância de estratégias públicas integradas, com foco em capacitação acesso a crédito e estímulo à pesquisa participativa, para tornar o uso sustentável do solo uma realidade no meio rural brasileiro (Marques et al., 2023).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender de que forma as cooperativas agropecuárias do sul da Bahia têm contribuído para o uso sustentável do solo. A partir da análise do contexto territorial, do papel desempenhado por essas organizações e das práticas agroecológicas adotadas pelos cooperados, foi possível perceber que as cooperativas vêm desempenhando um papel importante na promoção de alternativas mais sustentáveis para o campo.

As ações coletivas promovidas pelas cooperativas, como incentivo à diversificação produtiva, organização de cadeias produtivas agroecológicas e acesso a formação técnica, têm fortalecido a adoção de práticas conservacionistas. Além disso, essas organizações contribuem para manter o produtor no campo, com mais autonomia e acesso a mercados que valorizam produtos sustentáveis.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios que dificultam a adoção plena de práticas sustentáveis, como a limitação de políticas públicas direcionadas à conservação do solo, a escassez de assistência técnica especializada e a dificuldade de acesso ao crédito rural voltado à transição agroecológica. A superação desses obstáculos depende de ações conjuntas entre poder público, instituições de ensino, cooperativas e os próprios agricultores.

Portanto, conclui-se que as cooperativas agropecuárias têm um grande potencial de transformação nos territórios onde atuam. Ao promoverem práticas mais equilibradas com meio ambiente e valorização dos saberes e experiências de vida locais, elas se consolidam como importante agente para o desenvolvimento rural e na conservação do solo de forma sustentável na região sul baiana.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B.; PIRES, M. M. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia, Brasil: crise e transformação. **Revista Colombiana de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v28n1.67437>. Acesso em: 18 abr. 2025.

COOPERCABRUCÁ. **Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia**. Disponível em: <https://coopercabruca.com.br/>. Acesso em: 28 maio 2025.

DOURADO, N. P.; VALE, A. R. Agricultura familiar, cooperativismo e agroecologia promovendo o desenvolvimento territorial sustentável: o caso da cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo-MG e região. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.43, n.1, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/13900/8784>. Acesso em: 17 abr. 2025.

DOS SANTOS, A. N. S.; DA SILVA SOARES, D.; DA SILVA, H. F.; VELOSO, C. C.; FURTADO, R. G.; NASCIMENTO, I. F.; RASIA, R. Resíduos sólidos e design sustentável – uma análise da reciclagem na “economia circular” à luz da Agenda 2030. **ARACÊ**, v. 7, n. 2, p. 7365-7391, 2025.

FAGUNDES, M. O.; REIS, D. A.; PORTELLA, R. B.; PERINA, F. J.; BOGIANI, J. C. Qualidade de um latossolo sob plantio convencional e sistema plantio direto no cerrado baiano, Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 3, p. 281-297, 2019.

LAL, R. A. Soil degradation as a reason for inadequate human nutrition and health. In: SPARKS, D. L. (Ed.). *Advances in Agronomy*. San Diego: **Elsevier Academic Press**, 2009. p. 1–44.

LAPOLLI, É. M.; GOMES, R. K. Práticas intraempreendedoras na gestão pública: um estudo de caso na Embrapa. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 127-142, 2017.

LOPES, O. M. N.; ALVES, R. N. B. **Adubação Verde e Plantio Direto: Alternativas de Manejo Agroecológico para a Produção Agrícola Familiar Sustentável**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 34 p.

MARQUES, J. R. B.; MANDARINO, E. P.; MONTEIRO, W. R. Sistema agroflorestal como alternativa sustentável de produção de cacau, borracha, madeira e alimentos para agricultura familiar na região cacauzeira da Bahia. **Agrotrópica**, Ilhéus, v. 26, n. 2, p. 117–126, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21757/0103-3816.2014v26n2p117-126>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MARQUES, L.; BRAGA, G. E. S.; PACHECO, C. S. G. R.; CANSANÇÃO, I. F.; JUNIOR, J. N. Agroecologia: um olhar para produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável com mais saúde. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 18, n. 5, p. 637-658, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/51363>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MELNICK, D. J.; KAKABADSE N. Y.; MCNEELY, J.; SCHMIDT-TRAUB, G.; SEARS, R. R. The Millennium Project: the positive health implications of improved environmental sustainability. **The Lancet**, v. 365, n. 9460, p. 723–725, fev. 2005.

OLIVEIRA, R. M.; COSTA, R. C.; SAMBUICHI, R. R.; HELLMEISTER FILHO, P. A importância do sistema agroflorestal cabruca para a conservação da Mata Atlântica no sul da Bahia. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1–12, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820614>. Acesso em: 18 abr. 2025.

OLIVEIRA, T. A.; LIMA, J. R. Cooperativas e agroecologia: uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Geografia em Questão, [S.l.]**, v. 13, n. 2, p. 119–138, 2020.

RIBEIRO, K. A. Governança e educação cooperativista em cooperativas agropecuárias: o caso da CIVAB no município de Canudos (BA). **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 3, n. 2, p. 284-304, 2017.

SANTOS, J. A. M. D.; TAVARES, M. C.; VASCONCELOS, M. C. R. L. D.; AFONSO, T. O processo de inovação tecnológica na Embrapa e na Embrapa Agrobiologia: desafios e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, p. 175-194, 2012.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico**. 1 ed. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2017.

SILVA, I. C. **Sistemas agroflorestais: conceitos e métodos**. 1 ed. Itabuna: SB-SAF, 2013. 308 p.

SILVA, J; SOUZA, M. Agricultura familiar, cooperativismo e agroecologia promovendo o desenvolvimento territorial sustentável: o caso da cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo-MG e região. **Revista Geográfica**, v. 10, n. 2, p. 45–60, 2025.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações rurais & agroindustriais**. Vol. 17, n. 1 (2015), p.[56]-71, 2015.

CAPÍTULO 7

INOVAÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: O PAPEL DAS COOPERATIVAS NA MECANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

João Talles de Jesus Tavares

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-7

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, amparada pela Lei nº 11.326/2006, que institui a Política Nacional da Agricultura Familiar, e por seus decretos regulamentadores, constitui a base produtiva do campo brasileiro, representando a maioria dos estabelecimentos agrícolas, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017.

Formada por unidades produtivas geridas e mantidas por famílias, essa modalidade é responsável por parcela significativa da segurança alimentar e do fornecimento de bens e serviços à sociedade. Contudo, enfrenta desafios expressivos, especialmente no acesso a tecnologias adaptadas às suas condições produtivas, fator que limita seu pleno desenvolvimento.

Nesse cenário, as cooperativas emergem como agentes estratégicos, pois ampliam o acesso de pequenos produtores a recursos, capacitação técnica e infraestrutura compartilhada. A organização coletiva possibilita a diluição dos custos de mecanização, viabiliza a adoção de tecnologias mais avançadas e fortalece o poder de negociação, além de estimular práticas produtivas sustentáveis.

A mecanização sustentável, entendida como a integração entre inovações tecnológicas, responsabilidade ambiental e inclusão social, constitui um eixo fundamental para o avanço da agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que eleva a produtividade, ela pode gerar impactos sociais significativos, como a redução do êxodo rural, a criação de empregos diretos e indiretos, a ampliação

da renda e o fortalecimento do cooperativismo. Ao facilitar o acesso a maquinários e ferramentas adequadas, as cooperativas também ampliam as oportunidades de qualificação profissional, promovendo um ambiente de aprendizado contínuo e gestão democrática, conforme já defendido por Pires (2000).

Além de aumentar a eficiência produtiva, a mecanização sustentável valoriza a estrutura organizacional das cooperativas, otimiza processos, agrega valor aos produtos e amplia a competitividade no mercado, favorecendo melhores condições de negociação para os agricultores familiares. No campo ambiental, a adoção de tecnologias conservacionistas contribui para a preservação dos recursos naturais, promovendo um desenvolvimento rural equilibrado.

Dessa forma, compreender como as novas tecnologias, quando aliadas a princípios de baixo custo e sustentabilidade, podem transformar as dinâmicas socioeconômicas e ambientais da agricultura familiar é fundamental. Este estudo busca descrever de que maneira tais inovações, mediadas pelo papel central das cooperativas, não apenas viabilizam o acesso a soluções técnicas para pequenos produtores, mas também fomentam a colaboração, fortalecem a gestão de recursos e oferecem subsídios para políticas públicas voltadas a um desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e sustentável.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi conduzido a partir de uma revisão bibliográfica. Na primeira etapa, foi realizado um estudo utilizando artigos científicos, livros e outras publicações relevantes sobre o tema de mecanização sustentável, cooperativismo e agricultura familiar. As fontes foram selecionadas a partir de bases de dados acadêmicas e conteúdos disponibilizados online, sendo algumas das principais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA, 2016), Google Acadêmico e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA Brasil, 2020).

Os dados coletados na literatura foram organizados e analisados para descrever tendências e percepções gerais sobre o tema. Essas informações permitiram uma compreensão mais ampla e integrada do tema abordado.

3. O IMPACTO DA MECANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL NA REDUÇÃO DO ÊXODO RURAL, GERAÇÃO DE RENDA E FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO

Com base na revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar os principais desafios e oportunidades relacionados à mecanização sustentável, evidenciando as cooperativas agrícolas como pilares fundamentais nesse processo. Essas organizações não apenas viabilizam o acesso a tecnologias inovadoras, mas também atuam como agentes de transformação, promovendo a capacitação, a gestão eficiente dos recursos e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis entre os pequenos produtores.

Essas organizações também fomentam práticas colaborativas e sustentáveis entre os agricultores familiares. Entre os principais desafios enfrentados por este segmento, destacam-se a infraestrutura limitada, os custos iniciais elevados e a necessidade de capacitação técnica para a adoção de inovações.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil são de base familiar e enfrentam dificuldades estruturais e financeiras para acessar novas tecnologias. Estudos como o do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) apontam que programas de incentivo à modernização podem minimizar essas barreiras, destacando o papel fundamental das cooperativas na difusão de conhecimento e na facilitação do acesso a equipamentos tecnológicos.

As cooperativas podem desempenhar um papel central na superação dessas barreiras, atuando como mediadoras na busca por financiamentos, capacitações e políticas públicas voltadas à adoção de novas tecnologias. Ao reunir pequenos produtores, essas organizações viabilizam uma distribuição mais equitativa das inovações, promovendo a inclusão dos agricultores familiares no processo de modernização do setor.

Além disso, como apontado por Pires (2000), a assistência técnica especializada fornecida pelas cooperativas pode auxiliar os agricultores na escolha das tecnologias mais adequadas, no planejamento da produção e na gestão eficiente dos recursos.

Segundo dados da CNA Brasil (2020), cada etapa do desenvolvimento agrário reflete o seu progresso tecnológico, podendo ser resumida em quatro fases principais: Tração Manual (1900-1950), caracterizada pela baixa produtividade e intenso trabalho manual; Mecanização (1950-1990), impulsionada pela Revolução Verde, com aumento da produtividade por meio de maquinário e insumos sintéticos; Precisão (1990-2020), que introduziu a aplicação localizada de tecnologias visando à sustentabilidade; e Digital (2020-2030), que utiliza Big Data, sensores, computação em nuvem, Internet das Coisas, inteligência artificial e robótica para otimizar recursos e automatizar processos, consolidando a chamada Agricultura 4.0.

Entre as tecnologias destacadas na literatura, encontram-se sistemas mecanizados de irrigação de baixo custo, maquinários adaptados para pequenas propriedades e ferramentas digitais para o gerenciamento de operações agrícolas. A impressão 3D é um exemplo de inovação tecnológica que vem ganhando espaço no setor, sendo utilizada para a produção de peças sob medida para maquinários e implementos, reduzindo custos e tempo de espera por reposições.

Segundo Lisbinski et al. (2020), essa tecnologia possibilita a fabricação local de componentes essenciais, minimizando a dependência de fornecedores externos e proporcionando maior autonomia para cooperativas e pequenos produtores. *A Land O'Lakes*, uma cooperativa agrícola dos Estados Unidos, já investe nessa inovação para aumentar a eficiência de seus processos produtivos e melhorar o suporte técnico aos seus associados (Microsoft News, 2024).

Essa tecnologia também pode ser empregada para fabricar peças personalizadas de forma econômica, o que torna seu acesso mais viável para cooperativas familiares. Além disso, a impressão 3D é apontada como um recurso capaz de desenvolver ferramentas específicas e adaptadas às necessidades de pequenos agricultores, promovendo maior autonomia, conforme observado pela CNA Brasil (2020).

Do ponto de vista social, a mecanização sustentável pode contribuir para a redução do êxodo rural, a geração de renda e o fortalecimento do cooperativismo.

A redução do êxodo rural é um dos principais desafios da agricultura familiar. Muitos jovens deixam o campo em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos, motivados pela baixa rentabilidade e pelas condições árduas do trabalho agrícola. A mecanização sustentável pode reverter essa tendência ao modernizar as práticas agrícolas, tornando-as mais produtivas e menos exaustivas. Com tecnologias acessíveis e de baixo custo, os agricultores podem otimizar o uso da terra e melhorar sua qualidade de vida, tornando o meio rural mais atrativo para as novas gerações.

A geração de renda também é um fator crucial para a sustentabilidade da agricultura familiar. A introdução de maquinários adaptados e acessíveis permite que pequenos produtores aumentem sua produtividade sem comprometer a rentabilidade. Além disso, a mecanização possibilita a diversificação das atividades agrícolas, permitindo maior escala de produção com mais eficiência. Isso resulta no aumento da oferta de produtos, agregando valor e possibilitando melhor inserção nos mercados locais e regionais.

Assim como afirmam Simioni e Zilliotto (2012), o emprego de inovações tecnológicas impacta positivamente os indicadores de produção e qualidade dos produtos, refletindo diretamente na melhoria da qualidade de vida e da renda familiar.

O fortalecimento do cooperativismo é outro efeito significativo da mecanização sustentável. Com acesso a novas tecnologias, as cooperativas ampliam sua capacidade produtiva e melhoram a gestão dos recursos compartilhados. Isso favorece a negociação de melhores condições de mercado para seus associados, além de estimular a capacitação técnica dos agricultores.

Como ressalta Gdefaveri (2024), a introdução de tecnologias em cooperativas impacta diretamente sua participação de mercado, as vendas, o aumento do portfólio de produtos e as sobras do exercício. Tais resultados demonstram que a tecnologia influencia não apenas os aspectos econômicos e financeiros, mas também a coesão social. A união dos produtores em cooperativas possibilita o compartilhamento de maquinário, reduzindo custos individuais e tornando a modernização mais acessível para todos os membros da comunidade agrícola.

A literatura também destaca a importância de políticas públicas e programas de capacitação técnica para incentivar a adoção dessas tecnologias e superar barreiras como a resistência à mudança e as limitações financeiras. No entanto, essas políticas devem ser implementadas com cautela e supervisão rigorosa, pois, como lembra Pires (2000), a modernização da agricultura no Cerrado brasileiro, promovida por políticas públicas, resultou em avanços produtivos, mas também provocou impactos negativos, como degradação ambiental e substituição de ecossistemas nativos por monoculturas mecanizadas. Assim, a preservação ambiental deve ser prioridade nas medidas adotadas.

Entre as novas tecnologias, estudos indicam que a impressão 3D pode ser integrada a programas de capacitação técnica, fornecendo aos trabalhadores agrícolas habilidades práticas para produzir e manter ferramentas e peças sob medida (Lisbinski et al., 2020). Isso não apenas aumenta a acessibilidade, mas também promove maior integração entre inovação tecnológica e prática agrícola.

Adicionalmente, a Inteligência Artificial (IA) vem desempenhando um papel crescente no setor agrícola, auxiliando na tomada de decisões baseadas em dados e otimizando processos produtivos. Segundo a Microsoft News (2024), a IA tem sido empregada para prever safras, monitorar a saúde das plantas e gerenciar recursos hídricos com maior eficiência.

No contexto agrícola, a IA pode ser adaptada a diferentes realidades produtivas, desde grandes plantações até pequenas propriedades familiares. Em regiões com infraestrutura limitada, pode ser integrada a sensores acessíveis e plataformas móveis para otimizar o uso de insumos e reduzir desperdícios. Assim, sua aplicação permite que cooperativas adotem soluções inteligentes para aprimorar a gestão agrícola, melhorar a produtividade e tornar suas operações mais sustentáveis.

Embora as oportunidades sejam promissoras, a implementação de tecnologias sustentáveis ainda enfrenta desafios. A falta de infraestrutura adequada, o custo inicial elevado e a necessidade de suporte técnico contínuo são fatores que precisam ser superados para garantir o sucesso dessas iniciativas.

Políticas públicas e iniciativas privadas no Brasil, como programas de fomento à agricultura familiar e subsídios tecnológicos, têm demonstrado potencial para superar essas barreiras. Segundo a Microsoft News (2024), investimentos governamentais voltados à modernização da agricultura familiar têm ampliado o acesso a tecnologias inovadoras, permitindo que pequenos produtores melhorem sua produtividade e sustentabilidade.

As cooperativas, por sua vez, podem desempenhar papel crucial nesse processo, atuando como intermediárias na obtenção de recursos, organizando capacitações técnicas e distribuindo tecnologias de forma acessível. Diferentemente de produtores individuais ou empresas convencionais, sua estrutura coletiva permite o compartilhamento de custos e a mitigação de riscos, tornando a adoção de inovações mais viável financeiramente. Além disso, promovem a troca de conhecimento entre os membros, favorecendo o aprendizado coletivo e o desenvolvimento de estratégias produtivas mais eficientes.

Dessa forma, essas organizações não apenas ampliam a acessibilidade e eficiência das práticas agrícolas diárias, mas também fortalecem o cooperativismo como modelo sustentável de desenvolvimento rural. No campo social, isso se traduz na inclusão de pequenos produtores no mercado, na geração de empregos locais e na redução do êxodo rural. No aspecto econômico, viabiliza o acesso a linhas de crédito mais vantajosas, aumenta o poder de negociação coletiva e garante distribuição mais justa dos lucros entre os cooperados, assegurando maior estabilidade financeira e competitividade no setor.

Assim, a inovação tecnológica deixa de ser apenas um vetor de modernização do setor agrícola para se tornar elemento essencial ao fortalecimento do cooperativismo e à promoção de uma produção rural sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou como tecnologias sustentáveis e de baixo custo podem transformar positivamente as cooperativas familiares agrícolas, promovendo avanços significativos nas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

A revisão bibliográfica demonstrou que a introdução de tecnologias como sistemas de irrigação mecanizados de baixo custo, maquinários adaptados para

pequenas propriedades e ferramentas digitais de gestão agrícola pode otimizar o uso da terra, reduzir o desperdício de insumos e aumentar a eficiência das operações, resultando em maior rentabilidade para os agricultores familiares. Além disso, ao fortalecer as cooperativas, essa mecanização facilita a aquisição e o compartilhamento de equipamentos entre os produtores, reduzindo custos individuais e promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos.

Esses avanços contribuem diretamente para a redução do êxodo rural, tornando o meio agrícola mais atrativo e economicamente viável, além de estimular a disseminação de práticas ambientalmente responsáveis, como o uso racional da água e a preservação do solo. No entanto, o texto também reconhece desafios importantes, como a infraestrutura limitada e os custos iniciais elevados, que precisam ser superados. Nesse sentido, políticas públicas, iniciativas privadas e o papel ativo das cooperativas surgem como estratégias fundamentais para viabilizar a implementação dessas tecnologias.

A pesquisa conclui que estudos futuros podem analisar a eficácia de diferentes modelos de subsídio para aquisição de tecnologias, como linhas de crédito com juros baixos, financiamento coletivo e programas de arrendamento de equipamentos, além de investigar o potencial de parcerias público-privadas para o desenvolvimento e a distribuição de tecnologias de baixo custo.

Políticas públicas podem incluir a criação de linhas de crédito com juros subsidiados, programas de subsídio para equipamentos de energia renovável, isenção de impostos para cooperativas e empresas que desenvolvam tecnologias de baixo custo, e redução de impostos sobre a importação de componentes de tecnologias sustentáveis.

Programas de apoio técnico e financeiro podem fortalecer as cooperativas, facilitando o acesso a mercados e programas de compras governamentais. Além disso, é importante investigar o impacto a longo prazo da mecanização sustentável nas comunidades rurais, considerando fatores como a segurança alimentar e a resiliência às mudanças climáticas.

5. REFERENCIAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados definitivos do Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017/resultados-definitivos.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CNA BRASIL. **Agro 4.0: O futuro da tecnologia no agronegócio**. 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/storage/arquivos/DCPV/files/Agro4.0-livro.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025.

IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental 12** - Capítulo 7: Inovação e Agricultura Familiar no Brasil: Oportunidades e Desafios. 2016. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/160118_bru_12_cap7.pdf. Acesso em: 3 jan. 2025.

MICROSOFT NEWS. **Como a Land O'Lakes está cultivando ag-tech para ajudar os agricultores a obter lucros mais saudáveis**. 2024. Disponível em: <https://news.microsoft.com/pt-br/como-a-land-olakes-esta-cultivando-ag-tech-para-ajudar-os-agricultores-a-obter-lucros-mais-saudaveis>. Acesso em: 21 dez. 2024.

LISBINSKI, F. C.; MÜHL, D. D.; OLIVEIRA, L. de; CORONEL, D. A. **Perspectivas e desafios da agricultura 4.0 para o setor agrícola**, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218601/001122708.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2025

SIMIONI, F. J.; ZILLIOTTO, T. C. Influência das Inovações Tecnológicas em Unidades de Produção Familiares da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista de economia e agronegócio**, v. 10, n. 3, 2012 Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/download/7534/3125>. Acesso em: 17 fev. 2025

PIRES, M. O. **Programas Agrícolas Na Ocupação Do Cerrado**. Sociedade e cultura, v. 3, n. 1-2, p. 111-131, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70312129007.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025

GDEFAVERI, W. **Estão da inovação: um estudo de caso na Cooperativa COO-FIUME**. Disponível em: <https://fatrs.com.br/arq/biblioteca/356a192b7913b-04c54574d18c28d46e6395428ab/tcc/7719a1c782a1ba91c031a682a0a-2f8658209adbf/1.73877903952e+12.pdf> Acesso em: 20 fev. 2025.

CAPÍTULO 8

A FORMAÇÃO CONTÁBIL EM DIÁLOGO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: A RIQUEZA QUE VEM DA INTERDISCIPLINARIDADE

Carlos Daniel Rodrigues dos Santos

Maristela Miranda Vieira de Oliveira

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-8

1. INTRODUÇÃO

Ao ingressar em uma nova experiência, é natural que tudo pareça desafiador, repleto de novidades e, ao mesmo tempo, desperte o desejo intenso de aprender e se desenvolver. Foi com esse espírito que teve início a trajetória na iniciação científica, com o propósito de expandir os horizontes do conhecimento para além dos conteúdos tradicionalmente abordados nas disciplinas do curso de Ciências Contábeis. O foco dessa jornada foi explorar uma realidade até então pouco discutida academicamente: a Economia Solidária.

O projeto de iniciação científica intitulado “Aspectos da Subjetividade Individual e Coletiva: um estudo em organizações de Economia Solidária” surgiu como uma ponte entre o conhecimento técnico-contábil e as práticas sociais de empreendimentos econômicos solidários. Para além do crescimento pessoal e acadêmico, a experiência trouxe consigo uma inquietação relevante: como a Contabilidade muitas vezes tratada como uma linguagem técnica, complexa e distante pode se tornar acessível aos sujeitos que integram cooperativas, associações e outras formas de organização solidária?

A vivência demonstrou que os empreendimentos da Economia Solidária não demandam apenas contadores para cumprir exigências legais, mas profissionais que estejam dispostos a atuar de forma próxima, colaborando na organização, na educação financeira e na tradução do conhecimento contábil para o cotidiano dos grupos. Ao contrário do que é enfatizado nas salas de aula,

voltadas majoritariamente à lógica das empresas privadas, os empreendimentos solidários possuem características próprias: os membros são os detentores do controle e da propriedade dos meios produtivos; a gestão é democrática e participativa; e os resultados financeiros são distribuídos coletivamente, conforme as decisões do grupo (Singer; Souza, 2000).

Durante a pesquisa, observou-se que a dificuldade na compreensão e aplicação das ferramentas contábeis é recorrente entre os membros das cooperativas, seja pela baixa familiaridade com os conceitos técnicos, seja pela formação dos profissionais da área, muitas vezes despreparados para adaptar suas práticas à realidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A relevância deste estudo está justamente em articular teoria e prática, incentivando reflexões sobre como a Contabilidade pode ser ressignificada para dialogar com os princípios e valores da Economia Solidária. O trabalho corrobora para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos quais esta pesquisa contribui diretamente, destacam-se: o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao propor uma formação contábil crítica e interdisciplinar; o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao valorizar práticas de autogestão e inclusão produtiva; e o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao facilitar o acesso à informação contábil e ao empoderamento econômico de grupos historicamente marginalizados (Álvarez; Alarcón, 2019).

Trata-se de reconhecer a importância de uma formação contábil ampliada, mais crítica e sensível, que valorize experiências interdisciplinares e contribua para o fortalecimento de práticas autogestionárias e coletivas. Esta vivência lança luz sobre a necessidade de repensar o papel do contador frente a realidades sociais diversas, reafirmando a função social da Contabilidade em contextos onde a cooperação, a equidade e a dignidade são prioridades.

O presente trabalho tem como objetivos refletir sobre o papel da Contabilidade no contexto dos Empreendimentos Econômicos Solidários; identificar os desafios na comunicação contábil com os sujeitos dos EES; e propor caminhos para uma formação contábil mais sensível, crítica e comprometida com a transformação social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

A interdisciplinaridade é um conceito fundamental para compreender experiências formativas como a aqui relatada. Segundo Edgar Morin (2000), pensar de forma complexa significa ultrapassar os recortes fragmentados do saber e buscar conexões que revelem a totalidade dos fenômenos. Para ele, o conhecimento não deve estar restrito a compartimentos isolados, mas sim dialogar entre diferentes domínios. Essa perspectiva se mostra essencial quando se trata da formação profissional e da atuação em contextos sociais diversos, como os da Economia Solidária.

Por sua própria natureza, a Economia Solidária demanda uma abordagem interdisciplinar, trata-se de um modo de organização econômica baseado na cooperação, na autogestão e na promoção do bem comum, que desafia as lógicas convencionais do mercado (Singer; Souza, 2000). O projeto de pesquisa em que este relato se insere teve como proposta analisar aspectos da subjetividade individual e coletiva de agentes inseridos nesse campo, buscando valorizar as diversidades internas dos grupos solidários e promovendo o sentimento de pertencimento como estratégia de fortalecimento coletivo.

A vivência nesse ambiente permitiu identificar lacunas relevantes na aplicação da Contabilidade aos empreendimentos solidários. Embora a ciência contábil tenha como função subsidiar a tomada de decisão por meio de informações úteis e confiáveis (Constante, 2010), observa-se que essas informações, muitas vezes, não chegam de forma clara aos sujeitos envolvidos.

Como apontam Luconi e Karling (2011), a atuação contábil está majoritariamente voltada para grandes empresas inseridas na lógica do sistema capitalista, o que dificulta seu uso em contextos alternativos, como o da Economia Solidária.

Nesse sentido, Almeida (2006) observa que os modelos contemporâneos de informação contábil são estruturados para padronizar dados e atender a grupos hegemônicos, o que distancia a Contabilidade das especificidades operacionais e de gestão dos empreendimentos solidários. A economia solidária, diferentemente da economia de mercado, orienta-se por princípios como a au-

togestão, cooperação e a distribuição equitativa dos resultados, como destacam Singer (2002) e Bocayuva (2003). Nesses empreendimentos, os bens de produção pertencem aos próprios trabalhadores, e a gestão se organiza de forma democrática e participativa.

Enquanto a economia de mercado trata a força de trabalho como mercadoria, a Economia Solidária valoriza o trabalho como meio de sustento coletivo, em moldes cooperativos (Singer, 2003b). No entanto, ao buscar formalização para garantir a sustentabilidade e acessar políticas públicas, esses empreendimentos acabam inseridos em um ambiente regulatório que muitas vezes não reconhece suas especificidades. Karling e Luconi (2014) destacam que, mesmo não tendo como objetivo o acúmulo de capital, os EES precisam apresentar resultados financeiros que garantam trabalho e renda, o que os leva a se organizarem como cooperativas ou associações com personalidade jurídica.

Essas estruturas, no entanto, enfrentam desafios desiguais. Enquanto cooperativas de trabalho que respondem à lógica da economia de mercado (geralmente constituídas por profissionais liberais como, médicos, agricultores ou taxistas) tendem a apresentar maior organização e capacidade de captação de recursos, as cooperativas populares, compostas por trabalhadores de baixa renda e menor escolaridade, encontram mais dificuldades (Luconi; Karling, 2011). Autores como Dias e Silva (2002), Biscaro (2010) e Almeida (2006) apontam que um dos principais obstáculos enfrentados por essas entidades, por exemplo, está na necessidade de adaptar os sistemas contábeis tradicionais à sua realidade, criando linguagens mais acessíveis aos seus membros.

Dessa forma, é necessário reconhecer que os EES demandam processos de acompanhamento, visando sua sustentabilidade, diferenciados, realizados por profissionais que combinem conhecimento técnico com sensibilidade social. Assim, esses profissionais devem atuar como agentes educativos e apoiadores do desenvolvimento dos empreendimentos, o que reforça a importância da interdisciplinaridade e da formação crítica nos cursos de Ciências Contábeis (Karling; Luconi, 2014).

3. METODOLOGIA: DESCREVENDO A EXPERIÊNCIA

O projeto em questão teve como ponto de partida uma imersão teórica no campo da Economia Solidária, a partir da leitura e fichamento de autores que abordam seus princípios, origens, finalidades e formas de organização. O objetivo inicial da investigação era compreender a dinâmica dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), com foco em profissionais do artesanato, tanto aqueles inseridos em cooperativas quanto os que atuavam de forma individual. A proposta era realizar entrevistas narrativas para identificar os principais desafios enfrentados por esses sujeitos na prática empreendedora e compreender possibilidades de aprendizagem coletiva.

A participação no projeto se iniciou em um momento intermediário, quando ainda estavam sendo organizadas as rotinas burocráticas e administrativas para o início formal das atividades de campo. Nesse contexto, acompanhei a construção do roteiro de entrevistas e participei dos testes iniciais com o *software* Gephi, ferramenta que seria utilizada para a elaboração de redes semânticas com base nas narrativas colhidas.

Enquanto bolsista de Iniciação Científica, envolvi-me em uma ampla rotina de atividades, que incluíram reuniões frequentes de alinhamento com a professora orientadora, onde discutimos teorias e estratégias metodológicas; o apoio na elaboração de um minicurso intitulado “Gestão, inovação e criatividade em organizações popular solidárias”, ofertado durante a Semana de Administração da UESB; e a organização para participação em eventos acadêmicos.

Entre os eventos marcantes, destaco a apresentação do projeto em desenvolvimento durante a Semana de Ciências da UESB e a participação no IV CONPES — Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária, realizado na USP. Essas experiências permitiram ampliar minha compreensão sobre o tema e reforçaram o sentimento de está trilhando um caminho significativo dentro da graduação, ao articular a Contabilidade com práticas sociais transformadoras. Quanto mais envolvimento com a temática, mais sentia o desejo de aprofundar os estudos e contribuir para a visibilidade da Economia Solidária no campo contábil.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Vivenciar uma experiência de iniciação científica fora do campo tradicional da Contabilidade foi, ao mesmo tempo, desafiador e enriquecedor. Ingressar em um projeto com enfoque na Economia Solidária me levou a um universo até então desconhecido, proporcionando um significativo acúmulo de conhecimento e provocando um despertar intelectual e profissional. Entre os primeiros desafios, destaco a construção de um minicurso para a Semana de Administração da UESB, experiência inédita em minha trajetória acadêmica.

O minicurso, intitulado “*Gestão, Inovação e Criatividade em Organizações Popular Solidárias*”, teve carga horária de 3h e abordou temas como os desafios da gestão em organizações alternativas, métodos inovadores de representação do conhecimento e estratégias criativas de gestão.

A metodologia adotada envolveu exposição dialogada, roda de conversa e apresentação de case. Essa atividade marcou um divisor de águas: foi o momento em que percebi que não havia mais dúvidas sobre meu interesse pelo campo da pesquisa e da Economia Solidária era ali que eu queria estar.

Outra experiência transformadora foi minha participação no IV CONPES (Congresso de Pesquisadores em Economia Solidária), realizado na USP, em São Paulo, entre os dias 28 e 30 de agosto de 2024. Para mim, um jovem do interior e primeiro da família a ingressar em uma universidade pública, viajar a outra região do país com o propósito de apresentar um trabalho acadêmico foi uma experiência marcante.

No evento, tive a oportunidade de apresentar o trabalho “*O que nos diferencia nos separa? Mapeando subjetividades individuais e coletivas no movimento da Economia Solidária*”, dialogando com pesquisadores de diversas instituições e áreas do conhecimento. As palestras e trocas vivenciadas nesse ambiente me mostraram que a Economia Solidária é um campo vasto e potente, com múltiplas possibilidades de atuação e pesquisa.

Além disso, apresentei os resultados parciais da pesquisa na Semana de Iniciação Científica da UESB. Um dos comentários feitos por uma avaliado-

ra me marcou profundamente: “Você, como estudante de Contabilidade, me deixou intrigada. Não é comum vermos contadores pesquisando sobre isso”. Essa fala reforçou minha percepção de que há uma lacuna importante a ser preenchida entre a Contabilidade e os estudos sobre economia solidária.

Durante esse processo, fui identificando que muitos dos obstáculos enfrentados pelos empreendimentos solidários como dificuldade na precificação e organização financeira estão ligados à carência de formação técnica e de apoio continuado. A Contabilidade, enquanto ferramenta de gestão, poderia ocupar um papel estratégico nesse contexto, mas sua linguagem técnica e padronizada, pensada para grandes corporações, acaba por se distanciar das práticas coletivas e informais desses empreendimentos. Como destacam Iudícibus e Marion (2011), nem toda informação contábil gerada é útil para a tomada de decisão, ela precisa ser relevante, compreensível e fidedigna.

O trabalho estimula a importância de ressignificar a Contabilidade como instrumento socialmente relevante, capaz de dialogar com os princípios da Economia Solidária e contribuir concretamente para o alcance de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A vivência no projeto mostrou que, para além da produção de relatórios técnicos, a Contabilidade precisa assumir um papel educativo, inclusivo e adaptado às realidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Nesse sentido, a atuação do profissional contábil pode fortalecer práticas de autogestão, ampliar a compreensão sobre finanças e democratizar o acesso à informação contábil, especialmente entre grupos historicamente marginalizados.

Essa transformação na prática contábil está diretamente alinhada a três ODS prioritários: o ODS 4 – Educação de Qualidade, ao propor uma formação contábil mais crítica, interdisciplinar e conectada a realidades sociais diversas; o ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ao incentivar modelos organizacionais baseados na cooperação e na valorização do trabalho coletivo; e o ODS 10 – Redução das Desigualdades, ao promover a inclusão econômica e o empoderamento dos sujeitos por meio da apropriação do conhecimento contábil.

Ao compreender a Contabilidade como linguagem de mediação e instrumento de organização, torna-se possível reduzir a distância entre o saber técnico e as práticas cotidianas dos EES, ampliando a sua eficácia e relevância.

Assim, a Contabilidade deixa de ser apenas uma exigência formal e passa a cumprir uma função estratégica no fortalecimento das organizações solidárias. Adaptar normas, práticas e formas de comunicação contábil a esses contextos significa contribuir não apenas para o desempenho econômico dessas iniciativas, mas também para a construção de uma economia mais justa, participativa e sustentável.

Torna-se evidente que os desafios da contabilidade nesse campo não são apenas técnicos, mas sobretudo epistemológicos e comunicacionais. É necessário tornar o saber contábil útil e eficaz para realidades marcadas pela coletividade, informalidade e resistência à lógica de uma economia de mercado tradicional. O fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários exige mais do que boas intenções, requer escuta ativa, sensibilidade cultural e esforço concreto para adaptar os instrumentos técnicos às realidades vividas. Quando apropriada pelos próprios trabalhadores, a contabilidade pode se transformar em uma ferramenta de autonomia, reconhecimento e sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida como bolsista de iniciação científica em um projeto voltado à Economia Solidária representou um marco fundamental na minha trajetória formativa. Ao mergulhar em uma realidade até então periférica ao ensino tradicional da Contabilidade, fui provocado a refletir criticamente sobre os limites e as possibilidades da minha área, reconhecendo a urgência de uma formação mais interdisciplinar, sensível e socialmente comprometida.

As atividades desenvolvidas ao longo do projeto, desde a construção de um minicurso até a participação em eventos científicos, mostraram que o diálogo entre diferentes saberes não só enriquece a formação acadêmica, como também fortalece o compromisso ético com a transformação social.

Mais do que aplicar conceitos técnicos, compreendi que a Contabilidade pode assumir o papel de uma linguagem de mediação, capaz de gerar inclusão,

autonomia e fortalecimento organizacional. A convivência com empreendimentos da Economia Solidária evidenciou que muitos dos obstáculos enfrentados por esses grupos decorrem da dificuldade em acessar, compreender e aplicar os instrumentos contábeis um reflexo direto da forma como esse saber é tradicionalmente ensinado e praticado.

Nesse contexto, repensar o ensino e a prática contábil torna-se uma tarefa urgente, especialmente no sentido de torná-los mais acessíveis, contextualizados e afinados com as realidades coletivas e populares.

Ao longo da pesquisa, ficou claro que não se trata apenas de traduzir termos técnicos, mas de construir novas formas de comunicação e atuação profissional, que respeitem as especificidades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e promovam sua sustentabilidade e autonomia. A Contabilidade, nesse sentido, deve ultrapassar os limites da técnica e se reposicionar como uma ferramenta educativa e social, comprometida com o fortalecimento das práticas colaborativas, da justiça econômica e da inclusão social.

Dessa forma, este trabalho reforça a relevância de uma Contabilidade que se alinha aos princípios da Economia Solidária, contribuindo diretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 (Educação de Qualidade), o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e o ODS 10 (Redução das Desigualdades). Ao promover práticas mais humanas e participativas, a Contabilidade pode se tornar uma aliada fundamental na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Como contribuição à academia, esta pesquisa aponta caminhos para uma formação contábil que vá além da lógica mercadológica, investindo em práticas interdisciplinares, em metodologias mais acessíveis e em projetos de extensão voltados às realidades populares. Para a sociedade, reforça o potencial transformador da Contabilidade quando aplicada com responsabilidade social e sensibilidade ética.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o recorte empírico restrito a uma experiência específica de iniciação científica, o que impede generalizações mais amplas. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento das interfaces entre Contabilidade e Economia Solidária em contextos diversos, bem como a construção de metodologias participativas que aproximem ainda mais o saber técnico das comunidades com as quais dialoga.

6. REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, J. F.; ALARCÓN, M. Á. Relaciones entre los ODS, el Plan para una Década Coperativa y el balance social en cooperativas. In: **Conferencia Internacional de UNTFSSSE**. 2019.

ALMEIDA, E. A. de. **Contabilidade e autogestão**: um estudo sobre a dimensão contábil nos processos de autogestão dos empreendimentos de economia solidária. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BISCARO, E. T. Demandas contábeis suscitadas para a gestão dos empreendimentos da economia solidária. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais [...]**. Natal: [s.n.], 2010.

BOCAYUVA, P. C. Transição, revolução social socialista e a economia solidária. **Revista Proposta**: economia solidária e autogestão, Rio de Janeiro, ano 30, n. 97, p. 14–20, jun./ago. 2003.

CONSTANTE, F. **A contabilidade como ferramenta gerencial aplicada a uma empresa do ramo industrial-comercial**. São José, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2010.

DIAS, L. N. da S.; SILVA, M. A importância da contabilidade nas organizações populares: o caso do sistema de informação contábil utilizado na Cooperativa de Serviços Gerais do Município de Belém. In: SEMINÁRIO USP DE CONTABILIDADE, 2., 2002, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEA-USP, 2002.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de contabilidade para não contadores**: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KARLING, M. V.; LUCONI, W. J. A contabilidade como ferramenta de gestão em empreendimentos econômico-solidários incubados. In: IASP 30th Conference Of Science Parks; Aprotex XXIII Seminário Nacional De Parques Tecnológicos E Incubadoras De Empresas, 2014. **Anais [...]**. [S.l.]: [s.n.], 2014. 17 p.

LUCONI, W. J.; KARLING, M. V. Globalização e economia solidária: uma análise em uma cooperativa popular. In: Encontro Nacional da Abrapso, 16., 2011, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2011.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. **A cidadania para todos**. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003b. p. 395–409.

SINGER, P.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CAPÍTULO 9

ENTRE O CAMPO E O DESCONHECIDO: JUVENTUDE RURAL DE ILHÉUS-BA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA

Bruna da Silva Miranda

Dr. Fábio dos Santos Massena

Gilson Oliveira Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-9

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo é um movimento que busca promover o crescimento coletivo por meio da cooperação, priorizando a satisfação das necessidades de seus membros, em detrimento do lucro.

Esse movimento se concretiza através da criação de instituições que representam uma maneira pela qual um grupo de indivíduos pode alcançar objetivos específicos, mediante um acordo voluntário para cooperação mútua. As primeiras surgiram na Inglaterra por volta do século XVIII. Embora muitas tenham fracassado nas primeiras décadas do século XIX, essa experiência não foi em vão, pois serviu de base para o surgimento da primeira cooperativa moderna, que estabeleceu os princípios e regras que fundamentam o paradigma cooperativo atual (Namorado, 2007).

Entre os sete princípios do cooperativismo, destaca-se o 5º, que trata da educação, formação e informação. Essa premissa é fundamental não apenas para a assimilação dos demais princípios, mas também para transformar o perfil dos associados, elevando seu desempenho e resultados. A educação cooperativista é, assim, um pilar essencial para a sustentabilidade das cooperativas, pois preserva seus ideais frente a um sistema socioeconômico dominado pelo capitalismo (Schneider, 2003).

As cooperativas oferecem vantagens significativas à sociedade, proporcionando a oportunidade de cada indivíduo ser proprietário de sua própria empresa. Como são administradas de forma democrática, todos os associados possuem os mesmos direitos e responsabilidades. Esse é o fundamento do segundo princípio do cooperativismo: a colaboração mútua, independentemente do número de membros, onde as atividades são divididas de forma equitativa (Corporis Brasil, 2022).

Desempenhando um papel crucial na superação de diversos desafios, incluindo os problemas enfrentados pela agricultura familiar, o cooperativismo atua como um agente revitalizador para esse setor, tornando-se essencial para sua sustentação.

Sem a ação coletiva, a produção familiar enfraquece e se torna instável, especialmente diante do processo de globalização, que facilita a entrada de insumos estrangeiros, aumenta as exigências comerciais e intensifica a competição com os produtores em pequena escala. Isso obriga os pequenos agricultores a desenvolverem estratégias para manutenção do seu negócio e subsistência de sua família.

Os pequenos agricultores enfrentam desafios constantes, especialmente na comercialização de seus produtos e na aquisição de suprimentos e insumos para a produção rural. A concorrência com grandes produtores rurais é intensa, pois estes conseguem oferecer produtos a preços mais baixos e lucram com o volume de vendas. Nesse contexto, escoar a produção por meio de cooperativas é a melhor maneira de garantir a comercialização a preços competitivos para os pequenos produtores (Marques; Conterato; Schneider, 2016).

Nesse mercado altamente competitivo, as cooperativas se apresentam como uma alternativa viável para a compra dos produtos dos pequenos produtores. Elas oferecem benefícios, permitindo que os produtores escoem sua produção e garantam a aquisição de matéria-prima, insumos e suprimentos a preços atrativos (Hubner et al., 2023).

Jacto (2020) vê o cooperativismo na agricultura familiar, na maioria das vezes, como uma solução para os problemas mencionados anteriormente, visando alcançar a estabilidade econômica. Elas podem possibilitar ou facilitar

o acesso ao crédito e à tecnologia, o que resulta no aumento da produção e na possibilidade de alcançar mercados com preços mais competitivos.

Além disso, as cooperativas desempenham um importante papel social, especialmente ao combater o desemprego, indo além de suas funções econômicas tradicionais. Por isso, é fundamental reconhecer que elas possuem relevância para todos nos dias de hoje (Santos; Ceballos, 2006).

Apesar desses benefícios, o desconhecimento sobre o cooperativismo persiste, especialmente entre jovens rurais, que são um grupo-chave para a continuidade da agricultura familiar. Estudar essa lacuna é urgente, pois a educação cooperativista pode ser um caminho para eles se voltem positivamente para o campo, promovendo desenvolvimento local e reduzindo as desigualdades.

Diante desse contexto, entende-se que compreender o que pensam e o quanto sabem os jovens sobre o cooperativismo torna-se essencial para que estratégias de fortalecimento da agricultura familiar e valorização do espaço rural possam ser alinhadas.

Partindo dessas premissas, buscou-se analisar o conhecimento sobre cooperativismo entre jovens de 13 a 17 anos das comunidades rurais de Ilhéus-BA, identificando seus níveis de familiaridade com o tema.

2. AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

A agricultura familiar desempenha um papel crucial na sociedade brasileira, estando diretamente ligada a diversos aspectos do nosso cotidiano, especialmente em mercado e feiras, onde se destacam pela venda de alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos. Responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, sua importância é ainda maior em 90% dos municípios brasileiros. Esse setor é essencial para garantir que alimentos mais saudáveis cheguem à mesa dos consumidores, destacando sua relevância para toda a sociedade (Hora, 2020).

A agricultura familiar é uma atividade econômica regulamentada pela Lei nº 11.326/2006, que define o agricultor familiar com base no uso predominante de mão de obra da própria família (Embrapa, 2025).

Nesse contexto, para enfrentar os desafios relacionados à produção, comercialização e acesso a políticas públicas, muitos agricultores familiares recorrem à organização coletiva, especialmente por meio do cooperativismo. Trata-se de uma alternativa que fortalece a capacidade de atuação dos pequenos produtores, permitindo maior inserção no mercado e melhores condições de negociação.

O cooperativismo é um movimento social que surge em um determinado momento do desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente no final do século XVIII e início do século XIX, período em que o conflito entre capital e trabalho se intensificou. As péssimas condições de vida enfrentadas pela classe trabalhadora levaram figuras como Robert Owen, Charles Fourier, Benjamin Buchez, Louis Blanc, entre outros, representantes do socialismo utópico, a proporem um ideal alternativo ao individualismo: o cooperativismo. Assim, a classe trabalhadora começa a se organizar para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, resultando na formação de associações, sindicatos, partidos políticos e, em especial, as cooperativas (Pinho, 1966).

Quando se relaciona o tema da agricultura familiar, muitas vezes não é perceptível o papel significativo que as cooperativas desempenham nesse setor, sendo um importante meio para o enfrentamento de diversos desafios vivenciados pelos agricultores familiares, oferecendo suporte no acesso a recursos, crédito e tecnologia. Além disso, elas proporcionam vantagens estratégicas, como maior poder de negociação e integração com mercados mais amplos.

As cooperativas rurais também facilitam a aquisição de equipamentos necessários a preços mais acessíveis, contribuindo diretamente para o fortalecimento da competitividade dos pequenos produtores (Sebrae, 2010).

É uma maneira de unir forças em um ambiente competitivo, permitindo que indivíduos com objetivos comuns e desafios semelhantes preservem sua capacidade econômica e qualidade de vida. As cooperativas costumam surgir em tempos de dificuldade, quando as pessoas tomam consciência de sua vulnerabilidade diante do contexto em que vivem e trabalham (Integração Coop, 2019).

Das áreas rurais às grandes cidades, as cooperativas estão presentes em diversos setores da economia. Entre os diferentes tipos de cooperativas, destacam-se as agropecuárias, que atualmente representam o segmento mais forte economicamente do cooperativismo brasileiro e possuem o maior número de cooperativas.

As cooperativas de produtores rurais desempenham um papel essencial na melhoria da distribuição de renda no campo, pois promovem a agregação de valor aos produtos agrícolas e aumentam o poder de barganha em mercados frequentemente complexos (Moraes; Schwab, 2019).

Dessa forma, essas cooperativas proporcionam uma forma para que grupos desfavorecidos possam unir forças, compartilhar riscos e solucionar problemas em comum. Seu papel na agricultura é amplamente reconhecido, oferecendo estabilidade e segurança para pequenos agricultores que, de forma isolada, enfrentam dificuldades para competir e lidar com as mudanças em um ambiente competitivo (Andrade; Alves, 2013).

3. CONHECER PARA MUDAR

Schneider (2003) relata que a falta de experiência nos negócios é um dos principais obstáculos a ser vencido pela educação cooperativista. Antes de se criar cooperativas, é preciso construir entre os cooperados o conhecimento um conhecimento mínimo sobre o que é uma cooperativa, como ela funciona, quais suas vantagens e desvantagens e sua importância para os negócios, mas isso só é possível frente ao acesso à educação.

O quinto princípio do cooperativismo aborda a respeito da educação e seu importante papel. Albino (2007) afirma que os outros princípios dependem da educação e que quanto maior ela for, maior será a participação social, concluindo que o foco no processo educativo é o sustentáculo dos demais princípios cooperativistas, permitindo que seus associados tenham um melhor desenvolvimento frente ao seu desempenho e desafios, possibilitando melhores resultados.

Conforme destacado por Mendes (2010) e Schneider (2003), a educação possui um importante papel no desempenho das cooperativas, no fortalecimen-

to do cooperativismo e na construção de pessoas capacitadas. Através dessa educação, é possível promover a dedicação e a participação dos cooperados, gerando um sentimento de pertencimento aquela instituição.

Em relação ao processo educativo, Schneider (2003) propõe duas alternativas, sendo à primeira as transmissões informais onde se enquadram visitas e interações dos associados com a cooperativa na qual fazem parte e a segunda são os recursos formais que podem ser propagandas, cartazes, folhetos, jornais, revistas, rádio e TV, levando para os associados uma informação geral e os princípios do cooperativismo.

Ao longo de seu trabalho, Schneider (2003) destaca que, para uma cooperativa, associados com experiência e capacitação são mais valiosos do que a posse de um grande capital. Por isso, a preocupação com a educação cooperativista torna-se essencial.

Partindo dessa preocupação, as cooperativas podem promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, fortalecendo ou criando o sentimento de pertencimento e identidade com suas cooperativas e, consequentemente, potencializando as possibilidades de melhores resultados em todos os sentidos, tanto na gestão do negócio quanto nas relações interpessoais.

A educação cooperativa não apenas capacita as pessoas a compreenderem melhor o que é cooperação e as exigências envolvidas, bem como a identidade particular das organizações cooperativas. Ela também busca atrair novos associados, fortalecer e qualificar a participação dos cooperados, e atualizar os funcionários, permitindo que eles desenvolvam um bom relacionamento com os coproprietários do empreendimento e conheçam mais profundamente a organização onde trabalham (Schneider, 2003).

Garzón (1978) afirma a importância e necessidade de pensar inicialmente na formação daqueles que farão parte da cooperativa, para posteriormente constituí-la. Argumentando ainda que a falta de experiência nos negócios, decorrente do desconhecimento dos princípios, valores, normas e, especialmente, dos objetivos do cooperativismo pelos indivíduos diretamente envolvidos, re-

apresenta um dos maiores desafios para a criação de uma simples cooperativa de base, quanto mais para o desenvolvimento do “setor cooperativo”.

Corroborando com as colocações de Garzón, Watkins (1989) Falta referenciar ressalta que sem cooperados não há a possibilidade de cooperação, destacando que essa mentalidade, na maioria dos casos não é inata, precisa ser ensinada, aprendida e apreendida.

Walkins (1989) aponta a influência central da educação cooperativista, como na ausência de participação efetiva dos sócios e na falta de engajamento, que pode prejudicar o desenvolvimento de toda a cooperativa. Tal dificuldade pode decorrer da falta de habilidades ou conhecimento técnico, ou ainda pelo fato de a cooperativa não ser a prioridade para o associado, o que afeta o coletivo, já que, como usuário e proprietário, o associado tem o dever de se envolver ativamente.

Port (2023) ressalta que, se as pessoas tivessem maior compreensão dos benefícios que uma cooperativa pode proporcionar, provavelmente escolheriam esse modelo. O principal obstáculo, entretanto, é que muitas pessoas ainda desconhecem o que de fato é uma cooperativa.

Portanto, essa perspectiva reforça a importância de as cooperativas desenvolverem uma comunicação eficiente com seus associados. Isso pode ser feito por meio de estratégias educativas e de marketing, que ajudem a destacar para a população as vantagens de fazer parte de uma cooperativa (Port, 2023).

4. METODOLOGIA

O município de Ilhéus está situado na região Sul do estado da Bahia, a aproximadamente 456 km da capital Salvador. Apresenta clima predominantemente úmido, com temperatura média anual de 24,3°C (SEI, 2009).

O público-alvo da pesquisa, que é parte da pesquisa, “O sentimento de pertença e a diferenciação do *Self* do jovem rural e o processo migratório campo/cidade”, aprovada pelo CEP/UESC através do CAAE: 28074720.3.0000.5526, foi composto por jovens com idades entre 13 e 17 anos, residentes em 9 comunidades rurais do município de Ilhéus – BA, tota-

lizando 122 indivíduos. Estes foram investigados a respeito do seu conhecimento a respeito do cooperativismo, especificamente, sendo consultados se já ouviram falar sobre o assunto e função.

O questionário aplicado foi composto por questões abertas e fechadas. As questões objetivas foram elaboradas com base na Escala Ordinal de Likert (1932), a qual recomenda o uso de cinco alternativas, sem a necessidade de categorização. As opções de resposta adotadas foram: (1) Discordo totalmente; (2) Discordo parcialmente; (3) Indiferente; (4) Concordo parcialmente; e (5) Concordo totalmente.

A coleta de dados seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/2012. O instrumento de pesquisa foi aplicado, mediante autorização formal dos pais ou responsáveis, por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Antes da aplicação dos questionários, os responsáveis foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo, garantindo-se um processo de comunicação clara e acessível, respeitando-se as especificidades culturais e sociais da população participante.

A leitura do TCLE foi feita integralmente, com explicações complementares em linguagem simples, assegurando tempo suficiente para que pais e responsáveis pudessem refletir e esclarecer eventuais dúvidas. Após o aceite, os adolescentes receberam o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), que também foi lido e discutido com os participantes. Com o assentimento formalizado, os questionários foram então aplicados.

5. RETRATO DA PERCEPÇÃO SOBRE COOPERATIVISMO ENTRE OS JOVENS RURAIS

Para contextualizar esses resultados, apresenta-se a seguir o Quadro 1, que resume os principais dados da pesquisa com jovens rurais de Ilhéus (BA). Os participantes, de ambos os sexos e com idades entre 13 e 17 anos, foram questionados sobre se já haviam ouvido falar de cooperativismo ou de cooperativas e se conheciam a finalidade desses conceitos.

Quadro 1 – Nível de conhecimento dos jovens rurais de Ilhéus – BA, sobre cooperativismo.

Respostas	Frequência	Porcentagem
0	99	81,1
1	2	1,6
3	18	14,8
4	3	2,5

Fonte: dados da pesquisa.

A análise dos dados aponta uma lacuna considerável de conhecimento sobre o cooperativismo entre esses jovens rurais. Conforme os resultados, 81,1% afirmaram nunca ter tido contato com o tema, enquanto apenas 2,5% relataram já conhecer o cooperativismo e entender sua finalidade. Além disso, cerca de 14,8% disseram ter ouvido falar de cooperativas, mas não souberam explicar seus objetivos.

Esse desconhecimento quase absoluto reflete a escassez de iniciativas de informação e educação sobre o tema no meio rural. A carência de programas educativos específicos sobre cooperativismo reforça esse cenário. Fato particularmente preocupante, já que as cooperativas representam uma alternativa viável para superar desafios da agricultura familiar, como o acesso a crédito, o uso de tecnologia, o escoamento da produção e a competitividade nos mercados. A falta de conhecimento impede esses jovens de considerar o cooperativismo como uma opção.

A situação se agrava se o foco for dado na faixa etária do grupo investigado (13 a 17 anos), pois representa uma faixa etária estratégica, período em que valores, identidade social e vocações profissionais estão em processo de formação. O afastamento de temas ligados ao associativismo e à cooperação pode comprometer não apenas sua presença nas comunidades, mas também seu potencial de renovação organizacional no futuro.

Outro aspecto que merece destaque é a baixa presença de cooperativas como referência no cotidiano dos jovens. Mesmo vivendo em comunidades agrícolas, esses adolescentes não conhecem e, como consequência, não reco-

nehem o cooperativismo como caminho para viável na dinâmica produtiva ou nas soluções para os problemas locais. Com isso, é possível conjecturar que além de invisível em termos formais, o cooperativismo está ausente das práticas comunitárias.

Diante disso, os resultados sugerem que a educação cooperativista pode ser uma estratégia fundamental para reverter esse quadro. Sem formação apropriada, os jovens permanecem alheios aos benefícios que o cooperativismo pode oferecer, assim como influencia na sua decisão de engajamento em cooperativas já existentes. Entende-se que a falta de envolvimento pode comprometer o desenvolvimento das comunidades rurais.

O cooperativismo promove não apenas a sustentabilidade econômica por meio da ação coletiva, mas também desempenha um papel social ao combater o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores. Por isso, incentivar a educação cooperativista entre os jovens pode fortalecer o cooperativismo na região e estimular sua participação ativa em iniciativas comunitárias, criando novas oportunidades de emprego e, por conseguinte, melhorando o bem-estar nas comunidades rurais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou resultados preocupantes acerca do desconhecimento generalizado sobre o cooperativismo, o que reforça a urgência de ações educativas. Esses resultados, contudo, podem servir como norteadores para a elaboração de estratégias e políticas voltadas à formação cooperativista entre os jovens do meio rural.

Dessa forma, os dados obtidos apontam para a necessidade urgente de implementar ações educativas voltadas à difusão dos princípios e práticas cooperativistas no meio rural, sobretudo entre os jovens. A inserção de conteúdos sobre cooperativismo no currículo escolar, aliada a atividades práticas e participativas, pode despertar o interesse dessa população e prepará-la para assumir papéis ativos em suas comunidades.

Portanto, que é essencial educar e sensibilizar os jovens das comunidades rurais sobre o cooperativismo, reconhecendo como um movimento fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar e melhoria de vida dos pequenos produtores.

Nesse sentido, é necessário que as comunidades invistam em iniciativas educativas com o intuito de melhorar o conhecimento e os benefícios que uma cooperativa pode fornecer e, conseqüentemente, a participação ativa desses jovens, gerando oportunidades e promovendo o desenvolvimento dessas comunidades.

Assim, acredita-se que promover a educação cooperativista é investir no futuro do campo, promovendo o fortalecimento das cooperativas, o desenvolvimento local e a permanência qualificada da juventude no meio rural.

A realização desta pesquisa revelou-se de extrema relevância para os jovens das comunidades estudadas, não apenas por permitir a coleta de dados, mas também por gerar momentos de reflexão posteriormente.

Após a aplicação dos questionários e a conclusão da coleta de informações, iniciou-se o diálogo com os participantes, proporcionando um espaço para que refletissem sobre o cooperativismo. Mesmo sem um conhecimento prévio aprofundado sobre o tema, os jovens começaram a considerar os benefícios que o modelo cooperativo poderia oferecer para suas vidas e para o futuro de suas comunidades.

Diante de tudo que foi exposto, torna-se evidente que a falta de acesso a uma educação adequada, que contemple tanto a formação escolar quanto o entendimento sobre as atividades agrícolas e suas potencialidades, contribui para um ciclo de abandono do campo.

Muitos jovens, sem perspectivas concretas em suas comunidades, são levados a acreditar que o único caminho para o sucesso está nas cidades, onde acabam enfrentando realidades duras e frequentemente frustrantes.

Quando retornam, trazem consigo não apenas a desilusão, mas também a ausência de um plano de vida que valorize sua própria terra, pois, enquanto crianças e adolescentes, não foram estimulados a olhar para isso.

É nesse contexto que o cooperativismo se apresenta como uma possibilidade concreta de ressignificação, sendo uma alternativa capaz de mostrar que é possível construir uma vida digna no meio rural, com autonomia, prosperidade e orgulho de suas origens.

A busca por essa perspectiva deve ser mais do que um desafio unicamente educacional, mas sim um projeto de reconstrução de sonhos, de pertencimento e de futuro para as novas gerações do campo.

7. REFERÊNCIAS

ALBINO, G. **Cooperativismo: primeiras lições**. 3 ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194–208, 30 dez. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287940256_Cooperativismo_e_Agricultura_Familiar_Um_Estudo_de_Caso/fulltext/567a8a0908aebccc4dfd3214/Cooperativismo-e-Agricultura-Familiar-Um-Estudo-de-Caso.pdf. Acesso em: 7 maio 2025.

CORPORIS BRASIL. **As principais vantagens do cooperativismo**. 2022. Disponível em: <https://corporisbrasil.com.br/as-principais-vantagens-do-cooperativismo/>. Acesso em: 03/05/2025.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 2025. **Agricultura familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 03/05/2025.

GARZON, C. U. **Bases del cooperativismo**. 2 ed. Bogotá: [s.n.], 1978. 360 p.

HORA, A. M. M. **A importância da agricultura familiar, enquanto produtora de alimentos e o reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho**. 2020. Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconh-a302/>. Acesso em: 03/05/2025.

INTEGRAÇÃO COOP. **A história do cooperativismo**. Integração Coop, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://integracaocoop.com.br/2019/03/22/cooperativismo-historia/>. Acesso em: 7 maio 2025.

JACTO. **A importância do cooperativismo na agricultura familiar**. 2020. Disponível em: <https://blog.jacto.com.br/cooperativismo-na-agricultura/>. Acesso em: 03/05/2025.

LIKERT, R. A. Technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**. v. 22, n. 140, p. 44-53, 1932.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

MENDES, M. M. **Relação entre educação cooperativista, participação e satisfação dos cooperados: verdades incertas**. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010. doi:10.11606/D.96.2010.tde-13122010-095928. Acesso em: 28 abr. 2025

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. **O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/228506389.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

NAMORADO, R. **Cooperativismo: história e horizontes**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Oficina do CES, n. 278, 2007.

HUBNER, D. Q.; ROTHERMEL, L. A.; PICOLO M.; PEREIRA, K.; SILVA, A. P. M. D.; MENESES, L. S. Plano de marketing digital: um estudo de caso realizado na cooperativa Coopernova, situada em Terra Nova do Norte – MT. **Revista de Ciências Sociais do Norte de Mato Grosso**, v.11, n. 1, 2023.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista: suas modificações e sua utilidade**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pioneira, 1966. 161 p.

PORT, M. **Mitigando o desafio do desconhecimento**. Casa Cooperativa, 2023. Disponível em: <https://www.casacooperativa.com.br/noticias/mitigando-o-desafio-do-desconhecimento-por-marcio-port>. Acesso em: 03/05/2025.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. M. A importância do cooperativismo. **Anais... X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação** – Universidade do Vale do Paraíba, São Paulo, São José dos Campos, 2006.

SCHNEIDER, J. O. **Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo**. In: SCHNEIDER, J. O. Educação cooperativa e suas práticas. 1 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

SEBRAE. **Como unir forças para crescer?** Brasília: SEBRAE, 2010. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=9926>. Acesso em: 7 maio 2025

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cooperativismo aplicado à agricultura familiar**. 1 ed. Brasília: Sebrae, s.d. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Arquivos/ebook_cooperativismo-aplicado-agricultura-familiar.pdf. Acesso em: 03/05/2025.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Estatística dos municípios baianos**. Salvador: SEI, 2009.

WATKINS, W. P. **Los principios cooperativos hoy y mañana**. Bogotá: ESA-COOP, 1989.

CAPÍTULO 10

O PAPEL TRANSFORMADOR DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Anna Lara Nogueira Oliveira
Gabrielly Victória Leal Souza do Amorim
Doi: 10.48209/978-65-5417-518-A

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o sistema financeiro brasileiro passou por transformações significativas, impulsionadas pela digitalização, pela expansão do crédito e pelo surgimento de novas formas de intermediação financeira. Apesar desses avanços, milhões de brasileiros ainda enfrentam dificuldades para acessar serviços bancários básicos. Nesse cenário, as cooperativas de crédito emergem como uma alternativa sólida, democrática e inclusiva, capazes de transformar realidades locais e promover o desenvolvimento sustentável.

A crescente concentração bancária e o foco exclusivo no lucro por parte dos bancos tradicionais têm gerado exclusão financeira, especialmente entre pequenos produtores, empreendedores individuais e populações de baixa renda. Em contrapartida, as cooperativas de crédito têm demonstrado ser agentes promotores de cidadania econômica, ao reinvestirem seus resultados nas comunidades e ao oferecerem crédito com taxas mais justas e atendimento personalizado.

Diante deste contexto surgem os seguintes questionamentos: De que forma as cooperativas de crédito podem se consolidar como uma alternativa viável e mais inclusiva ao modelo dos bancos tradicionais? Quais são as diferenças estruturais entre essas instituições e de que forma essas diferenças impactam a sociedade?

Na busca por tentar responder aos questionamentos postos, neste artigo pretende-se analisar os benefícios sociais, econômicos e financeiros proporcio-

nados pelas cooperativas de crédito, em contraste com os bancos tradicionais, destacando sua importância como instrumento de inclusão financeira e desenvolvimento local.

Para alcançar o objetivo proposto, este estudo emprega uma metodologia de revisão bibliográfica. Foram consultadas fontes acadêmicas, legislação pertinente ao sistema financeiro e cooperativista, além de relatórios e dados institucionais de órgãos como o Banco Central do Brasil e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa abordagem permite fundamentar a análise comparativa e a discussão sobre o impacto das cooperativas de crédito.

2. O SISTEMA BANCÁRIO TRADICIONAL

No início do século XIX, em 12 de outubro de 1808 foi assinado o documento para a criação do primeiro banco no Brasil, também primeiro a ser criado pelo império português (Cavichini, 2007). Ao longo do século XX, o setor passou por diversas transformações, impulsionadas por políticas econômicas e mudanças institucionais, culminando em uma significativa modernização nos anos 1990.

Segundo Matias (2014), foi no ano de 1994 que o segmento bancário passou por algumas mudanças e consequentemente passaram a oferecer melhores condições para seus clientes, como uma tecnologia mais avançada e novos produtos, e a partir daí começaram a notar um eventual crescimento nas ofertas de créditos para pessoas físicas.

Desde o investimento dos bancos em tecnologia, e a chegada da era digital, surgiram várias categorias no segmento, dentre elas o modelo *fintech*, que tem como princípios os modelos totalmente digitais, e apesar de ser um modelo totalmente online, já tem milhões de usuários, Andrade (2019), diz que os possíveis motivos para números tão relevantes pode ser a qualidade do serviço prestado e a rapidez para a resolução dos problemas, facilitando assim o uso da plataforma e atraindo mais clientes.

As *fintechs* emergem como uma resposta à burocracia, às tarifas elevadas e ao distanciamento no atendimento ao cliente presentes em muitos bancos

tradicionais, oferecendo soluções mais ágeis, acessíveis e centradas na experiência do usuário.

Segundo dados da Febraban (2024) o volume das transações em 2024 demonstra que boa parte delas foi realizada por *mobile banking* e *internet banking*, e segundo a própria Federação, esse fenômeno é o reflexo da inovação tecnológica, que proporciona uma experiência mais abrangente, porém com suas vulnerabilidades.

Por outro lado, os bancos tradicionais também apresentam falhas em relação à sociedade, como é o caso da exclusão financeira. Segundo Ushizima (2008), essa exclusão pode ocorrer por diversos fatores, entre eles a concentração do setor financeiro, a privatização dos bancos públicos e as exigências mínimas para a abertura de uma conta, que muitas vezes acabam por excluir uma parcela da população de baixa renda.

Além disso, os bancos tradicionais, ao contrário das cooperativas de crédito, são instituições com fins lucrativos, e isso impacta diretamente nas taxas cobradas e nas prioridades de atendimento. Já as cooperativas de crédito se fundamentam na mutualidade e na busca por objetivos comuns entre os cooperados. Nesse sentido, segundo Meinen et al. (2014 apud Marion, 2021), a cooperativa é um espaço onde todos os associados atuam de forma conjunta, visando benefícios mútuos, enquanto os bancos tradicionais operam com foco na maximização do capital de seus acionistas.

A concentração bancária no Brasil é um fenômeno marcante que influencia diretamente a dinâmica do sistema financeiro nacional. Apesar de uma leve tendência de redução nos últimos anos, os cinco maiores bancos do país, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander, ainda detêm uma parcela significativa do mercado. Em 2019, essas instituições concentravam 81% do segmento bancário comercial, conforme dados do Banco Central do Brasil (Agência Brasil, 2020).

Essa elevada concentração limita a concorrência e pode resultar em tarifas mais altas e menor diversidade de produtos e serviços financeiros para os consumidores. Oliveira e Soares (2019) ressaltam que a concentração no setor bancário brasileiro aumentou significativamente após a implementação

do Plano Real em 1994, impulsionada por fusões e aquisições que reduziram o número de instituições financeiras no país.

Além disso, a concentração bancária está associada a *spreads* bancários elevados, refletindo a diferença entre as taxas de captação e de empréstimo. Essa situação pode ser atribuída à falta de competição efetiva no setor, permitindo que os grandes bancos mantenham margens de lucro elevadas (SENA, 2019).

3. TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O cooperativismo de crédito surgiu na Europa no século XIX como uma resposta ao sistema financeiro que deixava pequenos produtores e trabalhadores sem acesso ao crédito. Em 1864, na Alemanha, foi fundada a primeira cooperativa de crédito rural por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, baseada nos princípios de solidariedade, autogestão e responsabilidade mútua. Pouco depois, Hermann Schulze-Delitzsch replicou essa ideia em áreas urbanas, com foco em artesãos e pequenos comerciantes (Carvalho; Sales, 2012).

No Brasil, o modelo apareceu em 1902, quando Theodor Amstad criou a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Inspirado no modelo de Raiffeisen, Amstad organizou uma cooperativa entre imigrantes alemães, oferecendo um sistema de poupança e crédito mútuo para agricultores que estavam fora do mercado bancário tradicional (Carvalho; Sales, 2012).

A institucionalização do setor no Brasil aconteceu em 1951, com a criação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) pela Lei nº 1.412/1951. Ele foi criado para dar apoio técnico e financeiro às cooperativas, mas a centralização de suas operações acabou limitando seu impacto prático (Brasil, 1951).

Em 1964, a Lei nº 4.595/1964 reorganizou o sistema financeiro nacional, criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, estabelecendo uma regulação mais abrangente para o crédito no país (Brasil, 1964). A Lei nº 5.764/1971, conhecida como Lei Geral das Cooperativas, definiu as normas legais para a criação e funcionamento das cooperativas, reconhecendo-as como uma forma legítima de organização econômica e social (Brasil, 1971).

No início dos anos 2000, o setor de cooperativas de crédito passou por um processo de fortalecimento. A Resolução CMN nº 3.106/2003 permitiu a sua criação com admissão livre, o que ajudou a expandir o setor nas cidades (Banco Central do Brasil, 2003). Em seguida, a Lei Complementar nº 130/2009 criou o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), integrando as cooperativas ao sistema financeiro nacional e colocando-as sob a supervisão do Banco Central (Brasil, 2009).

Mais recentemente, a Lei Complementar nº 196/2022 atualizou o SNCC, incluindo as confederações de serviços formadas por cooperativas centrais, fortalecendo ainda mais a estrutura do setor e ampliando sua atuação (Brasil, 2022).

Esses marcos legais não apenas estruturaram o cooperativismo de crédito, mas também consolidaram os princípios que o fundamentam. A sua consolidação no Brasil é inseparável dos princípios que estruturam este modelo organizacional. Mais do que diretrizes administrativas, esses fundamentos traduzem valores como solidariedade, igualdade e justiça social, que orientam tanto a gestão interna quanto o papel das cooperativas na sociedade (Trindade; Constantino; Marques, 2024).

Os sete princípios do cooperativismo, reconhecidos e atualizados pela Aliança Cooperativa Internacional, são a base para o funcionamento das cooperativas em todo o mundo. No caso do ramo de crédito, eles se expressam na forma como os serviços financeiros são ofertados, nas decisões coletivas e no relacionamento com os membros e a comunidade. Compreender esses fundamentos é essencial para distinguir o cooperativismo das estruturas convencionais do sistema bancário (Oliveira et al., 2024).

O princípio da adesão livre e voluntária estabelece que qualquer pessoa interessada, independentemente de classe social, etnia, gênero ou religião, pode se associar a uma cooperativa de crédito. Esse princípio garante a abertura e a inclusão como condições fundadoras da instituição. Para Wagner et al. (2016 apud Oliveira et al., 2024), essa abertura fortalece o caráter democrático e o compromisso com a equidade.

A gestão democrática assegura que as decisões sejam tomadas coletivamente. Cada cooperado possui direito a um voto, independentemente da quan-

tidade de capital investido. Isso elimina a desigualdade típica de organizações baseadas em ações e lucros e reforça a participação como instrumento de governança. Segundo os mesmos autores, esse princípio estimula o engajamento e o senso de pertencimento dos membros, promovendo uma gestão mais próxima da realidade dos cooperados.

No princípio da participação econômica dos membros, cada associado contribui financeiramente com a cooperativa e participa da distribuição das sobras, que são os excedentes financeiros do exercício. Biolchi et al. (2022, apud Oliveira et al., 2024) destacam que essas sobras são repartidas conforme o uso dos serviços, não segundo a quantidade de cotas. Isso promove justiça distributiva e incentiva o uso consciente e equilibrado dos recursos financeiros.

A autonomia e independência são fundamentais para garantir que a cooperativa permaneça sob controle dos próprios cooperados, mesmo quando firmam parcerias com outras organizações. Trata-se da capacidade de decidir os rumos da gestão com base na vontade coletiva. Ainda segundo Biolchi et al. (2022, apud Oliveira et al., 2024), esse princípio é a base da autogestão, que diferencia as cooperativas de estruturas hierárquicas e centralizadas.

A educação, formação e informação não apenas qualificam os membros para a gestão e o uso dos serviços financeiros, mas também cumprem uma função social. Costa (2018, apud Oliveira et al., 2024) argumenta que esse princípio contribui para o fortalecimento da cidadania econômica dos cooperados, além de ser uma ferramenta para a transparência e o controle interno.

Já a intercooperação estimula a articulação entre cooperativas do mesmo ou de diferentes ramos. Segundo Lutz (2021, apud Oliveira et al., 2024), essa colaboração permite compartilhar experiências, tecnologias e estratégias, ampliando a eficiência e a resiliência do sistema cooperativo como um todo.

Por fim, o princípio do interesse pela comunidade reflete o compromisso das cooperativas com o desenvolvimento econômico e social do território onde estão inseridas. Isso se traduz em ações voltadas à educação financeira, ao apoio a pequenos empreendedores, ao estímulo à sustentabilidade e à geração de renda. Wagner et al. (2016, apud Oliveira et al., 2024) ressalta que a cooperação não se limita ao ambiente interno, mas se estende à coletividade, promovendo o bem comum.

Esses marcos legais e princípios cooperativistas ajudaram a garantir autonomia, transparência e supervisão adequada, permitindo que as cooperativas de crédito se consolidassem como uma ferramenta importante de inclusão financeira e de desenvolvimento regional.

4. O IMPACTO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO BRASIL

As cooperativas de crédito têm demonstrado um crescimento expressivo no sistema financeiro brasileiro, consolidando-se como agentes fundamentais para a inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico regional. De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro de 2024, publicado pelo Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), existem atualmente 700 cooperativas singulares de crédito em operação no país (OCB, 2024).

O número de cooperados atingiu a marca de 17.9 milhões de pessoas físicas e jurídicas, evidenciando um crescimento em torno de 13% em relação ao ano anterior (OCB, 2024). Este aumento reflete a confiança da sociedade na proposta cooperativista de acesso democrático e solidário ao crédito.

As cooperativas de crédito administram hoje cerca de R\$ 650 bilhões em ativos, um volume significativo que demonstra sua robustez e capacidade de competição dentro do sistema financeiro nacional (OCB, 2024). No que tange às operações de crédito, o setor movimentou aproximadamente R\$ 400 bilhões, reforçando sua importância para o financiamento da produção, do consumo e do empreendedorismo em diversas regiões brasileiras (OCB, 2024).

Em mais de 400 municípios, as cooperativas são a única instituição financeira disponível, desempenhando papel essencial no fortalecimento das economias locais (OCB, 2024).

Outro dado de destaque é a baixa taxa de inadimplência observada nas cooperativas de crédito. Enquanto os bancos comerciais apresentam, em média, taxas superiores a 2,5%, as cooperativas mantêm seus índices próximos de 1,5%, indicando uma relação mais próxima, de confiança e responsabilidade mútua entre a instituição e seus cooperados (Banco Central do Brasil, 2024).

Esses números reforçam o papel estratégico das cooperativas de crédito na democratização dos serviços financeiros, no estímulo à geração de renda e

na promoção do desenvolvimento regional sustentável. Sua atuação não apenas preenche lacunas deixadas pelo sistema bancário tradicional, mas também fortalece o tecido social e econômico do país, evidenciando o potencial transformador do modelo cooperativista.

5. ANÁLISE COMPARATIVA: COOPERATIVAS VS. BANCOS

A comparação entre cooperativas de crédito e bancos tradicionais revela diferenças estruturais significativas que impactam diretamente a inclusão financeira, o acesso ao crédito e o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista da presença territorial, as cooperativas de crédito estão presentes em mais de 4.800 municípios brasileiros, sendo a única instituição financeira em mais de 400 deles (OCB, 2024). Essa capilaridade evidencia seu papel estratégico na interiorização do crédito e no combate à exclusão financeira.

Em relação à inadimplência, os dados do BCB (2024) mostram que as cooperativas de crédito mantêm índices médios em torno de 1,5%, significativamente menores do que os registrados pelos bancos comerciais, que superam 2,5%. Essa diferença pode ser reflexo da relação mais próxima e humanizada entre cooperado e cooperativa.

Quando se analisam as taxas de juros, as cooperativas se destacam por oferecerem condições mais acessíveis. Isso se deve ao seu modelo de operação sem fins lucrativos, no qual os resultados são reinvestidos na própria instituição ou distribuídos entre os associados, de acordo com sua movimentação financeira (Biolchi et al., 2022 apud Oliveira et al., 2024).

Além disso, algumas cooperativas de crédito possuem projetos de educação financeira, que reforça o seu apoio a pequenos empreendedores, reforçando o papel social e transformador do cooperativismo, essas instituições possuem várias iniciativas para que isso aconteça, no guia da Sicoob, por exemplo, eles destacam a importância da alfabetização econômica para a sociedade, para que essa educação reduza o impacto nas tomadas de decisões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da perspectiva apresentada neste trabalho, fica evidente que as cooperativas de crédito representam uma alternativa sólida, democrática e eficiente diante do modelo bancário tradicional. Fundamentadas em princípios como mutualidade, gestão democrática e interesse pela comunidade, essas instituições se consolidam como agentes de transformação econômica e social.

Enquanto os bancos tradicionais concentram recursos e priorizam a geração de lucros para seus acionistas, as cooperativas de crédito reinvestem seus resultados em benefício direto dos cooperados e das comunidades onde estão inseridas. Essa lógica de funcionamento pode permitir a inclusão financeira, a redução da desigualdade de acesso ao crédito e o fortalecimento das economias locais.

As cooperativas tem demonstrado eficiência na gestão do risco de crédito, cobram taxas mais justas e atuam onde os grandes bancos geralmente não chegam. Mais que uma alternativa, elas se configuram como uma resposta aos interesses predatórios do sistema financeiro, que é concentrado e excludente.

Diante dos argumentos apresentados, espera-se que este trabalho contribua para ampliar o debate sobre o papel estratégico das cooperativas de crédito na transformação do sistema financeiro. Diferente das instituições tradicionais, essas cooperativas operam com base em princípios como a solidariedade, a gestão democrática e o compromisso com o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

Ao colocar as pessoas no centro das decisões e reinvestir os recursos no território, as cooperativas de crédito se apresentam como uma alternativa concreta ao modelo financeiro excludente que predomina atualmente. Mais do que uma estrutura econômica, trata-se de um instrumento de justiça social e de construção de cidadania.

Acredita-se que fortalecer o cooperativismo de crédito é também fortalecer um projeto de sociedade mais justo, inclusivo e sustentável. Que as reflexões aqui lançadas possam inspirar novas práticas, políticas públicas e pesquisas comprometidas com essa transformação.

7. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Concentração bancária cai para 81%, revela BC**. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/concentracao-bancaria-cai-para-81-revela-bc>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

ANDRADE, I. J. F. **Avaliação de desempenho financeiro dos bancos digitais e dos bancos tradicionais**. 2019. Disponível em: 325998716.pdf. Acesso em: 17 de abril de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2024**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 26 de abril de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução CMN nº 3.106, de 25 de junho de 2003**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2003/pdf/res_3106_v1_o.pdf. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp196.htm. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº 1.412, de 13 de agosto de 1951**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1412.htm. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 24 de maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 24 de maio de 2025.

CARVALHO, Â. C.; SALES, J. E. Cooperativismo de Crédito: Histórico e Evolução da Legislação no Brasil. **Revista Gestão e Engenharia**, v. 3, n. 1, p. 1–15, 2012. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoe-engenharia/article/viewFile/52/64>. Acesso em: 15 de abril de 2025.

CAVICHINI, A. **A História dos Bancos no Brasil**. Rio de Janeiro: Cop Editora, 2007. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. **Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária: volume 2** – imprensa. São Paulo: FEBRABAN, 2024. Disponível em: Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária - Vol_02 - Imprensa.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO SICOOB. **Guia Sicoob para a cidadania financeira:** como a educação financeira, o autoconhecimento e o senso de comunidade podem ajudar a garantir a cidadania financeira dos brasileiros. Brasília: Instituto Sicoob, [s.d.]. Disponível em: [Guia_Sicoob_Para_Cidadania_Financeira.pdf](#) Acesso em: 17 maio 2025.

MARION, P. **Cooperativas de crédito e bancos:** uma análise comparativa envolvendo a percepção dos cooperados/correntistas sobre o ser cooperado ou não. 2021. Disponível em: [Cooperativas de crédito e bancos: uma análise comparativa envolvendo a percepção dos cooperados/correntistas sobre o ser cooperado ou não](#). Acesso em: 17 de abril de 2025.

MATIAS, A. B., QUAGLIO, G. D. M., LIMA, J. P. R. D.; MAGNANI, V. M. Bancos versus cooperativas de crédito: um estudo dos índices de eficiência e receita da prestação de serviços entre 2002 e 2012. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, p. 195-223, 2014. Disponível em: scielo.br/j/ram/a/Jv5TF4RRBnkB5YtxnftFWqj/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 17 de abril de 2025.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2024**. Brasília: Sistema OCB, 2024. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br>. Acesso em: 26 de abril de 2025.

OLIVEIRA, A. M.; COSTA, S. T. S.; AMORIM, D. A.; ANJOS, M. A. D. Importância das cooperativas de crédito para a economia brasileira. **GETEC**, v. 18, p. 66–85, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3377>. Acesso em: 24 de maio de 2025.

OLIVEIRA, L. H.; SOARES, A. F. O processo de concentração bancária brasileiro: análise setorial do período de 1995 a 2017. **Revista Iniciativa Econômica**, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/12268>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

SENA, G. A. C. **Concentração bancária no Brasil pós Plano Real:** uma análise sobre competitividade e Spread. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/51865>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

TRINDADE, L. G. S.; CONSTANTINO, M.; MARQUES, H. R. A organização do cooperativismo de crédito como instrumento de desenvolvimento local. **Revista Multitemas**, Campo Grande, v. 29, n. 73, p. 45–74, 2024. Disponível em: <https://www.multitemas.ucdb.br/multitemas/article/view/4589>. Acesso em: 19 de maio de 2025.

USHIZIMA, L. Y. **Acesso ao Sistema Financeiro:** alternativas à exclusão O caso dos Bancos Populares. In: *Access to the financial system: alternatives to the exclusion the case of popular banks*. Fórum Brasileiro de Economia Solidaria, 2008. Disponível em: (Microsoft Word - Bancos Populares publica\347\343o.doc) Acesso em: 22 de abril de 2025.

CAPÍTULO 11

O PAPEL DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO RURAL: DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E PROTAGONISMOS NO CAMPO BRASILEIRO

Felipe Maikon Santos Sousa

Naiane dos Santos Melo

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-B

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços recentes, sua presença nas lideranças cooperativistas segue escassa, e seu trabalho, frequentemente reduzido a “ajuda” em vez de reconhecido como trabalho essencial. Esse apagamento não é casual: reflete estruturas patriarcais enraizadas e um racismo que atinge com ainda mais força mulheres negras, indígenas e agricultoras familiares.

No entanto, nas últimas décadas, tem-se observado um movimento crescente de organização coletiva entre mulheres rurais, que buscam não apenas maior inserção econômica, mas também o reconhecimento de seu papel como agentes transformadoras. Cooperativas e associações femininas têm surgido como espaços de empoderamento, nos quais mulheres reivindicam sua autonomia, ressignificam seu trabalho e constroem alternativas aos modelos tradicionais de produção.

Estudar esse fenômeno é fundamental por pelo menos três razões. Em primeiro lugar, porque permite compreender como as mulheres estão reinventando suas realidades e necessidades através do cooperativismo, adaptando-o às. Em segundo lugar, porque oferece subsídios para políticas públicas mais eficazes, capazes de enfrentar as desigualdades estruturais que ainda limitam a plena participação feminina.

Por fim, porque revela caminhos possíveis para um desenvolvimento rural mais justo e sustentável, no qual a agricultura familiar e o cooperativismo

sejam verdadeiramente inclusivos. Neste trabalho, analisaremos os desafios enfrentados pelas mulheres no cooperativismo rural, as estratégias que elas têm utilizado para superá-los e os casos emblemáticos de protagonismo que inspiram mudanças. A pergunta central que orienta esta discussão é: como o cooperativismo pode se tornar uma ferramenta efetiva de emancipação para as mulheres do campo brasileiro?

Neste contexto, entende-se que descrever o caso da Associação das Mulheres da Região das Duas Barras do Fojo, poderá evidenciar que, quando mulheres lideram, há impactos positivos na economia local, na segurança alimentar e na coesão comunitária.

Conhecer histórias como essa contribui não só para fortalecer políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, mas também para ressignificar o papel das mulheres na agricultura familiar e no cooperativismo brasileiro.

2. GÊNERO E AGRICULTURA FAMILIAR

O gênero constitui uma categoria analítica fundamental para a compreensão das desigualdades estruturais presentes em diversos âmbitos da sociedade, com destaque para o setor agrícola.

Nesse contexto, as mulheres enfrentam múltiplas formas de desigualdade no trabalho rural, muitas das quais derivam de concepções arcaicas e patriarcais que persistem até os dias atuais (Faria, 2022).

Faria (2022), continua a explicar que o desenvolvimento no meio rural está intrinsecamente ligado à agricultura familiar, setor no qual as mulheres desempenham papel essencial tanto nas atividades produtivas quanto na gestão dos recursos e processos. No entanto, apesar de sua competência e capacidade para executar as mesmas tarefas que os homens, essas mulheres frequentemente têm sua atuação desvalorizada ou invisibilizada.

Como consequência, enfrentam restrições no acesso à terra, à tecnologia e à participação em espaços de decisão, o que compromete não apenas sua autonomia, mas também o avanço socioeconômico da agricultura familiar como um todo. O conceito de gênero está baseado em uma construção social que ul-

trapassa a dimensão biológica, incorporando representações simbólicas sobre funções, capacidades e papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade. Nesse contexto, as distinções de gênero manifestam-se de forma significativa, especialmente no meio rural.

Observa-se que os homens são predominantemente associados à administração, à tomada de decisões, às negociações e à produção da terra, enquanto as mulheres, ainda que possuam a mesma formação e competência para exercer as funções exigidas por esse setor, são frequentemente relegadas a atividades domésticas. Essa divisão evidencia uma estrutura social que perpetua desigualdades de gênero no campo profissional, mesmo diante da igualdade de capacidades entre os sexos.

Também no ponto de vista de Conde (2012), a conceituação de gênero no contexto da agricultura familiar, envolve uma análise rebuscada sobre as relações sociais entre homens e mulheres, as quais são moldadas principalmente por normas culturais patriarcais. Essa desigualdade de gênero se manifesta e se perpetua no campo, afetando o trabalho, a autonomia e a participação das mulheres nas atividades laborais do meio rural.

As lutas pelo acesso à terra no Brasil, como as protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também contribuíram para dar maior visibilidade às questões de gênero dentro dos próprios movimentos sociais. Afinal, seria contraditório combater a histórica desigualdade na distribuição de terras no país sem enfrentar, simultaneamente, as desigualdades de gênero.

As mulheres desempenham um papel fundamental na construção da agricultura familiar e na organização coletiva (Conde, 2012). Em muitas fazendas, persiste uma disparidade significativa na ocupação dos cargos de comando direto, que continuam majoritariamente nas mãos dos homens. Isso ocorre devido a hierarquia baseada na desvalorização da capacidade das mulheres para exercer funções de fiscalização e liderança, como as de apontadoras ou coordenadoras de equipe.

Quando algumas mulheres se destacavam no desempenho de suas tarefas executando-as com maior rapidez, eficiência e responsabilidade, eram rotula-

das de “mulheres-machos” e assumiam funções como a de “cabo de turma”. Esse reconhecimento não mudava a desigualdade salarial, pois os salários continuavam sendo inferiores aos dos homens (Oliveira; Alves, 2019).

3. INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NO CAMPO

Brumer (2004) discorre que a divisão do trabalho feminino no campo é subalterna, é inferiorizada e muitas vezes caracterizada como uma ajuda, ainda que seja a mesma função, independentemente de pesado ou leve. Isso demonstra o desafio do modelo familiar patriarcal da nossa sociedade, que se evidencia mais no meio rural, onde o homem ocupa o centro das atenções. Quando a posição da mulher é apenas complementar à do homem, relegando-a a um papel de submissão, como apoiadora e cuidadora. Por muito tempo essa ideia se manteve, pela ausência de apoio do Estado e pela pouca influência dos movimentos feministas no campo (Conde, 2012).

As complexidades do acesso à terra, remonta aos tempos antigos, sendo fruto de um processo histórico marcado por uma distribuição fundiária realizada de forma desigual. Essa má distribuição está diretamente ligada a um passado de formação capitalista, no qual os grandes proprietários de terra assumiam o papel central na dinâmica econômica e social (Vieira; Fabrini, 2024).

Nesse cenário, o agronegócio consolidava-se como uma força dominante, concentrando riqueza e poder. Enquanto isso, os pequenos agricultores enfrentavam constantes desafios para garantir seus territórios, lutando em meio a um ambiente caracterizado por profundas desigualdades no meio rural. Para esses trabalhadores, a terra sempre representou não apenas seu espaço de trabalho, mas também sua principal fonte de sustento e sobrevivência (Camacho, 2021).

Assim os direitos não são garantidos de forma igualitária para todos e a maneira como o crédito é disponibilizado e os critérios adotados para sua concessão não refletem esse princípio. O crédito seria uma garantia oferecida por instituições financeiras e bancos, sendo, na maioria das vezes, condicionado à posse da terra.

Essa exigência acaba excluindo os pequenos agricultores, que, muitas vezes, não possuem a titularidade formal de suas terras, impossibilitando-os

de oferecer essa segurança exigida. Soma-se a isso a dificuldade de acesso às informações necessárias para viabilizar o processo de financiamento, uma vez que a burocracia envolvida supera, em muitos casos, as limitações no nível de escolaridade e no acesso à informação dos agricultores familiares. Dessa forma, o caminho para acessar os recursos financeiros torna-se mais complexo e restritivo para esses trabalhadores (Schneider, 2015).

A tecnologia representa um elemento essencial para o desenvolvimento da agronomia, tendo revolucionado significativamente a produtividade no meio rural. Atualmente, ela se manifesta por meio de maquinários de alta performance, com funções diversificadas, além da utilização de drones, sensores remotos e diversas técnicas inovadoras.

Nesse mesmo contexto, a tecnologia seria uma ferramenta extremamente benéfica e transformadora para o setor agrícola, caso seu acesso fosse, de fato, democrático e igualitário. Contudo, essa não é a realidade vivenciada pelos pequenos agricultores.

A escassez de recursos tecnológicos, somada à falta de acesso à informação, à ausência de crédito e à limitada oferta de assistência técnica, torna ainda mais desafiadora a adoção de inovações no âmbito da agricultura familiar, acentuando, assim, as desigualdades já existentes no campo (Borges et al., 2024).

4. O COOPERATIVISMO COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO E AUTONOMIA FEMININA

Abramovay (1999), já entendia que o modelo cooperativista favorece a democratização do acesso, em primeiro lugar à terra, posteriormente a mercados, insumos e informações, como sendo uma alternativa estratégica para enfrentar principalmente a marginalização das jovens mulheres agricultoras, que migram para a cidade, em busca de integração nos mercados de trabalhos. Uma vez que esta condição básica do acesso a terra é efetivada, deve ser acompanhada de uma série de conjunturas que tragam ao conhecimento os potenciais que cada território apresenta para assim iniciar o processo de desenvolvimento regional e local.

O modelo cooperativista se apresenta como mecanismo de fortalecimento das redes de solidariedade entre as mulheres e isso promove o empoderamento feminino e a construção de uma identidade coletiva no campo, pois através da ocupação e luta feminina nos espaços públicos, impulsionou a pressão contra o poder público para a criação e implementação de políticas públicas no meio rural (Schneider; Cassol, 2013).

Silva (2015) afirma que as cooperativas criadas ou lideradas por mulheres têm se mostrado eficazes na superação das barreiras de gênero, permitindo a valorização do trabalho feminino e promovendo maior visibilidade às suas demandas.

O cooperativismo por conceito refere-se a uma sociedade de pessoas que insatisfeitas com as condições econômicas desfavoráveis ao trabalhador, se unem para adquirir recursos de capital para a prestação de serviços destinados diretamente ao consumidor. Apresenta-se como uma alternativa socioeconômica que promove a inclusão, a equidade e o desenvolvimento local, como aponta Sousa (2009).

É fundamentado na autogestão, na solidariedade e na participação democrática, de maneira a contribuir para o fortalecimento do capital social, a geração de emprego e renda, além da valorização do trabalho coletivo em detrimento da lógica puramente capitalista de lucro. As cooperativas, ao priorizarem os interesses de seus membros e da comunidade em que estão inseridas, incentivam práticas mais éticas e transparentes, o que leva ao empoderamento dos indivíduos, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica (Sousa, 2009).

A autonomia representa um ganho significativo para essa forma de organização, que passa a se consolidar como uma união de interesses e objetivos comuns. Essa autonomia elimina a dependência de grupos de trabalho que têm como prática a exploração, permitindo que os próprios membros assumam a gestão administrativa, contábil, comercial e dos recursos de cada setor. Além disso, esse processo de autonomia tende a se fortalecer e aprimorar progressivamente ao longo do tempo (Colin et al., 2013).

A partir da independência na própria gestão, a renda torna-se mais significativa. Quando várias pessoas se unem em prol de um mesmo objetivo, espe-

cialmente no âmbito empresarial, há, além do ganho financeiro, a valorização da própria capacidade e do protagonismo dos envolvidos, já que essa união proporciona uma considerável redução de custos. Vale destacar que o objetivo dessa cooperação não se resume apenas ao aumento da renda no sentido financeiro, mas também à conquista da autonomia sobre seus próprios projetos, assumindo um papel ativo e decisivo na construção e desenvolvimento da agremiação a que pertencem (Colin et al., 2013).

Esse reconhecimento surge de uma elevada autoconfiança, adquirida por meio da soberania e do faturamento proporcionados pela participação no grupo coletivo. Essa vivência fortalece o sentimento de pertencimento e a valorização das próprias funções dentro da organização. As atividades desenvolvidas geram otimismo e convicção, fruto direto da responsabilidade, do comprometimento e da capacidade com que os indivíduos exercem suas atribuições (Morais; Dandolini; Vaz, 2024).

5. COOPERATIVAS LIDERADAS POR MULHERES: EXPERIÊNCIAS TRANSFORMADORAS

A seguir apresenta-se algumas experiências exitosas de cooperativas lideradas por mulheres, entre tantas outras que existem no país.

5.1. COOPERCUC – Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Bahia)

A COOPERCUC foi fundada em 2004 por 44 agricultores familiares, sendo 24 mulheres e 20 homens, nos municípios de Canudos, Uauá e Curaçá, no semiárido baiano. Sua origem remonta ao final dos anos 1980, quando algumas freiras canadenses incentivaram agricultoras locais a buscar autonomia financeira por meio do beneficiamento de frutas nativas da caatinga, como o umbu.

As mulheres desempenham papel central na cooperativa, desde a produção até a gestão. Denise Cardoso, atual presidenta, destaca que a organização atua para potencializar e valorizar a participação feminina na liderança das instituições e reforçar a geração de renda necessária para o empoderamento das mulheres.

A COOPERCUC investe em práticas sustentáveis, como o projeto Agro-Caatinga, que implementa sistemas agroflorestais nas propriedades dos cooperados. Além disso, a cooperativa obteve certificações que permitiram a exportação de seus produtos para países como Alemanha, França e Itália, trazendo visibilidade para o trabalho feminino no sertão brasileiro.

5.2. CIMQCB – Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu

Esta cooperativa reúne cerca de 130 associadas de 36 grupos produtivos nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Pará. Formada por mulheres que coletam e processam o coco babaçu, a cooperativa produz azeite, farinha, sabonetes, sabões e artesanatos, utilizando técnicas que não fazem o uso de agrotóxicos.

A atuação das mulheres na CIMQCB vai além da produção, elas ocupam funções administrativas, como secretárias e tesoureiras, e participam ativamente da gestão do empreendimento. Essa participação contribui para a visibilidade e autoestima dessas mulheres, que passaram a atuar também em espaços públicos, frequentar serviços de saúde e educação, e ocupar lugares de fala em debates comunitários.

A cooperativa está inserida no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fornecendo produtos para instituições sociais e contribuindo para a segurança alimentar de comunidades vulneráveis.

5.3. UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Já esta cooperativa é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional e foi fundada em março de 2000. Surgiu do anseio das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e dos Químicos do ABC.

A UNISOL promove a economia solidária e o desenvolvimento sustentável, oferecendo apoio técnico, capacitação e articulação política para fortalecer

as iniciativas associadas. A organização também atua na promoção de políticas públicas que favoreçam a economia solidária e a autogestão dos empreendimentos.

Em setembro e outubro de 2017, as mulheres da UNISOL promoveram encontros estaduais para discutir e construir políticas públicas de mulheres. Essas atividades foram desdobramentos do 1º Encontro Nacional de Mulheres da UNISOL Brasil, realizado em março de 2017, e priorizaram o debate em grupos de trabalho e a construção de propostas de ação e encaminhamentos, apontando como bandeiras de luta a independência financeira, a emancipação socioproductiva e sustentável para as mulheres, igualdade e equidade de gênero em todos os espaços de participação política e do trabalho produtivo.

5.4. Cooperativa de Artesãos do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais)

O Vale do Jequitinhonha, localizado no nordeste de Minas Gerais, é conhecido por sua rica tradição artesanal, especialmente na produção de cerâmicas e bordados. A Cooperativa de Artesãos do Vale do Jequitinhonha é formada por mulheres que produzem artesanato tradicional da região, como cerâmicas, bordados e tecelagem.

A cooperativa tem como objetivo preservar a cultura local e promover a geração de renda para as artesãs envolvidas. Por meio da organização coletiva, as artesãs conseguem comercializar seus produtos em feiras e eventos, além de estabelecer parcerias com instituições que valorizam o artesanato brasileiro.

Também oferece capacitação e apoio técnico para aprimorar as técnicas de produção e gestão dos empreendimentos. A atuação da cooperativa tem contribuído justamente para o empoderamento das mulheres e o fortalecimento da identidade cultural da região.

6. RELATO DA HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES DA REGIÃO DAS DUAS BARRAS DO FOJO, NO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA

Em 1996, a senhora Damiana Martins, mulher visionária e profundamente engajada com as causas sociais de sua comunidade, fundou a Associação de Moradores da Região da Duas Barras do Fojo em Mutuípe-BA.

Seu objetivo era valorizar o trabalho da população local, especialmente dos que viviam do campo, e buscar políticas públicas, projetos e treinamentos que incentivassem o desenvolvimento rural sustentável. No entanto, naquela época, a participação feminina ainda era muito tímida e invisibilizada.

A associação, refletindo os padrões sociais da época, era composta majoritariamente por homens, apesar de todo o protagonismo silencioso das mulheres nas atividades produtivas e na vida comunitária.

Foi apenas em 2002 que começou a tomar forma um movimento transformador na região, liderado por Martins, uma mulher negra que, cansada da exclusão e determinada a conquistar espaço, decidiu organizar-se politicamente e economicamente. Esse movimento foi um marco na história da comunidade, pois visava empoderar as mulheres, proporcionando-lhes liberdade socioeconômica e autonomia dentro e fora do lar. Dessa luta emergiu a Associação de Mulheres Agricultoras Familiares da Comunidade de Duas Barras do Fojo, idealizada e impulsionada por Damiana Martins.

Mesmo sendo a responsável pela criação e execução da proposta, Damiana abriu espaço para que outras mulheres também exercessem papéis de liderança. A primeira gestora da associação foi a senhora Antônia de Sousa Vicente, seguida por Ederlan dos Santos Alves Vicente, sua filha, seguida de Antônia Rodrigues dos Santos e, desde 2022, a própria Damiana assumiu a gerência da associação.

Após oito anos de organização e luta coletiva, a entidade foi formalmente registrada e, com recursos governamentais conquistados, foi implantada uma agroindústria comunitária. Nela, as mulheres passaram a processar amêndoas de cacau e a produzir uma variedade de produtos como chocolate em barra,

chocolate em pó, bombons com nibs, barra vegana, além de derivado da banana como banana chips, farinha e cocadas. Esses produtos são comercializados em feiras orgânicas da cidade e até em encontros nacionais de ciências agrárias, levando o nome da comunidade e das mulheres agricultoras para todo o país.

Na lavoura, as mulheres seguem firmes, desenvolvendo práticas sustentáveis com foco na agroecologia e na produção sem uso de agrotóxicos. Elas cultivam hortaliças (olericultura) e diversas espécies frutíferas, mostrando que é possível aliar tradição, ciência e respeito ao meio ambiente em suas práticas agrícolas.

Apesar das conquistas, a caminhada continua permeada por desafios. A falta de assistência técnica qualificada que possa orientar com base no conhecimento científico é um dos maiores obstáculos enfrentados atualmente. Essa ausência impacta diretamente na produtividade e na renda das famílias.

Além disso, a falta de recursos financeiros para novos projetos e, sobretudo, o pouco reconhecimento institucional do trabalho dessas mulheres são entraves persistentes. Segundo Damiana, a liderança exercida majoritariamente por mulheres negras, como ela, enfrenta barreiras impostas pelo racismo estrutural, que dificulta o acesso a apoios e parcerias fundamentais.

Hoje, a associação mantém uma política clara e afirmativa: é exclusivamente composta por mulheres. Isso não apenas reafirma o protagonismo feminino no campo, mas também ressignifica o papel da mulher rural como agente de transformação, resistência e inovação. Em meio a tantas lutas, conquistas e desafios, essas mulheres seguem fazendo a diferença, sendo inspiração e exemplo de força e superação para toda a região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que o cooperativismo rural pode ser uma ferramenta poderosa para a emancipação das mulheres no campo brasileiro, apesar dos desafios históricos de invisibilidade, desigualdade de gênero e falta de acesso a recursos. As experiências analisadas, como a COOPERCUC, a CIMQCB e a Associação das Mulheres da Região das Duas Barras do Fojo, mostram que, quando as mulheres assumem a liderança, os impactos vão além da economia:

fortalecem a segurança alimentar, a sustentabilidade e a coesão comunitária. Essas iniciativas provam que a organização coletiva é um caminho eficaz para romper com estruturas patriarcais e garantir maior autonomia financeira e social.

No entanto, ainda há obstáculos significativos a serem superados, como a falta de assistência técnica, o acesso limitado a crédito e a persistência do racismo e do machismo no meio rural. Políticas públicas mais direcionadas são essenciais para ampliar o protagonismo feminino no cooperativismo, garantindo capacitação, financiamento e reconhecimento institucional. A inclusão das mulheres em espaços de decisão e a valorização de seu trabalho são passos fundamentais para um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

Por fim, as histórias dessas mulheres revelam que a transformação no campo não depende apenas de recursos materiais, mas também da quebra de preconceitos e da construção de novas narrativas. Quando as mulheres rurais se unem, elas não só melhoram suas próprias condições de vida, mas também inspiram mudanças sociais mais profundas. O cooperativismo, quando verdadeiramente inclusivo, pode ser um meio para alcançar não apenas equidade de gênero, mas também um modelo de agricultura mais humano e colaborativo. A luta dessas mulheres é, acima de tudo, uma lição de resistência e esperança para o futuro do campo brasileiro.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Cooperativas e desenvolvimento territorial: a propósito do debate sobre políticas públicas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, n. 2, p. 215-239, 2010.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015. p. 53-81, 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205–227, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HN-g95Kj5QQkqFCR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

CAMACHO, R. S. A histórica concentração fundiária do Brasil: estudo de caso do município de Paulicéia/SP. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4439>. Acesso em: 15 maio 2025.

CÂNDIDO, R. Transformação da agricultura familiar no Brasil: integração de tecnologias para desenvolvimento estrutural e sustentável. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S.l.], v. 17, n. 9, 11 set. 2024.

COLIN, D. R. A.; CRUS, J. D.; TAPAJÓS, L. D. S.; ALBUQUERQUE, S. A. (org.). **Coletânea de artigos comemorativos dos 20 anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2013. Acesso em: 24 maio 2025.

CONDE, L. C. D. A invisibilidade da mulher na agricultura familiar: por uma perspectiva de gênero na extensão rural. Anais do NUPEDOR 2012, sessão 4A, p. 1–16. Araraquara: Universidade de Araraquara, 2012. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_4/sessao_4A/05_Leandro_Conde.pdf. Acesso em: 07 maio 2025.

FARIA, G. P. Terrenos da desigualdade: uma análise da invisibilidade da mulher rural aos olhos do direito. **Revista Eletrônica da Graduação da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, Pouso Alegre, v. 5, n. 2, p. 161–174, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.fdsu.edu.br/revistagraduacao/index.php/revistagraduacao/article/view/193/242>. Acesso em: 10 maio 2025.

MORAIS, L. P. V. X. C.; DANDOLINI, G. A.; VAZ, C. R. Benefícios de capacitações em empreendedorismo para mulheres de baixa renda. **Inclusão Social, Brasília**, DF, v. 17, n. 2, p. 16–40, jan./jun. 2024. Disponível em: <https://www.inclusaosocial.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2025.

OLIVEIRA, C. R.; ALVES, A. E. S. A invisibilidade do trabalho das mulheres na lavoura cacaueteira. **Pegada: A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 20, n. 1, p. 170–184, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6047>. Acesso em: 26 maio 2025.

SILVA, M. P. da. Mulheres e cooperativismo: experiências de organização produtiva no meio rural. **Revista Campo-Território**, v. 10, n. 2, 2015.

VIEIRA, A. N. C.; FABRINI, J. E. Perfil dos estabelecimentos da agricultura familiar no estado de Mato Grosso com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Informe GEPEC**, Toledo, v. 28, n. 1, p. 86–106, 2024. Disponível em: <https://erevista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/31356>. Acesso em: 19 maio 2025.

CAPÍTULO 12

COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA: OS DESAFIOS DO TRABALHO CONJUNTO AO GOVERNO EM ESTADO DE CALAMIDADE FRENTE AS CRISES CLIMATICAS

Lucas Caracas de Oliveira
Thales Henrique Caetano Santos
Doi: 10.48209/978-65-5417-518-C

1. INTRODUÇÃO

A calamidade que atingiu diversas cidades no Rio Grande do Sul, estado brasileiro localizado no sul do país, foi ocasionada por fatores climáticos, agravados pelo aquecimento global, que vem causando variações de temperatura no planeta, além da má gestão pública em algumas situações.

Esse estado representa boa parte do PIB (Produto Interno Bruto) do país. De acordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2025), o valor chegou a 6,02%, sendo o setor agropecuário o principal impulsionador da economia, com destaque para a exportação de soja e carne suína. No contexto do agronegócio, estão inseridas as cooperativas, que desempenham funções essenciais para os agricultores.

Além da perspectiva agrária, elas podem atuar como concessões de infraestrutura, contribuindo na recuperação de áreas devastadas, como centros urbanos, construções históricas e na gestão de resíduos, que podem ser prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana.

Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo compreender como, em situações de devastação causadas pelo aumento do volume dos rios, que acarretam perdas significativas em estruturas históricas e patrimoniais, as cooperativas de infraestrutura podem contribuir para a reconstrução do Estado.

Quando se pensa em situações de calamidade ou momentos de dificuldades, surgem questionamentos sobre como as cooperativas podem ser úteis para

a população. Ao observar cuidadosamente o Rio Grande do Sul, é notório levantar questionamentos sobre onde essas cooperativas poderiam atuar e de que forma poderiam ajudar o povo que acabou sofrendo de diversas formas.

Portanto, para chegar a essa discussão, foi necessário observar todo o cenário do estado e tudo o que foi noticiado, a fim de compreender a situação e usar o senso crítico para pensar em uma solução, por meio das cooperativas de infraestrutura, para a recuperação da cultura, dos comércios, das habitações e de outros setores também atingidos.

2. DO PIONEIRISMO DE ROCHDALE ÀS COOPERATIVAS DE INFRAESTRUTURA

A Revolução Industrial foi o marco histórico ocorrido na Inglaterra que marcou o surgimento da máquina a vapor. Esse avanço foi possível a partir do acúmulo de riquezas da burguesia, da pirataria e de acordos comerciais com outros países. A própria Inglaterra passou a guardar recursos para investir futuramente naquilo que seria um dos maiores marcos históricos do mundo (Sales, 2010).

Junto com esse avanço veio a velocidade de produção. O que antes era produzido por artesãos, que levavam muitos meses até a entrega do produto e, muitas vezes, em pequenas quantidades, passou a ser confeccionado em grande escala nas fábricas da Inglaterra, gerando capital que logo seria investido em mais tecnologia. Com o passar do tempo, muitos camponeses migraram do campo para as grandes cidades para trabalhar nas fábricas, pois perderam espaço comercial para o avanço industrial e precisavam sobreviver (Sales, 2010).

Entretanto, as fábricas não proporcionavam condições de trabalho adequadas, uma vez que os operários tinham sua jornada de trabalho explorada, enfrentavam condições precárias e não possuíam direitos sociais trabalhistas (Sicred, 2014).

Esse foi o ponto de partida necessário para se colocarem em prática ideias que já eram defendidas por cooperativistas, tais como *Robert Owen*, *Charles Fourier*, *Philippe Joseph Benjamins Buchez* e *Louis Blanc*, contrá-

rios aos movimentos capitalistas que levavam consigo a desigualdade para os trabalhadores (Sales, 2010).

A cooperação já existia desde a formação das primeiras civilizações, em que os próprios indígenas e outros povos já utilizavam esse movimento em suas cidades, pois sempre houve insatisfação e divergência de ideias sobre como a sociedade deveria funcionar em prol do povo, com direitos inerentes a todos os cidadãos e dignidade para eles (Bialoskorski Neto, 2006 apud Sales, 2010).

Muitas ideias de cooperativas já tentaram ser colocadas em prática, mas, por conta de divergências políticas e outros fatores, não obtiveram sucesso. Em 1844, surgiu a primeira cooperativa no interior de *Manchester*, cidade da Inglaterra, onde 27 homens e uma mulher, sendo que a maioria eram tecelões, tinham como função comprar grandes quantidades de alimentos para comercializar de forma justa para seus associados. Eles se juntaram e fundaram o seu armazém, que era conhecido como Sociedade dos Probos de *Rochdale* (Sistemaocb/rr, 2024).

Logo nos primeiros meses, o grupo foi duramente criticado por outros comerciantes. Porém, com o passar dos anos, seu capital, que era de apenas 1 libra, passou a ser 180; seus associados passaram a ser mais de 1.300 cooperados e, anos depois, mais de 2.900 associados, com capital superior a 145 mil libras (Ailos, 2025).

Esse grupo tinha e mantém até os dias atuais princípios e ideias como a adesão livre e voluntária, em que qualquer pessoa interessada pode participar, desde que esteja adepta e cumpra com as responsabilidades exigidas. A gestão é democrática, permitindo que tanto homens quanto mulheres tenham os mesmos direitos nas votações. Em cooperativas de maior grau, são escolhidas pessoas para tomar essas decisões, sendo eleitas por homens e mulheres. A participação econômica ocorre com cada membro contribuindo para o capital da sua cooperativa e, se ao final do ano houver lucros, eles recebem uma parte de volta (Sicredi 2024).

Quanto à autonomia e independência, em geral, as cooperativas funcionam como empresas. Também há o princípio da educação, formação e informação, oferecendo estudo e capacitação para que os cooperados ajudem no de-

envolvimento de sua cooperativa, além de incentivar os jovens a participarem e conhecerem a importância da cooperação (Sicredi 2024).

A intercooperação é praticada por meio da colaboração entre cooperativas, permitindo que cresçam e fortaleçam o movimento. Por fim, o interesse pela comunidade é demonstrado por meio do trabalho voltado ao desenvolvimento social e ambiental, com base em políticas aprovadas pelos membros (Sicredi 2024).

Dessa forma, é compreensível observar que as cooperativas cresceram, se modernizaram e tornaram-se também um movimento social. Portanto, é possível acreditar que, mesmo que o governo não tenha interesse em ajudar a população, as cooperativas sozinhas já conseguem mudar grandes situações, pois não existe trabalho melhor que o cooperado (Sicredi 2024).

O governo local e nacional devem ser grandes parceiros. Junto com as cooperativas, podem incentivar os jovens, ainda em sala de aula, a aprenderem mais sobre o cooperativismo e seus princípios. Além disso, são de grande ajuda financeira e, junto com a infraestrutura e a mão de obra capacitada, podem desempenhar um excelente trabalho de reconstrução, que pode ser realizado pelas cooperativas de Infraestrutura e Crédito (Sicredi 2024).

2.1. Cooperativismo de Infraestrutura

As cooperativas de infraestrutura desempenham papéis de suma importância, seja na distribuição de energia elétrica, saneamento básico, telecomunicação, moradia, irrigação, abastecimento de água, construção comercial ou desenvolvimento. Esses serviços são considerados essenciais e podem gerar grandes melhorias sociais, econômicas e ambientais, tanto nas zonas urbanas quanto nas rurais (Somoscoop, 2024). De acordo com Somoscoop (2024), as cooperativas de infraestrutura podem exercer a função de fornecer casas para moradia ou uso comercial, reduzindo, assim, o déficit habitacional que assola o Brasil.

As cooperativas de infraestrutura não estão voltadas apenas para o setor econômico; elas desempenham também uma função social significativa, per-

mitindo que as pessoas trabalhem em conjunto e de forma democrática, com foco na comunidade (Somoscoop, 2024).

Além dos serviços, as cooperativas de infraestrutura exercem um papel muito importante no quesito da sustentabilidade, sendo responsáveis por gerar energia a partir de fontes renováveis — como é o caso da COOPERE-BR, que atua no estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória (Coopere-BR, 2025).

Elas também são indispensáveis no que diz respeito à mitigação da poluição, pois levam serviços essenciais a cidadãos que não são atendidos pelo poder público, demonstrando sua eficiência em diversas áreas de atuação (Baalbek, 2025).

Nessa mesma linha de atuação, encontram-se as cooperativas de energia de fontes renováveis voltadas para a reciclagem de resíduos. Elas são responsáveis por retirar o lixo de locais inadequados e ainda comercializam os resíduos que podem ser reaproveitados. No entanto, enfrentam dificuldades para vender os recicláveis, pois contam com pouco investimento do poder público (Vertown, 2025).

2.2. As cooperativas e a eletrificação

A eletrificação chegou ao Brasil no final do século XIX e trouxe progresso para o país. O setor elétrico teve um rápido desenvolvimento e, hoje, é o quarto maior produtor de energia da América Latina. A primeira grande construção voltada para o desenvolvimento e surgimento da energia elétrica foi a inédita construção da primeira usina hidrelétrica em Niterói, cidade localizada no estado do Rio de Janeiro (Embrasul, 2024).

Ainda segundo o órgão, apesar da instalação da primeira usina na cidade do Rio, há registros que indicam que, ainda no século XVIII, o naturalista José da Silva Lisboa já realizava diversos experimentos com eletricidade estática. Após a instalação da primeira usina e seu crescimento sucessivo, outras foram criadas e espalhadas pelo país, o que impulsionou o crescimento econômico. A ideia inicial poderia até ser a iluminação, mas isso desencadeou a confecção e venda de produtos que necessitavam de energia para funcionar.

Ainda segundo a Embrasul (2024), a primeira demonstração pública de iluminação aconteceu na Central do Brasil, cidade do Rio de Janeiro, com a participação do Imperador D. Pedro II, que foi presenteado com lâmpadas incandescentes vindas dos EUA, enviadas pelo inventor americano Thomas Edison. Essa nova invenção era muito mais segura do que as anteriores, pois não necessitava de gás ou querosene para funcionar. A invenção despertou curiosidade entre as pessoas, mas nem todos tinham acesso à novidade. Campos dos Goytacazes foi a primeira cidade do Brasil a ter iluminação elétrica nas ruas, localizada ao norte do estado do Rio (Embrasul, 2024).

Outro fator importante destacado pela Embrasul (2024) é o papel do investimento e da ampliação da infraestrutura elétrica. A energia teve um grande crescimento e se expandiu até as áreas mais remotas das zonas rurais.

Nesse sentido, é possível notar que houve participação de grandes empresas para garantir que a eletrificação não se concentrasse apenas em áreas urbanas ou de fácil acesso. Indiretamente ou diretamente, houve uma parceria entre empresas e governo para a ampliação da rede elétrica, o que impulsionou e impactou positivamente a economia do país, tornando o Brasil uma potência mundial. Isso foi destacado pela Embrasul (2024), ao afirmar que crescemos muito economicamente após a instalação das usinas elétricas.

As cooperativas de eletrificação desempenham um grande papel na sustentabilidade. Elas vêm crescendo na geração de energia a partir de fontes renováveis e, nesse sentido, visam a melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo atividades econômicas que geram empregos (Somoscoop, 2024).

Sabe-se que grandes empresas participaram da chegada da eletrificação às áreas mais remotas, com foco no lucro e, conseqüentemente, favorecendo a região e seus habitantes. No entanto, quando não enxergavam potencial econômico no investimento, resistiam a explorar determinadas regiões (Rosset et al., 2009 apud Giustina; Bocchi, 2018). Os autores ainda completam dizendo que o desinteresse das companhias de energia pelas áreas rurais foi o principal motivo que despertou a necessidade de criação de cooperativas voltadas à eletrificação rural, favorecendo seus associados, que eram impossibilitados de receber um bem tão essencial.

É válido ressaltar, como exemplo, a primeira cooperativa de eletrificação, que surgiu em José Bonifácio – Rio Grande do Sul, em 1941: a Força e Luz de Quatro Irmãos, que tinha como objetivo gerar e fornecer energia para municípios pequenos (Fu-Gimoto, 2005 et al., 2009 apud Giustina; Bocchi, 2018).

De acordo com Jornal bom dia (2023), a Força e Luz impulsionou o grande desenvolvimento do município de Erechim – RS, aumentando a produtividade de fábricas, serrarias, comércios, empresas rurais, entre outros setores, proporcionando emprego e renda. Atualmente, ela se encontra desativada.

2.3. As cooperativas e a construção civil

A Coopercon (Cooperativa da Construção Civil) é um sistema de cooperativas criado no Ceará, em 1997. Atualmente, possui filiadas em outros estados do país, com maior número na região Nordeste. A entidade cresceu muito nos últimos anos, e a perspectiva é que o número de construtoras cooperadas cresça ainda mais, segundo a CBIC (2024).

Ainda segundo a CBIC (2024), a ideia é buscar associados com o intuito de unir forças entre as construtoras, com o objetivo de proporcionar menores custos, aumento do poder de compra e busca por materiais de melhor qualidade. A intenção vai além do lucro: pretende-se também diminuir a concorrência na hora da compra — especialmente diante do aumento considerável no preço das matérias-primas utilizadas na construção civil, como cimento, blocos, ferro e todos os materiais necessários em uma obra.

Outro benefício da parceria entre governo e cooperativas é dar um destino adequado aos destroços deixados após a destruição de monumentos históricos ou até mesmo de residências, que, dependendo da intensidade das tempestades, podem ruir mesmo possuindo uma boa estrutura. O entulho deixado, se não for recolhido e destinado corretamente, pode ocasionar problemas futuros mais graves.

Um exemplo claro de sucesso é a Cooperativa de Transformação Socioambiental (CTSA), criada em 2008 com o propósito de aumentar e gerar emprego para pessoas que trabalham com reciclagem, além de criar ações

voltadas à preservação do meio ambiente, destinando corretamente os entulhos (Bueno, 2022).

Foi nesse contexto que desenvolveram o Bloco Eco — um bloco de concreto para vedação, utilizado no fechamento de paredes ou muros. A invenção foi produzida a partir de resíduos de construções demolidas, como blocos, pedaços de concreto, cimento, pedras, areia e argamassa (Bueno, 2022).

2.4. Cooperativas de crédito no auxílio financeiro

Colocadas em prática no país, as cooperativas de crédito mostram grandes benefícios para a sociedade brasileira, sendo economicamente muito mais justas e viáveis que os bancos tradicionais, pois oferecem os mesmos benefícios para seus sócios e, ao final, podem até gerar lucro, já que os beneficiários finais de uma cooperativa são os próprios cooperados (OCB, 2024a).

Em alguns estados, as cooperativas de crédito podem funcionar para todos os grupos. Dessa forma, qualquer pessoa pode associar-se, bastando preencher um formulário com as informações necessárias e estar de acordo com o que a cooperativa irá fornecer.

Entretanto, em outros locais, podem existir cooperativas do mesmo segmento que atendem apenas funcionários de uma única instituição, como é o caso da UESCOOP, uma cooperativa de crédito que oferece os mesmos benefícios, porém apenas para os funcionários que ali trabalham.

Como afirma a OCB (2024a), a Sicredi teve seu surgimento na região Sul do país e foi o primeiro banco cooperativista da América Latina. Foi criada pelo Padre Theodoro Amstad em 1902. Atualmente, é o banco que, junto com o Sicoob, proporciona boas condições de crédito e mais oportunidades financeiras, tendo uma atuação significativa no Brasil. Ambos ainda atuam em vários ramos da economia local.

Ainda que as cooperativas de crédito não sejam conhecidas por todos, elas mostram um grande avanço e crescimento em comparação com os bancos. Dessa forma, demonstram que, em breve, as pessoas poderão migrar de seus bancos “sugadores”, que não oferecem benefícios a longo prazo para seus clientes.

De acordo com dados da OCB (2025b), em 2019 existiam 827 cooperativas de crédito, com 10,2 milhões de cooperados e mais de 70 mil empregos gerados. A região que compõe o maior ramo dessas cooperativas é a região Sul, com 198 cooperativas e mais de 5 milhões de cooperados, o que demonstra uma boa cultura cooperativista nessa localidade.

Ainda de acordo com o mesmo órgão, houve uma queda no número de cooperativas de 2019 para 2023, ano da última atualização, passando a contar com apenas 700 cooperativas do segmento. Isso, no entanto, não impactou negativamente o desenvolvimento de empregos, pois, no ano de 2023, o setor terminou com mais de 111 mil empregos gerados e apresentou quase 18 milhões de cooperados.

As cooperativas de crédito, que vêm crescendo há muitos anos no país, apresentam grandes diferenças em relação às instituições financeiras tradicionais. Elas têm como principal preocupação os seus associados, sem a intenção de gerar lucros para acionistas. Assim, é importante destacar que as cooperativas de crédito, pautadas em seu 7º princípio — o interesse pela comunidade —, teriam como objetivo diminuir as taxas de empréstimos para a revitalização de prédios, casas populares, entre outros benefícios voltados à população local afetada.

3. METODOLOGIA

De acordo com Campos et al. (2023), a revisão bibliográfica é o estudo realizado através de trabalhos já existentes, onde o pesquisador se baseia em artigos, livros, revistas, dentre outros meios de informações disponíveis que sejam de acordo com a sua temática proposta. Desta forma, a revisão bibliográfica se torna um passo fundamental no desenvolvimento do trabalho, pois os meios utilizados têm de ser verificados e de nível mestrado e doutorado.

Em um primeiro momento, foi buscado na literatura entender em que época do mundo marcou o surgimento da cooperação e, de acordo com os autores, a cooperação sempre existiu no mundo, mesmo que de uma forma indireta. Outro fator determinante foi observar o que se ocorria no estado do Rio Grande do Sul.

A pesquisa realizada sobre as cooperativas vem de uma gama bem ampla. No Brasil, temos a (OCB) Organização das Cooperativas Brasileiras, que foi criada para dar voz às cooperativas do país e mostrar a qualidade e desenvolvimento que a cooperação pode trazer para o país (OCB, 2025b).

A OCB é um site com informações abrangentes e detalhadas sobre as cooperativas e seus ramos, além de dados quantitativos do seu crescimento anual. O método de pesquisa foi realizado de forma sistemática. Além disso, é importante destacar outros pontos, como a procura por trabalhos de níveis acadêmicos e outras plataformas cooperativistas, como a Somos Coop, Capacita Coop e outros meios que têm credibilidade no assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desastre ambiental ocorrido em 2024 no Rio Grande do Sul foi ocasionado por fatores diversos, entre eles a gestão inadequada do poder público e fatores ambientais desproporcionais, situação que devastou as cidades, prédios culturais, casas, comércios e, principalmente, a vida e história das pessoas.

Como noticiado em televisões, rádios e outros meios de comunicação, todo o mundo pôde ver e se sensibilizar com a quantidade de cidades que ficaram submersas ou as que a água se aproximava cada vez mais. Por meio da mídia e outros meios, as informações circularam, e, mesmo que de uma forma indireta, foi possível observar o Cooperativismo se aplicando na prática, quando os influenciadores se juntaram para arrecadar Pix, comprar alimentos, roupas, água, dentre outros itens essenciais.

Ademais, é importante ressaltar que alguns saíram de suas casas e foram em direção à situação, tentando ajudar e cooperar de qualquer forma. Foi notório enxergar que a cooperação é algo que vivemos e que muitas pessoas não sabem, mas fazem indiretamente. Vimos o que a cooperação das pessoas pode fazer e quão importante ela é.

Observa-se que a cooperação é de grande importância para o mundo, onde já existem as cooperativas que podem ajudar, junto com o governo e a população. As cooperativas de crédito e as de construção de infraestrutura, embora sejam ramos diferentes, têm um grande impacto na população. Por meio

de incentivos governamentais, o setor voltado para a construção pode auxiliar o governo na compra de materiais mais baratos, impulsionando a própria economia local e utilizando mão de obra para o reparo de edificações, casas, condomínios, praças, parques, quadras, aeroportos e outros locais que também foram atingidos. Esse mesmo setor ainda poderia gerar novos empregos e capacitar os trabalhadores que já estão atuando na área.

O ramo voltado para a eletricidade também seria de grande ajuda, pois pode realizar trabalhos voltados a reparos em sistemas de internet danificados e comunicação, gerando empregos e aumentando a sustentabilidade do estado com a ampliação de áreas de captação de energia por meio de placas solares. Essa energia poderia ser armazenada e distribuída para locais onde ainda não foi possível restabelecer a energia de forma total.

Nesse sentido de desenvolvimento, fica uma pergunta no ar: se as cooperativas não geram lucro, quem pagaria por tais serviços? Os próprios associados? De certa forma, sim. Porém, o próprio estado poderia tomar a iniciativa, junto com as cooperativas, de fornecer investimento que fosse convertido em restauração de prédios, casas, vilas, hospitais, vias públicas. Afinal, é dever dos estados garantirem que a população desfrute de benefícios que são assegurados pela Constituição, e com a ajuda das cooperativas, tem tudo para crescerem juntas e desenvolverem tais trabalhos.

A falta de planos de contingência também foi um dos problemas, assim como os danos estruturais, transbordamentos de diques, bombas de escoamento fracas e os rompimentos de barragens.

A importância da cooperativa para a reconstrução do estado é de grande relevância. De acordo com seus princípios, a cooperativa é um pilar para a sociedade, destacando todos os seus ramos de atuação, mais em especial os de infraestrutura e crédito, que, de certa forma, são as que podem fazer tudo acontecer. A cooperativa de infraestrutura tem um grande papel na reconstrução. Em um primeiro momento, deve-se estudar os possíveis meios de diminuir as enchentes e tentar resolver as questões de alagamentos.

Outro ponto importante é pensar em recursos. Uma cooperativa de infraestrutura precisaria de uma quantidade significativa de recursos financeiros

para a realização de estudos de viabilidade, para o desenvolvimento de técnicas e modernização da drenagem. Desta forma, entrariam em prática as cooperativas de crédito, que podem fornecer empréstimos mais baixos para as cooperativas de infraestrutura, pensando no bem da comunidade e no financiamento para a compra de materiais necessários.

Com quase tudo resolvido, pensando no bem da comunidade, onde entraria o governo? Já que o mesmo, de acordo com a Constituição, é o responsável. O governo pode, por meio de decretos, diminuir os custos de atuação dessas cooperativas, diminuindo ou zerando impostos sobre elas. Podem ainda mostrar que o cooperativismo é um modelo a ser adotado por todos, realizando encontros entre jovens, que são o futuro do mundo.

É importante lembrar que, mesmo que o governo não queira participar de um movimento tão importante, as cooperativas juntas conseguem reverter e mudar tal situação. Mas tudo depende do povo, pois a cooperação em conjunto pode mudar o mundo.

5. REFERÊNCIAS

AILOS. **História do cooperativismo**. Disponível em: www.aiilos.coop.br. Acesso em: 29 abr. 2025.

BAALBEK COOPERATIVA HABITACIONAL. **Panorama do cooperativismo de infraestrutura no Brasil**. Disponível em: www.baalbeksp.com.br/panoramado-cooperativismo-de-infraestrutura-no-brasil/. Acesso em: 29 abr. 2025.

BNDES. **Cooperativas de crédito no Brasil e o papel do BNDES**. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/24545/1/PR-Fol_216129_Cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito%20no%20Brasil%20e%20o%20papel%20do%20BNDES.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. **Aspectos econômicos das cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BUENO, T. **Cooperativa CTSA cria bloco ecológico com entulho da construção civil**. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/cooperativa-ctsa-cria-bloco-ecologico-com-entulho-da-construcao-civil>. Acesso em 29 abr. 2025.

CAMPOS, L. R. M. et al. **A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa.** *Cadernos da FUCAMP*, v. 22, n. 57, 30 ago. 2023.

CBIC. **Sistema Coopercon visa impulsionar construção civil no Nordeste.** Disponível em: <https://cbic.org.br/coopercon-nordeste/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

COOPERE-BR. Bem-vindo à Cooperativa de Energia Renovável do Brasil. Disponível em: <https://www.cooperebr.com.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

EMBRASUL. **História da eletrificação no Brasil.** Disponível em: <https://www.embrasul.com.br/blog/eletrificacao-no-brasil/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

FU-MIGOTO, S. K. **A universalização do serviço de energia elétrica: acesso e uso contínuo.** 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia) — Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Com recuperação da agropecuária, Estado registra aumento de 4,9% no PIB em 2024.** Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/com-recuperacao-da-agropecuaria-estado-registra-aumento-de-4-9-no-pib-em-2024>. Acesso em: 29 abr. 2025.

JORNAL BOM DIA. **Localizadas estruturas da antiga e pioneira no Brasil: Cooperativa Força e Luz de Quatro Irmãos.** Disponível em: <https://www.jornalbomdia.com.br/noticia/66575/localizadas-estruturas-da-antiga-e-pioneira-no-brasil-cooperativa-forca-e-luz-de-quatro-irmaos>. Acesso em: 8 out. 2024.

OCB.a. **Organização das Cooperativas do Brasil. História do cooperativismo.** Disponível em: <https://www.ocbrr.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 1 out. 2024.

OCB.b. **Panorama do cooperativismo de crédito no Brasil.** Disponível em: <https://www.ocb.org.br/>. Acesso em: 1 out. 2024.

SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, São Gotardo: Centro de Ensino Superior de São Gotardo, v. 1, p. 23–34, jan./jun. 2010.

SICREDI. **Saiba como o cooperativismo de crédito chegou ao Brasil.** Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/cooperativismo/saiba-como-o-cooperativismo-de-credito-chegou-ao-brasil/>. Acesso em: 8 out. 2024.

SISTEMA OCB/RR. **Cooperativismo de infraestrutura.** Disponível em: <https://www.ocbrr.coop.br/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SOMOS COOP. **Infraestrutura.** Disponível em: <https://www.somos.coop.br/conheca-o-coop/onde-estamos/infraestrutura>. Acesso em: 8 out. 2024.

VERTOWN. **Cooperativas de resíduos sólidos:** vantagens e desafios. Disponível em: <https://www.vertown.com/blog/blogcooperativas-de-residuos-solidos-vantagens-e-desafios/>. Acesso em: 29 abr. 2025.

CAPÍTULO 13

COOPERATIVISMO 5.0: COMO O MODELO COOPERATIVO PODE SER A CHAVE PARA UMA ACELERAÇÃO SISTÊMICA DOS ODS

Dr. Fábio dos Santos Massena

Ian Felipe Nascimento

Vanessa Lino da Silva

Marcos Gabriel Pereira Ribeiro

Doi: 10.48209/978-65-5417-518-D

1. INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 das Nações Unidas representa um marco global para o desenvolvimento sustentável, está estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Porém, sua implementação, assim como foi a Agenda 21, enfrenta desafios consideráveis, como a fragmentação de políticas públicas, a baixa participação comunitária e os persistentes modelos econômicos insustentáveis (ONU, 2015).

Neste contexto, o cooperativismo emerge como alternativa viável. Com princípios centrados na solidariedade, participação democrática e sustentabilidade, é inquestionável que as cooperativas oferecem soluções alinhadas aos ODS, tanto na promoção da justiça social quanto no desenvolvimento territorial (ACI, 2020).

Diante deste contexto, pretende-se abordar e responder ao seguinte questionamento: Como o cooperativismo 5.0 pode superar as limitações dos modelos econômicos tradicionais e contribuir, de forma sistêmica, para o cumprimento dos ODS?

Antes de partirmos para a discussão e busca em responder essa questão, cabe aqui esclarecer o termo Cooperativismo 5.0, que pode ser compreendido como uma evolução do modelo cooperativo, em alinhamento com a Sociedade

5.0, que é uma proposta de sociedade centrada no ser humano, apoiada pela inovação tecnológica e orientada para a sustentabilidade e o bem-estar coletivo (Cabral, 2020).

Nesse contexto, o cooperativismo 5.0 incorpora tecnologias avançadas, como inteligência artificial, internet das coisas, blockchain e big data, sem abrir mão dos princípios clássicos da cooperação, como solidariedade, autogestão e justiça social.

Enquanto o Cooperativismo tradicional (1.0 a 3.0) esteve voltado ao associativismo e à autogestão voltada para produção e consumo, e o Cooperativismo 4.0 buscou integrar tecnologias da chamada Indústria 4.0 aos modelos de gestão e produção, o Cooperativismo 5.0 vai além: valoriza o uso das tecnologias para atender às necessidades humanas, equilibrando crescimento econômico com bem-estar social e sustentabilidade planetária, de forma ética e inclusiva (Sato, 2018).

O Cooperativismo 5.0 representa um novo paradigma para as cooperativas do século XXI, pois propõe uma aceleração sistêmica e ética rumo a um modelo de sociedade mais justo e resiliente e é utilizado neste trabalho pois busca apontar para uma visão do futuro cooperativo em alinhamento com as novas agendas globais como a Agenda 2030 da ONU e os desafios da transformação digital sustentável

Partindo dessas premissas, pretende-se demonstrar como o modelo cooperativo pode ser uma ferramenta estratégica para a implementação integrada dos ODS. Neste sentido, buscou-se mapear as intersecções entre os princípios cooperativistas e os ODS, analisar casos de sucesso de cooperativas que impactam múltiplos ODS simultaneamente e propor um *framework* de “Cooperativismo 5.0” como evolução do modelo atual.

Apesar de o cooperativismo ser reconhecido como parte da economia solidária, há escassez de estudos que o posicionem como estratégia estrutural para a Agenda 2030. Este trabalho busca preencher essa lacuna, oferecendo uma análise sistêmica fundamentada em evidências empíricas e conceitos inovadores.

2. COOPERATIVISMO E SUSTENTABILIDADE

Os sete princípios cooperativistas, originalmente instituídos pelos Probos Pioneiros de *Rochdale* e atualizados pela Aliança Cooperativa Internacional, adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia, educação, intercooperação e interesse pela comunidade, estão diretamente conectados a diversos ODS, especialmente os de erradicação da pobreza, educação de qualidade e igualdade de gênero (ACI, 2020).

Estudos demonstram que cooperativas são atores relevantes na transição para uma economia circular, contribuindo significativamente para o ODS 12 (consumo e produção responsáveis) (Singer, 2018).

O surgimento das cooperativas de plataforma digital, como aquelas organizadas por entregadores de aplicativos, representa um avanço para o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico). Além disso, o uso de blockchain em cooperativas de crédito tem aumentado a transparência e a confiança, alinhando-se ao ODS 16 (paz, justiça e instituições eficazes) (BACEN, 2022).

3. CASOS GLOBAIS RELEVANTES

3.1 Mondragon (Espanha)

A *Corporación Mondragón*, localizada no País Basco, na Espanha, é considerada uma das maiores e mais bem-sucedidas experiências cooperativas do mundo.

Foi fundada em 1956, a partir da iniciativa de um grupo de jovens liderados pelo padre José María Arizmendiarieta, a cooperativa transformou-se ao longo das décadas em um conglomerado multinacional que abrange setores como indústria, finanças, varejo e educação.

Em sua estrutura, a Mondragón representa não apenas um modelo eficiente de gestão empresarial, mas também um exemplo concreto de desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável, alinhado aos Objetivos de Desen-

volvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 9 - “Indústria, Inovação e Infraestrutura”.

A trajetória da Mondragón é um exemplo que desafia os modelos tradicionais de organização industrial ao articular princípios cooperativistas com alto nível de inovação tecnológica, investimento em pesquisa e desenvolvimento e compromisso com o bem-estar dos trabalhadores-cooperados.

Atualmente, o conglomerado é composto por mais de 90 cooperativas industriais, 15 centros de pesquisa e desenvolvimento e uma universidade própria, a *Mondragon Unibertsitatea*, responsável pela formação técnica e intelectual de seus membros e parceiros (Coraggio, 2011).

Essa capacidade de integrar educação, indústria e inovação destaca-se como um elemento chave para o fortalecimento da infraestrutura produtiva e tecnológica da região onde está inserida.

No contexto do ODS 9, que visa “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (ONU, 2015), a experiência de Mondragón mostra-se exemplar. A cooperativa mantém um sistema de autogestão baseado na participação democrática, reinvestimento de lucros em inovação e no compromisso com o desenvolvimento regional.

Além disso, diferentemente de corporações convencionais, a lógica de operação da Mondragón valoriza o emprego estável, a equidade salarial e a solidariedade entre unidades cooperadas. Quando uma cooperativa enfrenta dificuldades financeiras, outras mais sólidas do grupo contribuem para sua recuperação, num processo de intercooperação econômica e social.

Outro aspecto relevante diz respeito à estrutura de inovação sistêmica cultivada dentro do grupo. A criação da Centro de *Promoción de Mondragón e do Ikerlan*, um dos principais centros tecnológicos do país, evidenciam a estratégia de manter a inovação como pilar estrutural do crescimento cooperativo. Essa cultura voltada à pesquisa aplicada, ao desenvolvimento de novas tecnologias e à formação continuada permite que a Mondragón mantenha-se competitiva globalmente, mesmo em setores de alta complexidade, como automação industrial, energias renováveis, engenharia e eletrônica (Thompson, 2013).

Além de sua importância industrial, a Mondragón representa um modelo de governança inovadora. Todos os cooperados possuem direito a voto, e as decisões são tomadas de forma colegiada, com base em princípios éticos e de solidariedade. Esse modelo de gestão participativa gera impactos positivos não só econômicos, mas também sociais e ambientais, demonstrando como a democratização do poder nas empresas pode ser compatível com a competitividade e a inovação (Dow, 2003).

Portanto, a experiência da Mondragón constitui um paradigma de como cooperativas podem assumir protagonismo na construção de um sistema produtivo mais sustentável, inclusivo e resiliente. Sua contribuição para a realização do ODS 9 ultrapassa a esfera empresarial e revela caminhos possíveis para repensar o papel das organizações na construção de infraestruturas que respeitem as pessoas, os territórios e o planeta.

3.2 O papel das cooperativas industriais na promoção do ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura

As cooperativas industriais representam uma forma inovadora e democrática de organização da produção que alia eficiência econômica, inclusão social e responsabilidade ambiental. Ao adotarem princípios cooperativistas, como a autogestão, a participação democrática, a distribuição equitativa de resultados e a intercooperação, essas organizações se destacarão como modelos viáveis de desenvolvimento sustentável, especialmente em contextos de reindustrialização, inovação tecnológica e fortalecimento de cadeias produtivas locais.

Tais características fazem com que as cooperativas industriais estejam diretamente conectadas ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9 (ODS 9), que visa “construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação” (ONU, 2015).

Diferente das indústrias tradicionais organizadas sob a lógica do capital e do lucro concentrado, as cooperativas industriais operam com base na centralidade do trabalho e da comunidade. Nesse modelo, os trabalhadores são também donos da empresa, participando das decisões estratégicas e da gestão cotidiana,

o que favorece maior comprometimento com a sustentabilidade dos processos produtivos. Além disso, o excedente gerado pela atividade é, em grande parte, reinvestido no próprio empreendimento, em inovação tecnológica ou no desenvolvimento regional, o que fortalece o tecido socioeconômico local.

Um dos maiores exemplos desse modelo de Mondragón, na Espanha, que sintetiza a integração entre indústria, conhecimento e inovação. Ela reúne dezenas de cooperativas industriais que operam em áreas de alta complexidade tecnológica, como automação, engenharia de precisão, componentes eletrônicos, entre outros. Com sua universidade própria e centros de pesquisa aplicados, esse grupo demonstra como a articulação entre produção e ciência pode gerar soluções industriais sustentáveis e socialmente justas (Thompson, 2013).

As cooperativas industriais também têm desempenhado papel central em processos de recuperação econômica em diversas regiões da Europa e América Latina, sobretudo em áreas afetadas pela desindustrialização e pelo desemprego estrutural. Um exemplo disso são as empresas recuperadas por trabalhadores na Argentina, que, após a crise econômica dos anos 2000, reorganizaram antigas fábricas falidas sob forma cooperativa, restabelecendo a produção, preservando empregos e fomentando redes de apoio solidário (Rebon, 2004).

Além disso, cooperativas industriais costumam operar de forma mais sustentável, com investimentos constantes em eficiência energética, redução de resíduos e desenvolvimento de tecnologias limpas, o que contribui para a construção de infraestruturas resilientes e ambientalmente responsáveis. Esses aspectos são fundamentais para o cumprimento das metas do ODS 9, que não trata apenas de expandir a industrialização, mas de fazê-lo de maneira inclusiva e ecologicamente equilibrada.

Por fim, é importante destacar que o modelo cooperativo na indústria também estimula a inovação social, pois redefine as relações de trabalho, substituindo hierarquias autoritárias por governança horizontal, baseada em deliberação coletiva e transparência. Essa inovação institucional, aliada à capacidade técnica e produtiva, torna as cooperativas industriais agentes centrais na construção de economias mais justas, resilientes e sustentáveis.

Assim, as cooperativas industriais se posicionam como verdadeiros vetores de um novo paradigma de desenvolvimento, promovendo não apenas a reestruturação produtiva, mas também a democratização da economia e a geração de conhecimento aplicado ao bem comum. São, portanto, aliadas estratégicas na concretização do ODS 9 e na transformação das bases produtivas em direção a um futuro mais inclusivo e sustentável.

3.3 Cooperativas de Energia Renovável (Dinamarca/Alemanha) e sua relação com o ODS 7: Energia limpa e acessível

O avanço das energias renováveis no cenário europeu não pode ser compreendido sem destacar o papel transformador das cooperativas de energia, especialmente na Dinamarca e na Alemanha. Esses países se tornaram referências mundiais em transição energética sustentável e democrática, e muito desse progresso está vinculado ao modelo cooperativo, que permite à sociedade civil organizar-se para produzir, distribuir e consumir energia limpa.

Esse modelo está fortemente alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 7 (ODS 7), que visa, além de fornecer energia a um preço acessível, garantir uma distribuição confiável e sustentável para todos (ONU, 2015).

Na Dinamarca, a tradição de cooperativas no setor energético remonta à década de 1970, período marcado pela crise do petróleo e pela busca por soluções energéticas descentralizadas. Desde então, o país investiu fortemente na criação de cooperativas eólicas comunitárias, permitindo que cidadãos se tornassem coproprietários de turbinas e compartilhassem os benefícios econômicos da geração energética.

Um exemplo emblemático é a cooperativa *Middelgrunden Wind Turbine Cooperative*, localizada próxima à costa de Copenhague. Lançada em 2001, ela foi responsável pela instalação de uma fazenda eólica com 20 turbinas, das quais metade pertence a mais de 8 mil cidadãos cooperados (Bolinger, 2001). Esse modelo permitiu reduzir resistências sociais à instalação de infraestrutura energética e ampliou a aceitação da população quanto à transição energética.

Na Alemanha, o fenômeno das cooperativas de energia renovável ganhou força a partir da implementação da política nacional conhecida como *Ener-*

giewende (transição energética), iniciada no começo dos anos 2000. Essa política incentivou a descentralização da produção energética e facilitou o surgimento de cooperativas locais, especialmente em regiões rurais e pequenas cidades.

As *Energiegenossenschaften*, como são chamadas as cooperativas energéticas alemãs, operam com base em princípios democráticos, onde cada membro possui direito a voto, independentemente do capital investido, promovendo a gestão participativa e o empoderamento comunitário (Yldiz et al., 2015).

Segundo dados da *Allianz der Bürgerenergie*, até 2020 havia mais de 850 cooperativas de energia ativa na Alemanha, envolvendo mais de 180 mil membros e responsáveis por projetos que abrangem desde painéis solares e turbinas eólicas até biomassa e pequenas centrais hidrelétricas. Essas cooperativas não apenas fornecem energia limpa para seus membros, como também reinvestem os lucros em projetos locais de eficiência energética e educação ambiental, fortalecendo o desenvolvimento regional sustentável (RESCOOP, 2021).

A experiência dessas cooperativas ilustra na prática os pilares do ODS 7: acesso, sustentabilidade, modernidade e custo acessível. A produção energética descentralizada reduz perdas na distribuição, diminui a dependência de combustíveis fósseis e gera emprego local. Além disso, ao democratizar a posse e a gestão da energia, as cooperativas reduzem a desigualdade no acesso à infraestrutura energética e promovem a inclusão social em um setor historicamente concentrado.

3.4 Sicredi e sua contribuição para os ODS 1 e 4: Erradicação da pobreza e educação de qualidade

As cooperativas de crédito têm assumido papel estratégico na promoção do desenvolvimento sustentável, sobretudo em países com desigualdade socioeconômica significativa, como o Brasil. Nesse contexto, destaca-se o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), uma das maiores instituições financeiras cooperativas da América Latina, cuja atuação extrapola os limites do sistema bancário tradicional ao integrar inclusão financeira, geração de renda, educação cooperativista e impacto social. Tais ações estão diretamente relacionadas aos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ao ODS 1 – Erradicação da pobreza e ao ODS 4 – Educação de qualidade (ONU, 2015).

Com presença em milhares de municípios, inclusive em áreas de baixa densidade populacional e com histórico de exclusão bancária, o Sicredi contribui de forma significativa para a redução da pobreza por meio do acesso facilitado a crédito, financiamento produtivo, serviços bancários e apoio técnico. Essas ações impactam diretamente pequenos empreendedores, produtores rurais familiares, cooperativas e populações vulneráveis, possibilitando-lhes autonomia econômica e desenvolvimento de suas atividades.

Segundo dados do Banco Central do Brasil (2022), as cooperativas de crédito possuem uma penetração crescente no interior do país, onde os bancos tradicionais costumam não atuar, e, nesse contexto, o Sicredi tem ampliado sua presença de forma expressiva.

O cooperativismo financeiro é regido por princípios que favorecem a redistribuição de renda e o desenvolvimento regional, já que os resultados obtidos pelas cooperativas são revertidos para os próprios associados ou reinvestidos nas comunidades onde atuam. Além disso, ao contrário dos bancos comerciais, cuja lógica de expansão é baseada em grandes centros urbanos, o Sicredi prioriza o fortalecimento de economias locais, apoiando micro e pequenos empreendedores por meio de soluções acessíveis e personalizadas.

Outro aspecto de destaque na atuação do Sicredi é seu comprometimento com a educação financeira e cooperativista, o que o aproxima diretamente das metas do ODS 4 (Educação de qualidade). A instituição desenvolve programas permanentes de formação de jovens, capacitação de associados e promoção da cultura cooperativa, como o programa “Cooperação na Ponta do Lápis”, que busca ensinar desde cedo noções de finanças pessoais, consumo consciente e cidadania econômica a estudantes do ensino fundamental e médio (Sicredi, 2023).

A educação promovida pelas cooperativas de crédito também se manifesta por meio da capacitação de lideranças comunitárias, formação de conselheiros, cursos sobre governança e práticas de autogestão. Esse processo fomenta não apenas o empoderamento financeiro, mas também o fortalecimento

da democracia econômica, ampliando o protagonismo social dos associados e contribuindo para a construção de comunidades mais resilientes e informadas.

Vale destacar que o Sicredi também investe em projetos sociais e ambientais com foco educativo, como o Fundo Social, que financia iniciativas de escolas, associações e organizações da sociedade civil. Tais ações promovem o acesso à educação, especialmente em contextos de vulnerabilidade, e ajudam a criar oportunidades para crianças, jovens e adultos em situação de exclusão educacional.

Por sua atuação sistêmica, o Sicredi representa uma prática concreta e eficiente de como o modelo cooperativo pode impulsionar a erradicação da pobreza e a melhoria da qualidade da educação por meio de estratégias integradas de desenvolvimento. A combinação entre serviços financeiros acessíveis e educação transformadora revela o poder do cooperativismo como ferramenta de inclusão e justiça social.

Dessa forma, o Sicredi exemplifica o potencial das cooperativas não apenas como agentes econômicos, mas como vetores de desenvolvimento humano, alinhando-se de maneira plena aos princípios da Agenda 2030 e aos desafios contemporâneos do Brasil e do mundo.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender, por meio da análise teórica e empírica, o potencial do modelo cooperativo como instrumento de desenvolvimento sustentável. Essa abordagem é adequada quando se busca aprofundar a compreensão sobre fenômenos sociais complexos, especialmente aqueles relacionados à organização coletiva, inovação social e sustentabilidade, conforme destaca Gil (2010).

A construção do referencial teórico e da base analítica da pesquisa foi sustentada por uma revisão sistemática da literatura científica e institucional, que permitiu identificar as principais contribuições acadêmicas e práticas sobre o papel das cooperativas no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para tal, foram consultadas bases como *SciELO*, *Google Scholar*,

além de documentos oficiais de instituições nacionais e internacionais ligadas ao cooperativismo.

Além da revisão bibliográfica, foi realizado um estudo de casos com enfoque em *benchmarking* de experiências cooperativas consideradas inovadoras, com destaque para cooperativas localizadas em países como Espanha, Dinamarca, Alemanha, França e Brasil. Essa estratégia metodológica possibilitou a comparação de diferentes realidades, contribuindo para a identificação de boas práticas e para a análise do grau de aderência entre os princípios do cooperativismo e os objetivos propostos pela Agenda 2030.

Outro procedimento adotado foi a análise comparativa entre os modelos tradicionais de organização econômica e o modelo cooperativo, com o intuito de evidenciar as especificidades, os diferenciais e os impactos sociais, econômicos e ambientais do cooperativismo. Essa comparação baseou-se em critérios como participação democrática, distribuição de resultados, reinvestimento comunitário e sustentabilidade das práticas produtivas, conforme sugerido por estudos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 2021).

As principais fontes de dados utilizadas incluíram relatórios e documentos produzidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que oferece dados atualizados sobre o cooperativismo no Brasil; publicações da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que orienta o movimento cooperativo em nível global; e documentos oficiais da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente aqueles relacionados aos ODS, fundamentais para a articulação entre as práticas cooperativistas e os compromissos globais de desenvolvimento sustentável.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando estabelecer a interconexão entre os princípios do cooperativismo e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pretende-se, ao conectá-los, discutir sua relação.

A autogestão, como princípio cooperativista, proporciona aos membros o controle direto sobre os processos decisórios e operacionais da cooperativa.

Essa autonomia promove a inclusão produtiva, fomenta o empreendedorismo coletivo e viabiliza a geração de renda em contextos de vulnerabilidade. Dessa forma, contribui diretamente para o ODS 1, que visa erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.

A ajuda mútua fortalece os laços entre os cooperados, possibilitando a construção de cadeias produtivas solidárias. Ao apoiar pequenos agricultores familiares e promover práticas agroecológicas, as cooperativas garantem não apenas a subsistência de seus membros, mas também a segurança alimentar das comunidades, contribuindo assim para o cumprimento do ODS 2.

A responsabilidade social no cooperativismo se manifesta por meio de investimentos em infraestrutura básica, saúde preventiva e qualidade de vida dos cooperados e da comunidade ao redor. Cooperativas de saúde, por exemplo, são exemplos concretos de como esse princípio se traduz em práticas que asseguram o ODS 3, ao oferecerem acesso a serviços de saúde com base no bem-estar coletivo.

A participação democrática garante que todos os membros tenham voz nas decisões e possam contribuir com seus conhecimentos e vivências. Essa valorização da participação cidadã estimula o investimento constante em formação e capacitação dos cooperados, resultando em processos educativos continuados que colaboram para o alcance do ODS 4.

Por meio de uma gestão participativa, as cooperativas desenvolvem projetos de gestão hídrica que respeitam os ciclos naturais e garantem o acesso coletivo à água potável. A articulação democrática entre os membros permite planejar e executar ações sustentáveis, alinhadas com o ODS 6, que busca garantir disponibilidade e manejo sustentável da água.

O princípio da intercooperação fortalece redes de cooperação entre diferentes cooperativas, permitindo o compartilhamento de recursos e conhecimentos. Essa prática constrói comunidades mais resilientes e inclusivas, capazes de enfrentar desafios socioeconômicos de forma coletiva, o que está em sintonia com o ODS 11.

O acesso a energias renováveis por meio de cooperativas de energia limpa é um exemplo de como o cooperativismo atua para democratizar tecnologias

sustentáveis. Ao promover a geração distribuída de energia solar ou eólica, por exemplo, o modelo cooperativo contribui para o ODS 7, assegurando energia acessível, segura e moderna para todos.

O cooperativismo é reconhecido por sua capacidade de criar empregos de qualidade, com base em relações justas de trabalho. Ao fortalecer a economia local e promover o trabalho decente, as cooperativas são agentes do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, contribuindo para o ODS 8.

Cooperativas que operam com base em princípios da economia circular e inovação tecnológica conseguem implementar cadeias produtivas mais eficientes e sustentáveis. Esse modelo reduz desperdícios e promove o consumo consciente, colaborando diretamente com as metas do ODS 12.

O investimento cooperativo em inovação e infraestrutura está frequentemente vinculado a modelos de governança participativa, em que a transparência e a equidade são pilares centrais. Essa estrutura organizacional favorece a criação de instituições eficazes e responsáveis, alinhadas ao ODS 16.

A atuação das cooperativas em rede, com governos, ONGs, setor privado e academia, promove parcerias multissetoriais com forte impacto territorial. Além de reduzir desigualdades ao integrar diferentes atores sociais e econômicos, esse princípio também contribui para o ODS 17, que enfatiza a importância de fortalecer os meios de implementação por meio de cooperação.

A análise dos casos de sucesso apresentados, também pode-se incorporar as cooperativas de energia solar, alinhadas aos ODS 7 (Energia Limpa e Acessível) e ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima), e as cooperativas da agricultura familiar, que dialogam diretamente com os ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e ODS 15 (Vida Terrestre). Isso evidencia a capacidade adaptativa e transformadora do modelo cooperativo frente aos desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável.

Essas experiências demonstram que o cooperativismo tem potencial não apenas para gerar inclusão social e econômica, mas também para promover soluções locais e escaláveis a partir de princípios democráticos e colaborativos. Ao aliar a prática da cooperação com tecnologias sociais e digitais, essas iniciativas apontam para uma transição conceitual e prática rumo ao que pode

ser chamado de Cooperativismo 5.0, um modelo baseado na integração entre inovação tecnológica e inovação social, orientado para o bem-estar coletivo e a sustentabilidade ambiental global.

Neste sentido, o Cooperativismo 5.0 não é apenas uma evolução operacional, mas sim um novo paradigma que se configura como resposta às exigências de um mundo em transformação. Ele posiciona as cooperativas como agentes estratégicos na aceleração sistêmica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma vez que mobilizam conhecimento local, tecnologias emergentes e organização coletiva para enfrentar problemas complexos como a crise climática, a desigualdade e a exclusão produtiva.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo confirma de maneira enfática que o modelo cooperativo não é apenas uma alternativa viável ao modelo econômico tradicional, mas também um instrumento potente de transformação estrutural.

Diante de uma conjuntura global marcada por crises sociais, econômicas, ambientais e políticas interligadas, é imperativo buscar modelos organizacionais capazes de promover não apenas crescimento, mas desenvolvimento sustentável, inclusão econômica e justiça social. O cooperativismo, nesse cenário, emerge como uma resposta concreta, resiliente e alinhada aos princípios da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

As evidências reunidas nos estudos de caso, bem como na revisão sistemática da literatura, demonstram que as cooperativas são agentes estratégicos para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Seja no combate à pobreza (ODS 1), na promoção da segurança alimentar e agricultura sustentável (ODS 2), no acesso à energia limpa (ODS 7), na inclusão produtiva e inovação (ODS 9), ou ainda na redução das desigualdades (ODS 10), as experiências cooperativas analisadas mostram como o modelo pode materializar esses objetivos em ações práticas, enraizadas nos territórios e comprometidas com a dignidade humana.

Entretanto, mais do que apenas associar-se aos ODS, o cooperativismo precisa ser compreendido em sua versão evoluída e contemporânea, o que aqui denominamos de Cooperativismo 5.0. Este conceito, inspirado nas diretrizes da Sociedade 5.0, proposta inicialmente pelo governo japonês, aponta para um modelo de cooperativismo que integra tecnologias digitais e inovação social de forma ética, inclusiva e centrada nas pessoas.

Trata-se de um novo paradigma que articula inteligência artificial, blockchain, plataformas digitais e governança colaborativa, sem abrir mão dos valores fundacionais da cooperação: solidariedade, autonomia, responsabilidade e equidade.

O Cooperativismo 5.0, portanto, se posiciona como chave para a aceleração sistêmica dos ODS, não apenas por sua capacidade operacional de gerar emprego, renda e desenvolvimento territorial, mas porque oferece uma lógica alternativa ao modelo econômico hegemônico, baseado na competição, no extrativismo e na maximização do lucro a qualquer custo. Ao contrário, o modelo cooperativo propõe um desenvolvimento regenerativo, enraizado em vínculos comunitários, justiça intergeracional e respeito à natureza.

Apesar de todo esse potencial, não se pode ignorar os desafios. É preciso superar entraves históricos que vão desde a baixa cultura cooperativista em muitas regiões do Brasil até limitações estruturais de acesso ao crédito, apoio técnico e políticas públicas específicas. Ademais, é fundamental investir na formação de lideranças cooperativistas preparadas para atuar em um mundo cada vez mais digitalizado e complexo, sem que isso implique a perda de sua essência social.

Concluimos, portanto, que o fortalecimento do cooperativismo, especialmente sob a lente da transformação digital ética proposta pelo Cooperativismo 5.0, não é apenas desejável, mas urgente. O século XXI exige respostas coletivas, interdependentes e sustentáveis aos problemas que enfrentamos. E as cooperativas, ao organizarem pessoas em torno de propósitos comuns, ao redistribuírem poder e riqueza, e ao promoverem inovação a partir do território, têm tudo para ocupar o protagonismo necessário nessa construção. Resta-nos, como sociedade, criar as condições políticas, institucionais e culturais para que esse protagonismo se concretize plenamente.

REFERÊNCIAS

ACI - ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Princípios Cooperativistas**. 2020. Disponível em: <https://www.ica.coop>. Acesso em: 07 de abr. de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2022**. Brasília: BCB, 2022.

BACEN. **Relatório de Economia Cooperativista no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 07 de abr. de 2025

BOLINGER, M. **Community Wind Power Ownership Schemes in Europe and their Relevance to the United States**. Berkeley Lab, 2001.

CABRAL, G. **Sociedade 5.0: o futuro já começou**. São Paulo: Évora, 2020.

CORAGGIO, J. L. **Economia social e solidária: uma visão crítica a partir da América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

DOW, G. **Governing the Firm: Workers' Control in Theory and Practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 abr. 2025.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 abr. 2025.

REBON, J. **La empresa recuperada: lucha obrera y autogestión en el capitalismo**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

RESCOOP. **The energy transition to energy democracy: Power to the people**. European Federation of Renewable Energy Cooperatives, 2021.

SATO, S. **Sociedade 5.0: uma sociedade centrada no ser humano**. Keidanren, 2018. Disponível em: <https://www.keidanren.or.jp/en/policy/2018/095.html>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SICREDI. **Relatório de Sustentabilidade 2023**. Porto Alegre: Sicredi, 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SINGER, P. **Economia Solidária**: Um Modo de Produção e Distribuição. São Paulo: Contexto, 2018.

THOMPSON, P. **Mondragón**: A Força de um Sonho Coletivo. São Paulo: Edições SESC, 2013.

YILDIZ, Ö.; ROMMEL, J.; DEBOR, S.; HOLSTENKAMP, L.; MEY, F.; MÜLLER, J.; RADTKE, J.; ROGNLI, J. Renewable energy cooperatives as gatekeepers or facilitators? Recent developments in Germany and a multidisciplinary research agenda. **Energy Research & Social Science**, v. 6, p. 59-73, 2015.

SOBRE OS ORGANIZADORES



Dr. Fábio dos Santos Massena

Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), vinculado ao Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA), construiu sua trajetória acadêmica a partir da graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Cruz Alta (RS), seguida pelo Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, ambos realizados na UESC. Movido pela curiosidade e pelo desejo de compreender o ser humano em sua relação com o meio, ampliou sua formação com a graduação em Psicologia pela Faculdade de Ilhéus e, posteriormente, em Educação Física. Essa diversidade acadêmica reflete sua visão de que a ciência e a educação se fortalecem quando dialogam entre si. Sua atuação abrange áreas como Extensão Rural, Cooperativismo, Metodologia Científica, Psicologia Ambiental e Comunidades Sustentáveis. Coordena e desenvolve pesquisas voltadas para a agricultura familiar, o cooperativismo e a sustentabilidade das atividades tradicionais. Foi coordenador do projeto: “O sentimento de pertença e a diferenciação do self do jovem rural e o processo migratório campo-cidade”, concluído em 2024. Atualmente, coordena o projeto: “O cooperativismo e a agricultura familiar nas universidades públicas estaduais do país”, com foco na compreensão e no fortalecimento dessas temáticas no contexto acadêmico e social. E-mail: fsmassena@uesc.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6082113007855811>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3899-9783>.



Prof. Ian Felipe Nascimento

Mestrando em Biosistemas pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e conclusão da formação pedagógica em Geografia pela Faculdade Unifb/Centro Universitário (ETEP). Pós Graduando em Currículo e

prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental pela Universidade Federal do Piauí. Atualmente é professor de Geografia da rede educacional na cidade de Aurelino Leal-BA. Possui aperfeiçoamento em Educação e Tecnologia (2024) e formação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2025), ambos pelo Ministério da Educação. Entre 2020 e 2023, participou como Bolsista de Iniciação Científica do projeto “O sentimento de pertença e a diferenciação do self da juventude rural e o processo migratório campo-cidade”. Atuou como bolsista de iniciação à docência na disciplina de Metodologia Científica (PAEG/UESC, 2022), coordenador regional do CREA- JR Bahia (2023) e professor-monitor de Geografia no programa Universidade Para Todos (UESC, 2023). Foi recenseador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2022. É pesquisador do grupo Comunidades Rurais Sustentáveis (UESC) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Ensino e Geografia (GEPEEG). No estágio obrigatório foi auxiliar analista em geoprocessamento do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia (PCT-Sul, 2024). Foi bolsista do Programa Extensionista em Equidade Racial e Preparação para o Mercado de Trabalho (CEERT, 2024). Seus interesses de pesquisa incluem Ciências Ambientais, Serviços Ecossistêmicos e Etnoconservação, Comunidades Rurais e Percepção Ambiental. E-mail: nascimentoian31@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/716088237847217>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1520-9723>

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Anna Lara Nogueira Oliveira

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

E-mail: alnoliveira.agr@uesc.br

Bernardo Cardoso Moreira

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0829-8719>

E-mail: bcmoreira.agr@uesc.br

Bruna da Silva Miranda

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4187-7289>.

E-mail: brunasilvamiranda1234@gmail.com

Bruna Batista de Oliveira

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4961-3056>

E-mail: bboliveira.agr@uesc.br

Carlos Daniel Rodrigues dos Santos

Graduando em Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4061-0981>

E-mail: 202111316@uesb.edu.br

Enzo Yuri Ferreira Sousa

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-2180-0397>.

E-mail: enzo98188@gmail.com

Fábio dos Santos Massena

Professor Titular, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais (DCAA), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3899-9783>.

E-mail: fsmassena@uesc.br

Franciellem Santos da Silva

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3289-0543>.

E-mail: fs132546879@gmail.com

Felipe Maikon Santos Sousa

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6154-2967>

E-mail: felipemaycon102030@gmail.com

Gabrielly Victória Leal Souza do Amorim

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3832-2053>.

E-mail: gvlsamorim.agr@uesc.br

Gustavo Agostini Rodrigues

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4191-0229>.

E-mail: garodrigues.agr@uesc.br

Gilson Oliveira Santos

Graduando em Filosofia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

E-mail: gosantos.flis@uesc.br

Ian Felipe Nascimento

Mestrando em Biossistemas Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1520-9723>.

E-mail: nascimentoian31@gmail.com

Jackson Silvio Angelo dos Santos

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

E-mail: jsasantos.agr@uesc.br

João Talles de Jesus Tavares

Graduando em Engenharia Mecânica na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-4222-3208>.

E-mail: jtallesjtavares@gmail.com

João Pedro Oliveira Borges

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9663-9358>.

E-mail: jpoborges.agr@uesc.br

Karlegiane de Souza Braz

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1075-9078>.

E-mail: ksbraz.agr@uesc.br

Lucas Caracas de Oliveira

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0961-2359>.

E-mail: lcoliveira.agr@uesc.br

Marcos Gabriel Pereira Ribeiro

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-6148-2749>.

E-mail: marcospereiraribeiro17@gmail.com

Maria Eduarda Oliveira da Conceição

Graduanda em Medicina Veterinária, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6108-2421>.

E-mail: meoconceicao.mev@uesc.br

Maria Brenda da Silva Santana

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-9897-4826>.

E-mail: mbssantana.agr@uesc.br

Maristela Miranda Vieira de Oliveira

Professor adjunto, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA/UESB).

E-mail: maristela.miranda@uesb.edu.br

Naiane dos Santos Melo

Graduanda em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8762-9386>

E-mail: naiane.melo1@icloud.com

Nicolli Souza Silva

Mestranda em Ciência Animal, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9661-2993>.

E-mail: nssilva.ppgca@uesc.br

Thales Henrique Caetano Santos

Graduando em Agronomia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

E-mail: thaleshenrique.cs16@gmail.com

Vanessa Lino da Silva

Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-6546-3379>.

E-mail: vlsilva.bge@uesc.br

A FORÇA DO NÓS

COOPERATIVISMO E AGRICULTURA FAMILIAR
PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL



FÁBIO DOS SANTOS MASSENA
IAN FELIPE NASCIMENTO

ARCO
EDITORES